



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2021

ÍNDICE

1 – SOCIETÁRIAS	2
1.1 - Relatório da Administração	2
1.2 - Balanço Patrimonial	22
1.3 - Demonstração do Resultado do Exercício – DRE	25
1.4 - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido – DMPL	29
1.5 - Demonstrac�o do Fluxo de Caixa – DFC	31
1.6 - Notas Explicativas Societárias	33
1.7 - Parecer do Conselho Fiscal Societário	78
1.8 - Parecer do Auditor Independente Sobre as Demonstra�es Societárias	79
2 – REGULATÓRIAS	83
2.1 - Relatório da Administra�o Regulatório	83
2.2 - Balanço Patrimonial – BPREG	104
2.3 - Demonstrac�o do Resultado do Exercício – DREREG	107
2.4 - Demonstrac�o da Muta�o do Patrimônio Líquido – DMPLREG	111
2.5 - Demonstrac�o do Fluxo de Caixa – DFCREG	113
2.6 - Notas Explicativas Regulatórias	115
2.7 - Notas Conciliatórias Societária x Regulatória	156
2.8 - Parecer do Conselho Fiscal Regulatório	168
2.9 - Parecer do Auditor Independente Sobre as Demonstra�es Regulatórias	169

1 – SOCIETÁRIAS

1.1 - Relatório da Administração

Senhoras e Senhores Associados/Consumidores,

Apresentamos a seguir, relatório com as principais atividades do exercício de 2021 (encerrado em 31 de dezembro de 2021), em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, com o objetivo de divulgar, de forma objetiva e transparente, o desempenho da CERRP para a sociedade, parceiros, investidores, cooperados e consumidores. Tais informações possibilitam que o leitor conheça um pouco mais sobre a Cooperativa e suas atividades de prestadora de Serviço Público de distribuição de energia elétrica, além de servir de base para realização de um trabalho ainda mais produtivo a ser realizado nos próximos anos.

Carta do Presidente

A Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de São José do Rio Preto – CERRP, atua no segmento de distribuição de energia elétrica, há mais de 47 anos, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados durante esse período.

Considerando o cenário atual por qual passa nosso país, julgo ser altamente satisfatório nosso desempenho no ano de 2021, com destaque para o aumento de 1.827 ligações novas, número altamente significativo quando comparado à área de atuação e ao mercado atendido pela CERRP, e se comparado a muitas outras permissionárias.

A CERRP vem incansavelmente investindo em sua força de trabalho, através de cursos internos e externos, incentivando os novos funcionários e reconhecendo a atuação dos antigos, para que assim seja possível cada vez mais, buscar a qualidade do serviço.

Também devemos destacar o investimento que vem sendo realizado na implantação de novas tecnologias, que irão cada vez mais alavancar a CERRP em busca da satisfação de seus consumidores.

Tenho a convicção que, neste ano de 2021, a CERRP se consolidou como empresa moderna e focada na qualidade de seu atendimento e de seus serviços, tendo conquistado o prêmio IASC de maior evolução na satisfação dos clientes, concedido pela Agência Nacional de Energia Elétrica, o que demonstra o reconhecimento dos clientes pelo nosso esforço e pela competência de nossos colaboradores.

Em um mundo de escuridão, nós escolhemos ser luz, e acreditamos ser possível seguir em frente com esperança de uma vida melhor, afinal, sua energia é a nossa força.

Importante frisar, também, que em nossa nota explicativa referente a efeitos subsequentes, registramos a Pandemia do Novo Coronavírus (COVID 19) que, além de novamente desacelerar a retomada do crescimento, ceifará vidas importantes de nosso sofrido Brasil. Deixamos aqui registrado nosso desejo de que em breve haja imunidade em nosso povo para que a doença seja vencida.

Assim sendo, destacamos que o presente relatório de administração societário e regulatório objetiva, além de cumprir tempestivamente as obrigações setoriais, busca informar com qualidade, clareza e transparência sobre os acontecimentos e resultados do ano de 2021.



ODAIR CORNELIANI MILHOSSI
Diretor Presidente
CPF: 018.694.018-16

Carta do Contador

Na qualidade de Contador responsável pela escrituração Regulatória, Societária e Fiscal da CERRP - COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, juntamente com toda nossa equipe, comunicamos aos Senhores Cooperados a conclusão do exercício de 2021, com alto grau de qualidade, transparência e observando totalmente o conceito de legalidade.

Importante frisar que vivemos um 2021 totalmente atípico. Em virtude da crise pandêmica que nosso município enfrenta juntamente com todo o planeta, além de cuidar de nossa própria saúde e de nossos familiares e colegas do dia a dia, tivemos que nos adaptar ao vídeo trabalho, e ter atenção dobrada na Legislação que dia a dia vinha impondo mudanças de procedimento em função da decretação de calamidade Pública

Todo o resultado desta Prestação de Contas será enviado, dentro do prazo, para a ANEEL, e, disponibilizado através do canal de divulgação da Permissionária, para todos os que desejarem verificar o equilíbrio econômico e financeiro da CERRP, bem como o resultado apresentado aos seus cooperados.

Frisamos, ainda, nosso empenho no cumprimento Regulatório, uma vez que a ANEEL tem intensificado o monitoramento eletrônico, impondo pré-análise dos dados quando de nosso envio para integralização na base nacional. Informamos que todos os envios, desde a PAC - Prestação Anual de Contas, RIT - Relatório de Informações Trimestrais, e, BMP - Balancete Mensal Padronizados, foram enviados tempestivamente e aprovados na pré-análise realizada pela ANEEL.

Dentro desta mesma linha, a Receita Federal tem implantado monitoramento eletrônico, onde podemos destacar o envio do SPED, ECF, REINF, EFD ICMS e IPI, EFD CONTRIBUIÇÕES, entre outros. Destacamos que todos também, têm sido enviados dentro do prazo legal.

Diante do acima descrito, e, com muita satisfação, comunicamos aos Srs. Cooperados que na sequência se encontram todos os demonstrativos do exercício Regulatório, Societário e Fiscal, de modo a possibilitar o conhecimento dos resultados e dar todas as condições para V.Sas. traçarem as metas para o novo exercício.

Por fim, agradecemos à DEUS, à Diretoria, aos Gerentes, à nossa equipe contábil, bem como a todos os departamentos internos e consultorias e auditorias externas que colaboraram para a correta escrituração deste exercício.



LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
Contador - CRC 1SP-240473/O-2
CPF: 705.333.348-53

Cenário

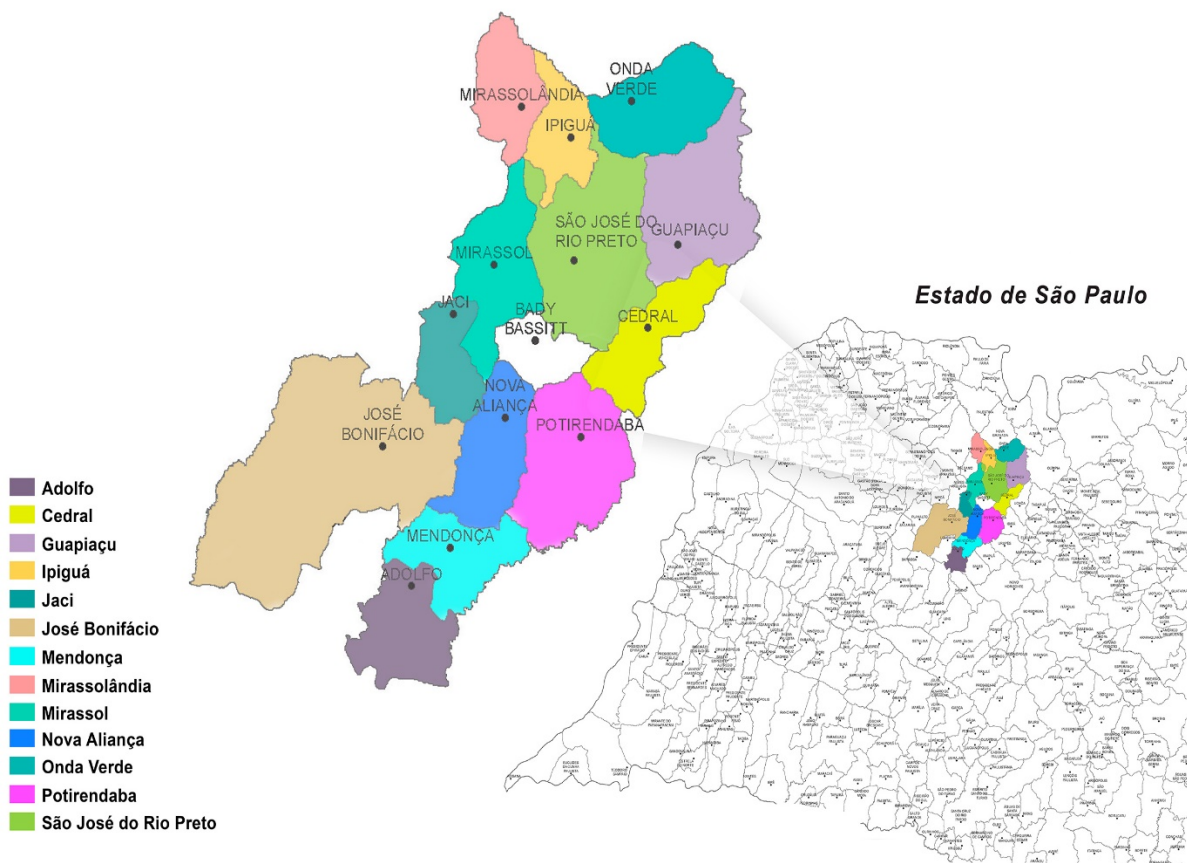
A Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de São José do Rio Preto – CERRP atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de mais de 47 anos de existência.

Em 2021, ano de grandes batalhas (COVID 19, REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA, MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO, CRISE HIDRICA ETC), a CERRP não se abateu, antes usou de toda a experiência adquirida para enfrentar todas as adversidades, e, levar ao consumidor energia com os melhores indicadores de continuidade e qualidade, teve um reflexo positivo sobre a demanda por energia elétrica, com destaque para o setor Comercial com um aumento de 17,93% com relação a 2020. O consumo do setor Residencial foi representativo, atingindo o patamar de 23,87 GWh (21,17 GWh em 2020). Somada, a demanda dos dois setores representa 45,55% de toda a energia comercializada pela Outorgada em 2021 (43,15% em 2020).

Atualmente existe uma grande expectativa para o crescimento elétrico na área de atuação da CERRP, uma vez que a localização geográfica da permissão tem sido favorável e o desenvolvimento urbano na região de atuação muito promissor.

Geração, Transmissão e Distribuição de energia elétrica.

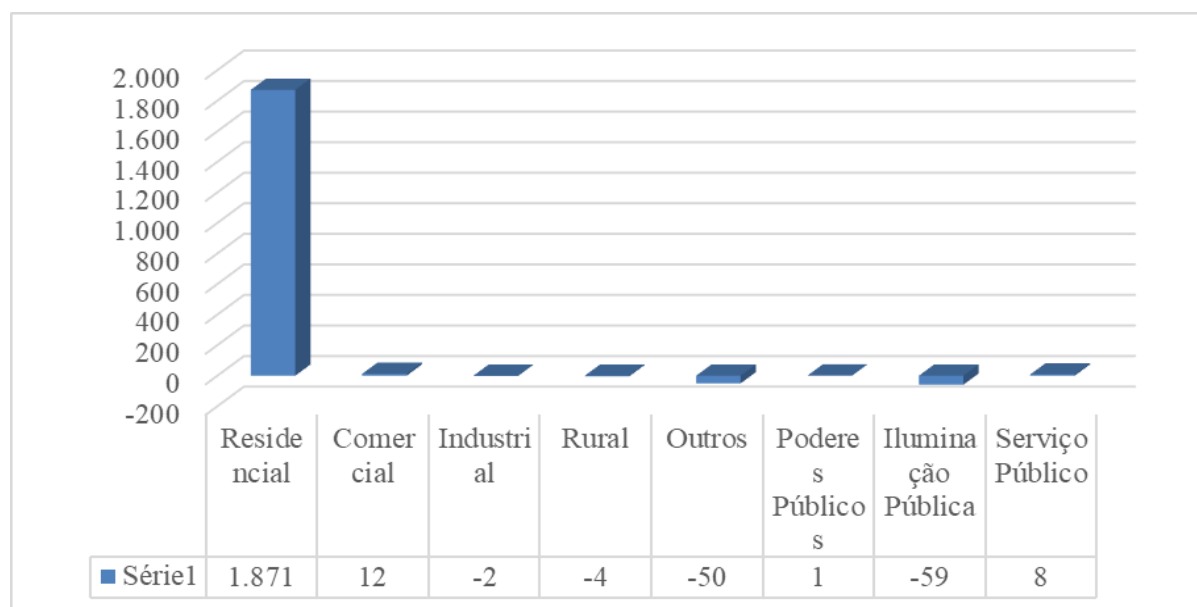
A Outorgada distribui energia elétrica em 13 dos 645 municípios do Estado, o que representa 0,04% dos consumidores do Estado de São Paulo. Atualmente atendemos um Consumidor com Status de “Consumidor Livre”.



Ligação de consumidores

Foram realizadas, no ano, 1.827 novas ligações, número 46,16% superior ao de 2020 com 1.250 ligações realizadas.

Ligação de Consumidores					
Classe	2017	2018	2019	2020	2021
Residencial	819	1.065	1.345	1.189	1.871
Comercial	39	23	6	51	12
Industrial	0	7	-2	0	-2
Rural	5	21	11	4	-4
Outros	13	13	6	6	-50
Poderes Públicos	0	0	0	0	1
Iluminação Pública	4	7	1	3	-59
Serviço Público	9	6	5	3	8
Total	876	1.129	1.366	1.250	1.827
Variação	7,22%	28,88%	20,99%	-8,49%	46,16%



Comportamento do mercado

A distribuição de energia pela Outorgada no período de janeiro a dezembro de 2021 foi de 73,68 GWh (68,12 GWh em 2020).

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o Residencial e Comercial. A classe Comercial foi a que teve maior crescimento nesse volume de energia, com 17,93%, que se deve à significativa evolução das construções na área da Permissionária. A classe Residencial apresentou aumento de 12,73% no consumo de energia elétrica, porém representando volume menor que o Comercial pela quantidade de consumidores, o que mostra que esse setor mantém as elevadas taxas de crescimento verificadas nos últimos anos. O desempenho Residencial deve-se, principalmente, aos novos investimentos no setor, notadamente em prédios residenciais e novos loteamentos. A classe Comercial teve forte impacto dos clientes, que manteve consumo significativo durante todo o ano.

A seguir são apresentados resultados do consumo faturado a variação nos últimos períodos:

Mercado Atendido					
Mercado Atendido - GWh	2017	2018	2019	2020	2021
Energia Faturada	55,41	58,82	66,52	68,12	73,68
Fornecimento	55,41	58,82	66,52	68,12	73,68
Residencial	13,61	15,02	17,74	21,17	23,87
Comercial	5,89	6,54	8,16	8,22	9,69
Industrial	12,13	12,25	14,52	13,84	14,02
Rural	9,71	10,00	10,66	10,48	10,81
Poderes Públicos	0,20	0,18	0,14	0,13	0,12
Iluminação Pública	2,76	3,08	3,40	3,44	3,66
Serviço Público	11,11	11,74	11,89	10,84	11,51
Suprimento para agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Distribuição/Geração	-	-	-	-	-
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	55,41	58,82	66,52	68,12	73,68
Variação	11,82%	6,15%	13,09%	2,41%	8,16%

As perdas totais de energia sobre a energia requerida apresentaram aumento passando de 10,35%, 2020 para 10,34% em 2021.

Em 2022 continuamos buscando a redução das perdas não técnicas com evolução nas ferramentas tecnológicas e eliminação de perdas eventuais (desvios de energia – popularmente conhecidos como gatos).

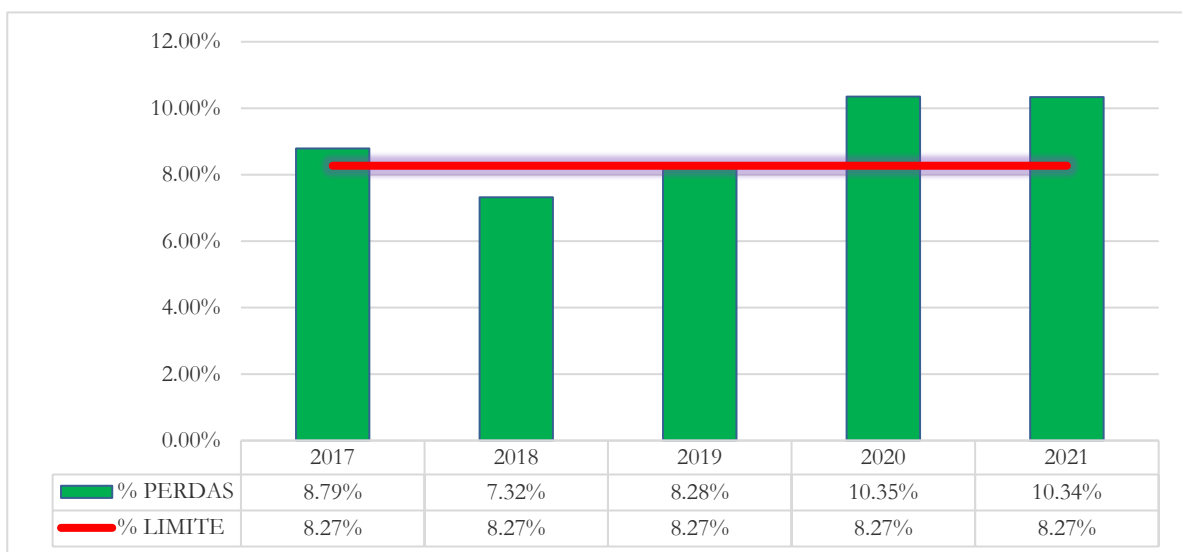
Balço Energético

A) ENERGIA REQUERIDA - GWh	2016	2017	2018	2019	2020	2021
GERAÇÃO PRÓPRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CPFL	37,64	39,98	44,16	50,07	50,82	55,57
ENERGISA SUL SUDESTE	15,66	18,78	17,63	20,52	21,57	11,24
PROINFA	0,92	1,52	1,33	1,35	2,13	1,25
MICROGERAÇÃO	0,00	0,00	0,01	0,08	0,65	0,83
TOTAL	54,22	60,28	63,13	72,02	75,17	68,88

B) ENERGIA DISTRIBUIDA - GWh	2016	2017	2018	2019	2020	2021
CONSUMIDORES	49,55	55,41	58,82	66,52	68,12	62,43
CONSUMIDORES LIVRES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPRIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA CONTRATADA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	49,55	55,41	58,82	66,52	68,12	62,43

(A) REQUERIDA - (B) DISTRIBUIDA	4,67	4,87	4,31	5,51	7,05	6,45
---------------------------------	------	------	------	------	------	------

% PERDAS	9,42%	8,79%	7,32%	8,28%	10,35%	10,34%
% LIMITE	8,27%	8,27%	8,27%	8,27%	8,27%	8,27%

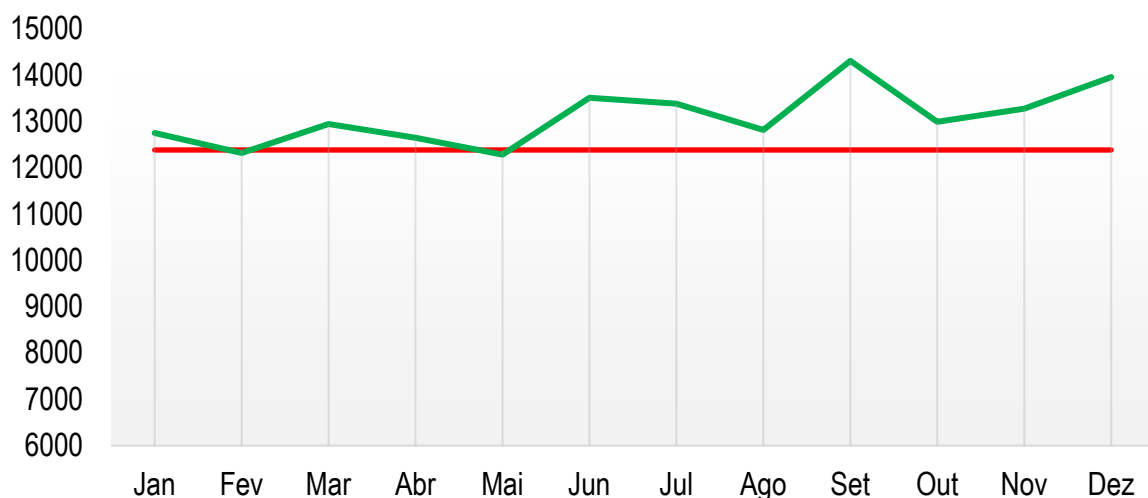


Nos quadros abaixo demonstramos os dados computados da demanda contratada e da demanda realizada no universo de cinco anos, para os sete pontos de conexão, contribuindo com o processo de contratação anual de energia e eventuais estudos técnicos para a adequação dos volumes contratados ou de conveniência de novas tomadas de energia.

Mês	Contratada em 2021 (CPFL e ENERGISA)	Demanda Ponta (KW)				
		Realizada				
		2017	2018	2019	2020	2021
Janeiro	12.390,00	9.687,00	10.040,15	12.026,16	11.743,36	12.758,40
Fevereiro	12.390,00	9.927,00	10.515,84	11.508,74	11.575,44	12.323,44
Março	12.390,00	9.569,00	9.429,55	10.951,01	11.739,97	12.951,48
Abril	12.390,00	9.215,00	8.970,69	10.966,36	9.648,52	12.651,80
Mai	12.390,00	8.951,00	9.974,13	10.787,13	11.341,36	12.288,92
Junho	12.390,00	9.730,00	9.258,63	10.556,92	11.451,17	13.519,20
Julho	12.390,00	8.517,48	9.905,57	10.884,04	13.171,65	13.389,72
Agosto	12.390,00	8.395,92	10.080,27	10.959,45	12.726,88	12.824,20
Setembro	12.390,00	8.878,04	10.268,79	11.555,61	13.121,16	14.315,80
Outubro	12.390,00	9.667,80	10.261,33	11.993,07	13.409,60	12.998,40
Novembro	12.390,00	8.829,52	10.823,73	11.716,19	12.805,76	13.281,40
Dezembro	12.390,00	10.326,08	10.582,89	12.831,48	13.820,76	13.963,52

Maior	10.326,08	10.823,73	12.831,48	13.820,76	14.315,80
Menor	8.395,92	8.970,69	10.556,92	9.648,52	12.288,92

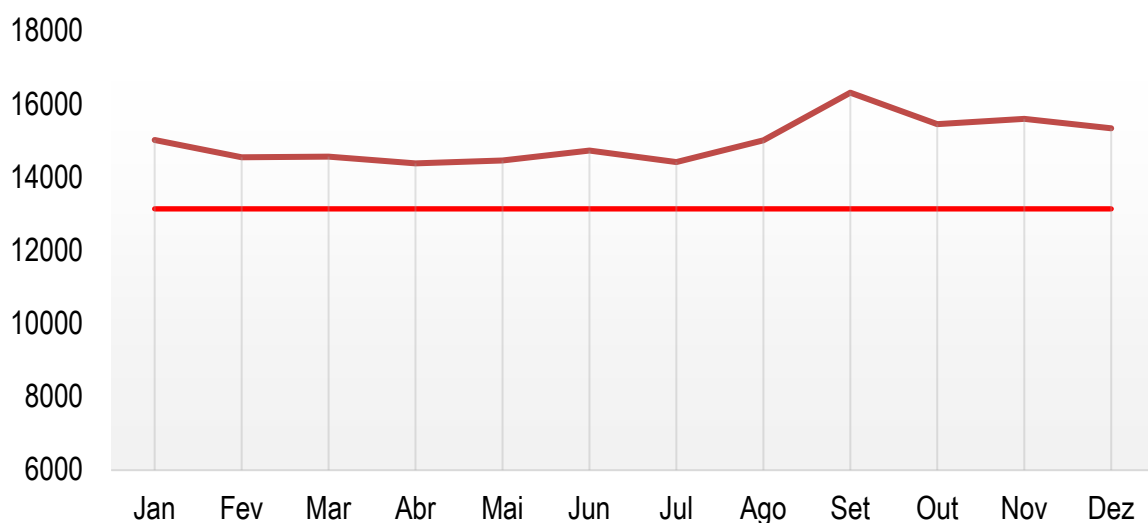
DEMANDA PONTA
 CONTRATADA X DEMANDA MEDIDA (MW) 2021



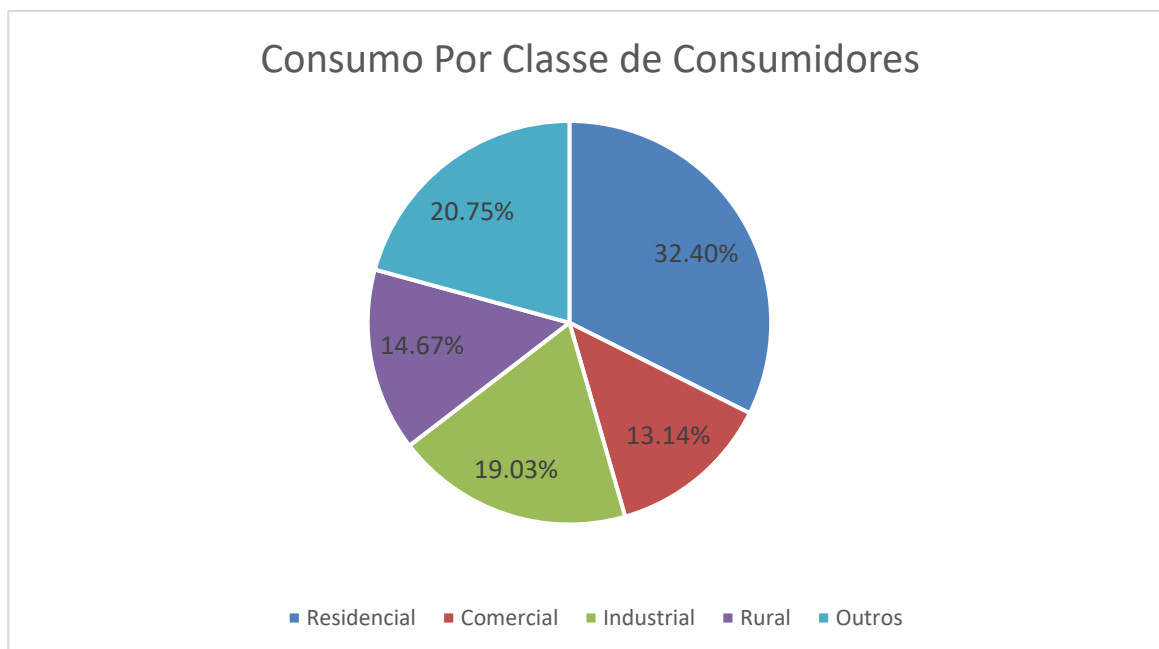
Demanda Fora de Ponta (KW)						
Mês	Contratada em 2021 (CPFL e ENERGISA)	Realizada				
		2017	2018	2019	2020	2021
Janeiro	13.140,00	10.959,00	11.274,04	13.425,60	13.589,76	15.020,00
Fevereiro	13.140,00	11.172,00	11.530,64	12.911,64	13.597,72	14.550,00
Março	13.140,00	10.881,00	10.550,77	12.169,73	13.225,20	14.567,00
Abril	13.140,00	10.834,00	11.893,90	12.169,87	13.039,76	14.383,04
Mai	13.140,00	10.463,00	11.911,78	12.033,53	13.068,72	14.462,36
Junho	13.140,00	10.302,00	11.780,44	11.710,91	12.970,55	14.735,48
Julho	13.140,00	11.086,56	10.982,45	11.769,78	14.112,31	14.417,28
Agosto	13.140,00	10.325,52	11.058,33	12.335,07	14.089,00	15.014,28
Setembro	13.140,00	10.883,80	11.594,73	12.645,47	15.511,24	16.315,12
Outubro	13.140,00	10.764,56	11.678,05	13.630,72	15.920,88	15.455,36
Novembro	13.140,00	9.927,52	12.016,13	12.875,20	15.390,60	15.600,04
Dezembro	13.140,00	10.897,80	11.405,41	13.621,00	15.151,24	15.342,92

Maior	11.172,00	12.016,13	13.630,72	15.920,88	16.315,12
Menor	9.927,52	10.550,77	11.710,91	12.970,55	14.383,04

DEMANDA FORA PONTA
CONTRATADA X DEMANDA MEDIDA (MW) 2021



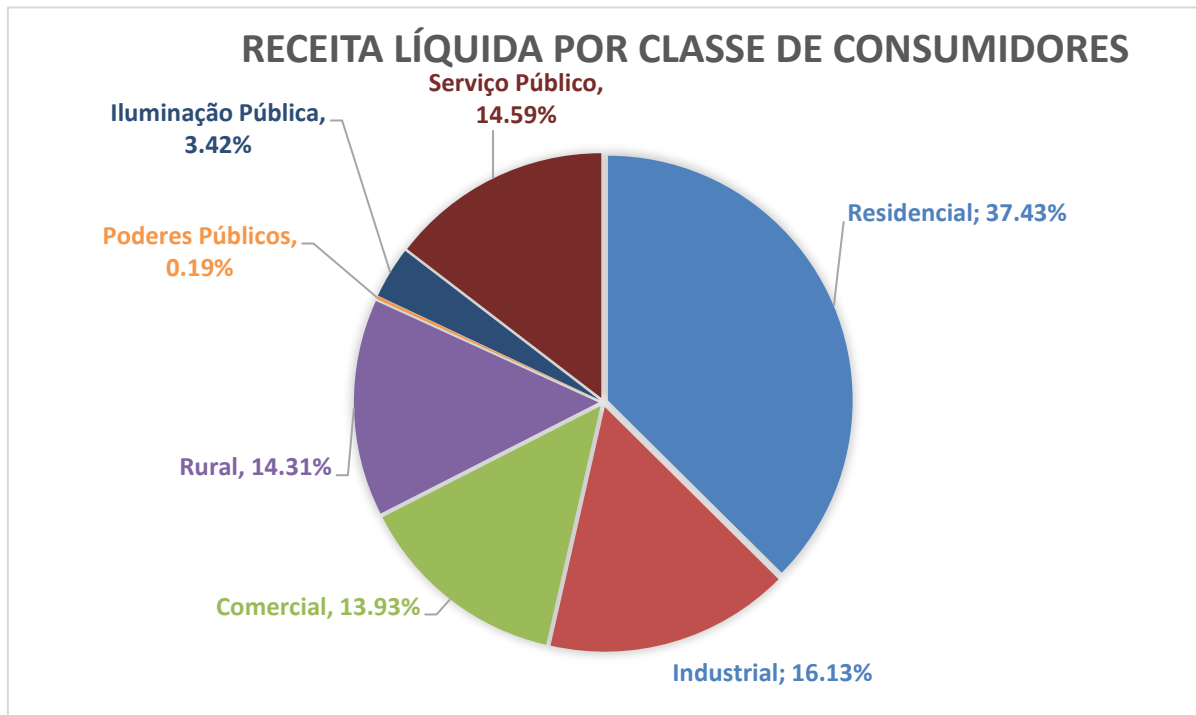
Abaixo o gráfico demonstrando o percentual do consumo por classe no ano de 2021:



Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, PIS e COFINS, importou em R\$ 41.540,66 mil, com expressivo aumento de 16,67%, conforme quadro a seguir:

Classe	2021	2020	%
Residencial	15.548,53	12.799,22	21,48%
Industrial	6.701,38	6.950,39	-3,58%
Comercial	5.787,80	4.544,82	27,35%
Rural	5.943,98	4.965,98	19,69%
Outros	7.558,97	6.344,70	19,14%
Poderes Públicos	80,01	88,09	-9,17%
Iluminação Pública	1.419,48	1.229,47	15,45%
Serviço Público	6.059,48	5.027,14	20,54%
Total	41.540,66	35.605,11	16,67%



Número de consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2021 apresentou um crescimento de 15,87% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir.

Número de Consumidores			
Classe	2021	2020	Var %
Residencial	11743	9872	18,95%
Comercial	487	475	2,53%
Industrial	27	29	-6,90%
Rural	1015	1019	-0,39%
Outros	67	117	-42,74%
Poderes Públicos	2	1	100,00%
Iluminação Pública	15	74	-79,73%
Serviço Público	50	42	19,05%
Total	13.339	11.512	15,87%

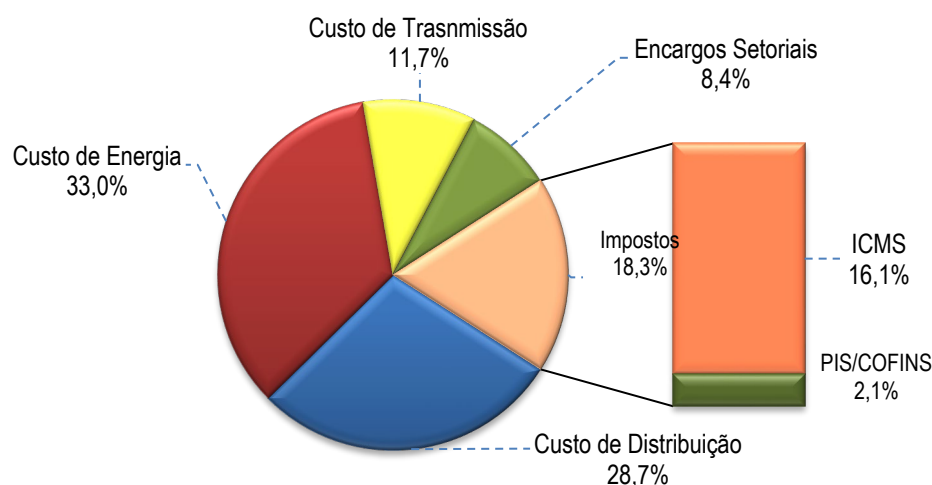
Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2021, atingiu R\$ 563,80/MWh, com aumento de 7,86% com relação a dezembro de 2020. A homologação das tarifas ocorreu pela Resolução Homologatória ANEEL n° 2.874 de 25/05/2021.

Classe	2021			2020			%
	R\$/Mil	MWh	Tarifa Média	R\$/Mil	MWh	Tarifa Média	
Residencial	15.548,53	23,87	651,38	12.799,22	21,17	604,46	7,76%
Comercial	6.701,38	9,69	691,58	6.950,39	8,22	845,92	-18,25%
Industrial	5.787,80	14,02	412,82	4.544,82	13,84	328,49	25,67%
Rural	5.943,98	10,81	549,86	4.965,98	10,48	473,64	16,09%
Poderes Públicos	80,01	0,12	666,77	88,09	0,13	686,89	-2,93%
Iluminação Pública	1.419,48	3,66	387,84	1.229,47	3,44	357,51	8,48%
Serviço Público	6.059,48	11,51	526,45	5.027,14	10,84	463,74	13,52%
Total	41.540,66	73,68	563,80	35.605,11	68,12	522,69	7,86%

Tarifa Res. Baixa Renda por faixa de Consumo (R\$/kWh)			
Tarifas Brutas	2021	2020	%
0 - 30 KWh	0,21390	0,19953	1,44%
31 - 100 KWh	0,36669	0,34206	2,46%
101 - 220 KWh	0,55004	0,50709	4,29%
221 acima KWh	0,61116	0,57011	4,11%

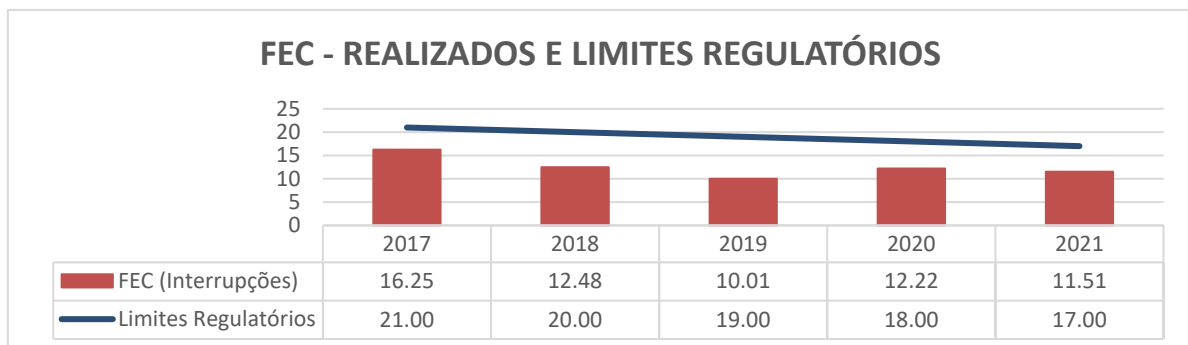
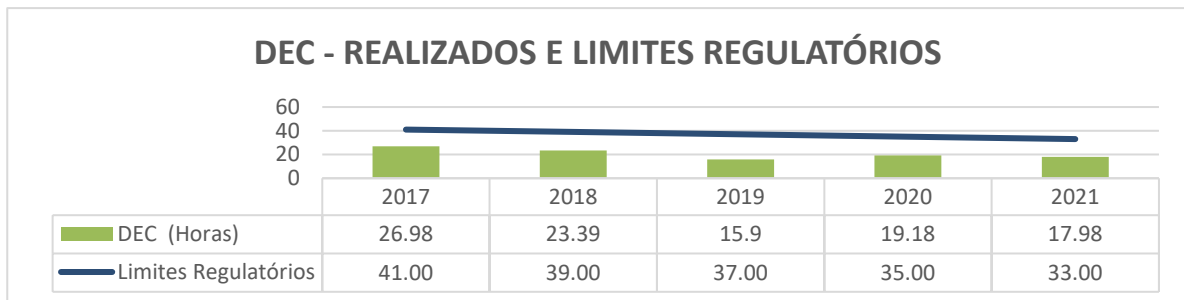
Abertura da Tarifa da CERRP com Tributos



Qualidade do fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são: o DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Qualidade do Fornecimento (Indicadores DEC e FEC)		
Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)
2017	26,98	16,25
2018	23,39	12,48
2019	15,90	10,01
2020	19,18	12,22
2021	17,98	11,51



Em 2021 o DEC registrou o índice de 17,98 mantendo abaixo do índice determinado pela Aneel que é de 33,00 e o FEC 11,51 mantendo também abaixo do índice determinado pela Aneel que é de 17,00.

Considerando o crescimento do número de consumidores e a ocorrência de temporais, a CERRP manteve a qualidade e continuidade do fornecimento de energia a seus consumidores, bem abaixo das metas estabelecidas pela Aneel.

Atendimento ao consumidor

Dando sequência ao processo de melhoria e modernização no atendimento ao consumidor, implantamos algumas funcionalidades em nossa central de teleatendimento, capacitamos ainda mais nossos colaboradores, com foco na qualidade do atendimento e conhecimento dos serviços, adotamos a opção de impressão da fatura no momento da leitura, ou mesmo cadastrá-la para receber por e-mail, e a utilização do SMS para envio de informações de extrema importância ao consumidor e cooperado.

No ano de 2019, iniciamos a operação do nosso sistema de Unidade de Resposta Audível (URA), e 2020 implantou um aplicativo de celular e no ano de 2021 criamos um atendimento via Whatsapp, Agência Virtual, para facilitar a comunicação e acesso à informação pelos nossos consumidores.

Tecnologia da informação

Seguindo o processo de modernização dos últimos anos, a CERRP continua aperfeiçoando o sistema comercial e de gestão interna, contando com banco de dados e novas ferramentas de trabalho, mais seguras e eficazes. Conta também com equipamentos mais modernos, primando por aquisições menos nocivas à saúde e contribuindo com o meio ambiente. Existe um projeto de melhora da comunicação com os equipamentos religadores automatizados, conectados 24 horas por dia com o Centro de Operação, manobrados remotamente, conseqüentemente garantindo um menor tempo de atendimento a ocorrências e às faltas de energia. O Site está em constante evolução, com ajustes já realizados e, em breve, contará com mais informações e serviços, facilitando ainda mais no dia a dia do consumidor/cooperado.

A Empresa continua investindo no aumento de tecnologia, já tendo iniciado o projeto de instalação de Cabines de Medição de Fronteira, buscando segurança e qualidade da energia distribuída. Também está investindo fortemente em sistemas computacionais, treinamento de pessoal, manutenções das redes de distribuição, podas e roçadas, equipamentos e procedimentos de segurança, cumprindo assim com as exigências do órgão Regulador e, melhorando continuamente a qualidade dos serviços prestados, em busca de uma maior satisfação dos consumidores/cooperados.

Desempenho Econômico-financeiro

Em 2021, as sobras líquidas foram de R\$ 4.378,23 mil, contra R\$ 4.718,14 mil em 2020, uma diminuição de 7,20%. Por questões Setoriais, a Empresa realiza concomitantemente à sua Contabilidade Societária, a Contabilidade Regulatória e Fiscal.

A Contabilidade Regulatória é realizada a partir de determinações da ANEEL que não reconhece efeitos de vários procedimentos da Contabilidade Internacional, bem como inclui, para fins de gerência Setorial, a Reavaliação Regulatória Compulsória. Já com relação à Contabilidade Fiscal, a mesma contempla os efeitos de adição ou subtração de despesas e receitas não permitidas no cálculo da base dos impostos.

Adicionalmente, é realizado o estorno dos efeitos da Contabilidade Internacional, pois, a Receita Federal determinou que sua base de cálculo deve seguir os conceitos contábeis vigentes até dezembro

de 2007 (BRGAAP e USGAAP). Para melhor visualização, segue abaixo demonstração e comparação do resultado da Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal:

RESULTADO SOCIETÁRIO: R\$ 4.378,23 mil

RESULTADO REGULATÓRIO: R\$ 3.078,43 mil

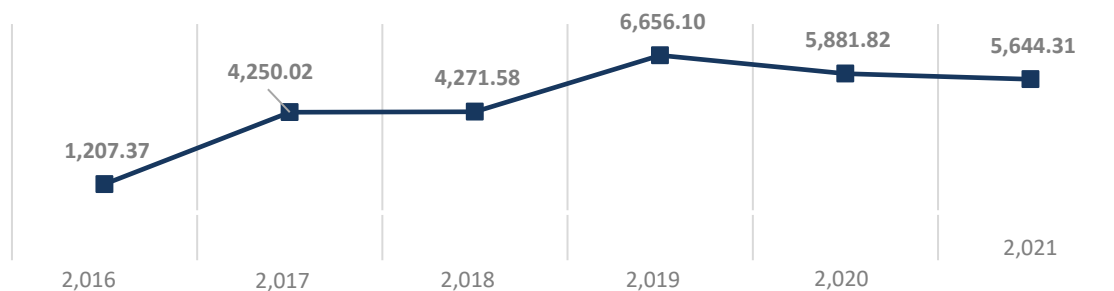
RESULTADO FISCAL (RESULTADO ATOS NÃO COOPERADOS): R\$ 486,72 mil

A receita operacional líquida atingiu R\$ 43.073,08 mil, enquanto em 2020 situou-se em R\$ 40.052,32. Esse aumento de 7,54% resulta na evolução nas vendas para consumidores finais em 19,18% em relação ao ano anterior combinado com os efeitos do reajuste médio tarifário que em 2020 foi de 10,00%.

As despesas operacionais totalizaram em 2021 R\$ 40.620,95 mil, 14,95% superiores em relação à 2020, destacando-se os custos com Energia elétrica comprada para revenda que tiveram um crescimento de 13,58% no ano. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 12,68% contra 15,64% em 2020.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 5.881,82 mil, inferior em (11,62)% a 2019, que foi de R\$ 6.656,10 mil, conforme evolução abaixo:

EBTIDA OU LAJIDA (LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA)



Investimentos

Em 2021, os investimentos da Permissionária, importaram em R\$ 5.091 mil, 53,97% superiores em relação à 2020, dos quais R\$ 5.091 mil foram realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Companhia estima um investimento total de R\$ 16.537 mil.

Valor adicionado regulatório

Em 2021, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Outorgada foi de R\$ 29.233,06 mil, representando 47,45% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos

Sendo a entidade uma Cooperativa, seu objetivo é o de aplicar todas as sobras na melhoria dos serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício.

Além disso, a Outorgada com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social, constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de 60% para Reserva Legal e 5% de FATES e conforme Estatuto Social é destinado também 10% para Reserva de Desenvolvimento.

Composição acionária

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da Outorgada ou permissionária era de R\$ 1.239,44 mil, composto por 1.239.444 mil quotas, com valor nominal R\$ 1,00.

Atendimento a acionistas

Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Outorgada coloca à disposição dos seus cooperados, colaboradores capacitados a esclarecer suas dúvidas e solicitações de forma presencial ou pelos telefones da empresa.

Gestão

Administração:

Durante o ano de 2021, a Permissionária manteve o franco processo de adaptação e reestruturação organizacional em conformidade com os parâmetros do novo modelo institucional do setor elétrico e os novos cenários da economia brasileira, sem esquecer-se de manter a essência Cooperativista. Essas medidas que atendem às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que por sua vez, visa assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento empresarial

O êxito que a Outorgada vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve, em grande parte, à qualidade de seu planejamento empresarial.

Essa nova concepção de planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial das unidades e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças ambientais e econômicas.

As tendências identificadas, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das Unidades de Negócios para os horizontes de curto e médio prazos.

Gestão pela qualidade total

Esta Permissionária prioriza o cumprimento da Regulação, dando ênfase aos direitos da energia elétrica para todos seus consumidores, respeitando a isonomia de tratamento. A CERRP faz planejamentos de curto, médio e longo prazo, objetivando uma Empresa organizada, resultando em clientes satisfeitos.

Quinzenalmente são realizadas, nas dependências da CERRP, reuniões entre a administração e demais setores da Empresa, para que o funcionário que participa de algum evento possa compartilhar com os demais suas novas experiências.

A CERRP também preza pela manutenção da Certificação de Indicadores e processos, em cumprimento à legislação setorial, assegurando alta confiabilidade na apuração de seus indicadores técnicos e comerciais.

Também mantém intenso trabalho de atualização dos processos técnicos e operacionais, obedecendo os critérios das normas ISO 9001:2015 e 10.002:2005, sempre melhorando o sistema de Gestão da Qualidade.

Recursos humanos

Em 2021, mantivemos os treinamentos essenciais, para todas as áreas. Realizamos um processo de melhoria de atuação dos gestores, os capacitando à identificar suas estruturas deficientes e conseqüentemente a melhoria da performance deficitária através de planos de ação. Buscando nos gestores identificar o aprendizado nas ações práticas com seus colaboradores trazendo assim maior desempenho para toda a equipes laboral.

Responsabilidade social

Cada vez mais, a Outorgada vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Outorgada em números


Atendimento	2021	2020	%
Número de consumidores	13.339	11.512	15,87%
Número de empregados	49	45	8,89%
Número de consumidores por empregado	272	256	6,41%
Número de localidades atendidas	12	12	0,00%
Número de agências	1	1	0,00%
Número de postos de atendimento	1	1	0,00%
Número de postos de arrecadação	1	1	0,00%
Mercado			
Área de Permissão (Km ²)	664	664	0,00%
Geração própria (GWh)	0,00	0,00	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	16,32	15,92	2,51%
Distribuição direta (GWh)	0,00	0,00	0,00%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	2032,90	2144,91	-5,22%
Tarifas médias de fornecimento (R\$/MWh)	563,80	522,69	7,86%

Total (exceto curto prazo)	0,00	0,00	0,00%
Residencial	651,38	604,46	7,76%
Comercial	691,58	845,92	-18,25%
Industrial	412,82	328,49	25,67%
Rural	549,86	473,64	16,09%
Suprimento	0,00	0,00	0,00%
DEC (horas)	17,98	19,18	-6,26%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	25,95	20,73	25,18%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	23,49	22,17	5,95%
FEC (número de interrupções)	11,51	12,22	-5,81%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	6,90	6,34	8,81%
Operacionais			
Número de usinas em operação	0	0	0,00%
Número de subestações	0	0	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	0,00	0,00	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	877,18	843,69	3,97%
Capacidade instalada (MW)	57,29	52,56	9,00%
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	61.614,56	51.698,27	19,18%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	43.073,09	40.052,32	7,54%
Margem operacional do serviço líquida (%)	43,05%	29,08%	48,04%
EBITDA OU LAJIDA	5.644,31	5.881,82	-4,04%
Lucro líquido (R\$ mil)	4.378,23	4.718,14	-7,20%
Lucro líquido por mil cotas	283,10	262,49	7,85%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	34.540,73	30.161,10	14,52%
Valor patrimonial por mil cotas	35,88	41,06	-12,61%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	12,68%	15,64%	-18,97%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	60,69%	55,55%	9,26%
Em moeda nacional (%)	60,69%	55,55%	9,26%
Em moeda estrangeira (%)	0,00%	0,00%	0,00%
Indicadores de Performance			
Salário Médio dos Funcionários	4,21	3,93	7,14%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	1.608,57	1.649,80	-2,50%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	5,91	6,45	-8,37%
Retorno de ativos por unidade	0,16	0,23	-31,53%


Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Cooperativa. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da CERRP.


São José do Rio Preto, 18 abril de 2022



ODAIR CORNELIANI MILHOSSI
Diretor Presidente
CPF: 018.694.018-16



NIVALDO APARECIDO CANGINI
Gerente
CPF: 038.710.698-76




LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
Contador - CRC 1SP-240473/O-2
CPF: 705.333.348-53

1.2 – Balanço Patrimonial

Ativos	Consolidado	
	2021	2020
Ativo Circulante	26.041,63	23.033,81
Caixa e equivalentes de caixa	12.980,11	11.933,61
Consumidores	7.803,62	6.062,42
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	376,26	262,74
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Almoxarifado operacional	666,99	589,26
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	1.513,61	1.468,65
Despesas pagas antecipadamente	81,40	67,19
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	2.619,64	2.649,94
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	29.462,41	23.881,67
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	475,96	277,68
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Investimentos temporários	30,91	27,52
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	5.469,97	3.740,17
Bens e ativ. não vinculadas à concessão do Serv. Público de E.E.	-	-
Imobilizado	910,30	677,34
Intangível	22.575,27	19.158,96
Total do ativo	55.504,04	46.915,48

Passivo		
Passivo Circulante	8.563,50	6.257,92
Fornecedores	3.620,12	3.522,15
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	482,99	419,35
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	1.237,76	340,62
Provisão para litígios	125,48	30,11
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	1.790,15	766,80
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	318,96	429,44
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	69,30	69,30
Outros passivos circulantes	918,75	680,15
Passivos de operações descontinuadas	-	-
Passivo Não-Circulante	12.399,81	10.496,46
Fornecedores	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	-	-
Provisão para litígios	-	-
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	-	-
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	36,53	36,61
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	12.363,28	10.459,85
Total do passivo	20.963,31	16.754,38

Patrimônio líquido	34.540,73	30.161,10
Capital social	1.239,44	1.238,04
Reservas de capital	5,56	5,56
Outros resultados abrangentes	-	-
Reservas de lucros	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	-	-
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	32.298,27	27.788,93
Sobras à disposição da Assembleia	997,45	1.128,57
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-
Total do patrimônio líquido	34.540,73	30.161,10
Total do passivo e do patrimônio líquido	55.504,04	46.915,48




LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
Contador - CRC 1SP-240473/O-2
CPF: 705.333.348-53

1.3 - Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

Operações em continuidade	2021	2020
Receita / Ingresso	61.614,56	51.698,27
Fornecimento de energia elétrica	25.885,24	22.959,94
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	27.611,81	21.413,37
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	(54,22)	900,10
Serviços cobráveis	228,65	86,48
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	7.715,83	6.338,38
Outras receitas	227,26	-
Tributos	(10.127,39)	(7.728,21)
ICMS	(8.773,36)	(6.785,00)
PIS-PASEP	(241,12)	(167,97)
COFINS	(1.112,90)	(775,24)
ISS	-	-
Encargos - Parcela "A"	(8.414,09)	(3.917,74)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(3.851,75)	(3.537,36)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(78,85)	(69,87)
Outros encargos	(4.483,48)	(310,50)
Receita líquida / Ingresso líquido	43.073,09	40.052,32

Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(27.997,18)	(24.650,79)
Energia elétrica comprada para revenda	(27.997,18)	(24.650,79)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de comb. para produção de energia elétr.	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	15.075,91	15.401,53
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(11.374,46)	(10.835,53)
Pessoal e administradores	(5.839,93)	(4.942,81)
Material	(1.064,13)	(1.373,96)
Serviços de terceiros	(1.689,74)	(1.823,49)
Arrendamento e aluguéis	(1.030,83)	(971,66)
Seguros	(75,94)	(72,99)
Doações, contribuições e subvenções	(50,78)	(39,21)
Provisões	(377,90)	(141,65)
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	118,46	123,11
Tributos	(71,33)	(50,41)
Depreciação e amortização	(795,81)	(785,16)
Gastos diversos	(1.745,83)	(609,06)
Outras Receitas Operacionais	1.771,05	443,59
Outras Despesas Operacionais	(521,74)	(591,83)
Resultado da Atividade	3.701,44	4.566,00
Equivalência patrimonial	-	-
Resultado Financeiro	912,04	530,66
Despesas financeiras	(5,70)	(69,08)
Receitas financeiras	917,74	599,73

Resultado antes dos impostos sobre os lucros	4.613,48	5.096,66
Despesa com impostos sobre os lucros	(235,25)	(378,52)
Resultado líquido das operações em continuidade	4.378,23	4.718,14
Operações descontinuadas		
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-
Resultado líquido do exercício		
Atribuível aos:		
Acionistas controladores	-	-
Acionistas não controladores	-	-
Lucro por ação	3,53	3,81
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	3,53	3,81
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade		
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-



LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
Contador - CRC 1SP-240473/O-2
CPF: 705.333.348-53

Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício

	Consolidado	
	2021	2020
Resultado do exercício		
Outros resultados abrangentes	-	-
Reserva de reavaliação	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Ganho líquido sobre instrumentos financeiros	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Equivalência sobre ganhos abrangentes de coligadas	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial	-	-
Diferenças atuariais	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Atribuível a:		
Acionistas Controladores	-	-
Acionistas Não Controladores	-	-

Observação: O modelo apresentado acima demonstra os efeitos tributários de forma individual, de forma que nenhuma divulgação adicional em nota explicativa é requerida.

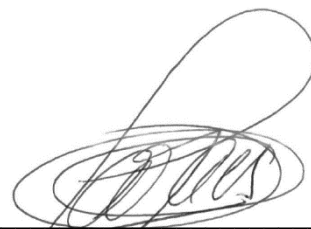


LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
 Contador - CRC 1SP-240473/O-2
 CPF: 705.333.348-53

1.4 – Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido – DMPL

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de reavalia�o	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposi�o da Assembleia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.235,44	5,56	-	-	-	23.070,20	1.129,16	-	25.440,35
Remunera�o das imobiliza�es em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	2,60	-	-	-	-	-	-	-	2,60
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realiza�o de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Reavalia�o	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido (Prejuízo do Exercício)	-	-	-	-	1.012,81	-	-	-	1.012,81
Destina�o proposta � A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	3.705,33	-	3.705,33
Reserva legal	-	-	-	-	-	3.352,36	(3.352,36)	-	-
FATES	-	-	-	-	(1.012,81)	995,84	16,97	-	0,00
Reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equaliza�o	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	370,53	(370,53)	-	0,00
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.238,04	5,56	-	-	-	27.788,93	1.128,57	-	30.161,09
Remunera�o das imobiliza�es em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	1,4	-	-	-	-	-	-	-	1,40
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido (Prejuízo do Exercício)	-	-	-	-	388,42	-	-	-	388,42
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	3.989,80	-	3.989,80
Reserva legal	-	-	-	-	-	3.522,45	(3522,45)	-	-
FATES	-	-	-	-	(388,42)	587,91	(199,49)	-	0,00
Reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	398,98	(398,98)	-	0,00
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.239,44	5,56	-	-	-	32.298,27	997,45	-	34.540,72

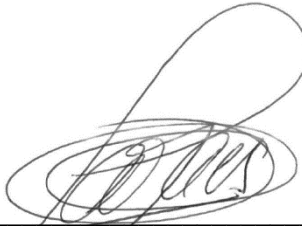


LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
Contador - CRC 1SP-240473/O-2
CPF: 705.333.348-53

1.5 – Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC

	Consolidado	
	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.622,41	2.537,25
Fornecimento de Energia	49.946,58	37.012,97
Suprimento de Energia	-	-
TUSD de Consumidores Livres e Geradores	-	-
Suprimento a Concessionárias	-	-
Recebimento da CCEE - Energia de Curto Prazo	-	-
Recebimento de RAP de Transmissão	-	-
Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	7.795,11	5.199,07
Outros Recebimentos Operacionais	149,58	69,33
Fornecedores - Materiais e Serviços	(5.745,05)	(5.849,77)
Fornecedores - Energia Elétrica	(26.831,20)	(23.558,16)
Salários e Encargos Sociais	(3.506,07)	(3.013,03)
Tributos sobre a Receita - Federais	(3.153,18)	(2.124,32)
Tributos sobre a Receita - Estaduais e Municipais	(5.654,83)	(525,02)
Tributos sobre o Lucro (IRPJ / CSLL)	(256,84)	(426,08)
Encargos de Transmissão	-	-
Demais Encargos Regulatórios	(7.140,75)	(3.371,65)
Outras Despesas Operacionais	(980,94)	(876,09)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(3.575,91)	(1.559,64)
Aquisição de Participações Societárias	-	-
Aportes / Aumento de Capital em Controladas	-	-
Investimentos	-	-
Imobilizado	(3.972,50)	(1.818,34)
Intangível	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos	-	-
Empréstimos / Mútuos Concedidos	-	-
Proventos Recebidos	396,58	258,70
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	1.046,50	977,61

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Empréstimos e Financiamentos Pagos	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Emitidos	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Pagos	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
Integralização de Capital	-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.046,50	977,61
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.046,50	977,61
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.046,50	977,61
No início do exercício	11.933,61	10.956,00
No fim do exercício	12.980,11	11.933,61



LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
Contador - CRC 1SP-240473/O-2
CPF: 705.333.348-53

1.6 – Notas Explicativas Societárias

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto Operacional

A CERRP é uma cooperativa, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a Distribuição de Energia, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e pelo Ministério de Minas e Energia. A Permissionária está autorizada a participar de consórcios ou companhias, em conjunto com empresas públicas e/ou privadas, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de energia, observada a legislação aplicável.

2 Das Permissões

A CERRP detém Permissão válida até o ano 2038, para a Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica no Município de São José do Rio Preto e região, Estado de São Paulo, conforme contrato de Permissão N° 013/2008, assinado em 30/06/2008 e aditivado em 14/04/2020. Atualmente (base dezembro/2021), possui 13.339 consumidores, sendo que, aproximadamente 7,61% desses consumidores, estão localizados em áreas rurais. Os consumidores não ligados em nossa Permissionária, são atualmente atendidos pelas Concessionárias que possuem Concessão para atuarem nessa região (CPFL Paulista e ENERGISA Sul Sudeste). Atualmente não atendemos nenhum “Consumidor Livre”, porém conectamos um consumidor industrial que opera no Mercado Livre de Energia.

O prazo concedido neste contrato com o Poder Concedente tem sua vigência do dia 30/06/2008 até o dia 29/06/2038. Durante o exercício de 2021, a ANEEL aprovou nossa solicitação de extensão do prazo do Contrato de Permissão de 20 para 30 anos, uma vez que, após a assinatura da CERRP em 2008, é que houve a regulamentação que permitia esse prazo e a possibilidade de prorrogação de prazo idêntico. A ANEEL, como Delegado do Poder Concedente, fez uma série de exigências, inclusive que a CERRP aceitasse que a regulamentação de seu Reajuste Tarifário fosse através do Submódulo PRORET 8.4. Como a CERRP atendeu a todos os requisitos, houve, então, a aprovação de sua prorrogação, que trouxe estabilidade de longo prazo para a Administração da Permissionária.

3 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com a Legislação específica emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, observando rigorosamente as exigências contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, respeitando também, nossa particularidade como Empresa Cooperativa.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Cooperativa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando alinhado às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS)

emitidas pelo IASB – (International Accounting Standard Board) com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011, com aplicação retroativa a 01 de janeiro de 2010 para fins de comparabilidade.

Conforme determinação da SFF/ANEEL, com o intuito de buscar a harmonização com as normas internacionais de contabilidade, destacamos as transferências do Ativo Imobilizado Vinculado para o Grupo Intangível e Ativo Financeiro conforme ICPC 01 e OCPC 05, determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Como o ICPC nº 01 não foi aprovado pela SFF/ANEEL, seus efeitos figuram somente nas Demonstrações Societárias. Em 2011, entrou em vigor a Contabilidade Regulatória, instituída pela Resolução ANEEL nº 396/2010. Orientações complementares foram expedidas pela SFF/ANEEL através dos Despachos: nºs 4.722/2009, 4.097/2010, 4.991/2011, 0155/2013, 4.413/2013, 4786/2014, 245/2016, 3.371/2016 e 4.356/2017. Para o presente exercício contábil foi renovado a vigência de todos os Despachos dos anos anteriores, e, a ANEEL esclareceu que, as dúvidas e/ou novas orientações serão publicadas no sítio da Agência Reguladora, no canal "Gestão de dados e normatização Contábil".

Houve aperfeiçoamento das normas da Contabilidade Regulatória a partir da publicação do Novo MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, pela Resolução Normativa ANEEL 605/2014, que entrou em vigor a partir de 01/01/2015, atualizada em 01/01/2022.

4 Principais Práticas Contábeis

. Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Estão, quando aplicável, demonstrados pelo custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis (Nota 5).

. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada até 31 de dezembro de 2021, contabilizado com base no regime de competência.

. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber, de acordo com as Instruções contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE (Nota 6).

- **Estoque (inclusive do ativo imobilizado)**

Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e, aqueles destinados a investimentos, estão classificados no Ativo Imobilizado em Curso pelo custo de aquisição e, também, controlados pelo custo médio.

- **Investimentos**

A CERRP não possui outros investimentos, senão em seu próprio imobilizado, destinado ao Serviço Público de Energia Elétrica.

- **Imposto de renda diferido**

A CERRP não diferiu nenhum Imposto no exercício de 2021 ou anterior.

- **Plano de complementação de aposentadoria e pensão.**

A CERRP não possui Planos Complementares de Aposentadoria e Pensão.

- **Apuração do resultado**

Os ingressos e dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência.

- **Outros direitos e obrigações**

Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes (longo prazo) estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

- **Estrutura das demonstrações contábeis**

Com referência às novas implementações na estrutura das demonstrações contábeis, em face a harmonização internacional e, em virtude do atendimento do Ofício de Encerramento nº 2.775/2008 – SFF/ANEEL, nº 127/2009 – SFF/ANEEL e Despachos ANEEL nºs 4.722/2009, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4.786/2014, 245/2016 e 3.371/2016, aplicou-se a mudança nos quadros do Ativo e Passivo, incluindo os subgrupos Ativo não Circulante e Passivo não Circulante, excluindo-se o grupo de Ativo Permanente, conforme determinação do Órgão Regulador.

Vale salientar que, no exercício 2012, a SFF/ANEEL determinou que, no Balanço Regulatório, fossem utilizados modelos diferenciados com a exposição das informações de forma direcionada a apuração de dados tarifários e que demonstrem o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão/Permissão. Adicionalmente, incluiu no rol das Demonstrações Contábeis, as chamadas Notas Conciliatórias que demonstram os ajustes efetuados entre o Balanço Societário e o Balanço Regulatório. Todos os quadros que compõem o Balanço Regulatório, a partir deste exercício, deverão, também, ser auditados pelo mesmo Auditor Independente das Demonstrações Contábeis Societárias, conforme Manual expedido pela ANEEL exclusivamente para esse fim.

Adicionalmente, conforme Despacho SFF/ANEEL No. 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4.786/2014, 245/2016 e 3.371/2016 estão sendo publicadas em separado, as Demonstrações Contábeis Regulatórias, compostas de: RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO, BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO, NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.

Conforme Ofício Circular 364/2012, a ANEEL desobriga as Permissionárias/Concessionárias a publicar as Demonstrações Contábeis Regulatórias e Despacho ANEEL 575/2013 dispensa as Cooperativas Permissionárias de publicarem suas demonstrações contábeis societárias e regulatórias em qualquer tipo de jornal, devendo apenas disponibilizá-las no sítio eletrônico da Permissionária e encaminhá-las à SFF para posterior divulgação na CIEFSE .

Vale destacar, também, a apuração e publicação, em Nota Explicativa do presente Balanço, o "Balanço Fiscal", composto das peças: BPF - Balanço Patrimonial Fiscal, composto dos quadros do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração do Resultado do Exercício Fiscal, e, DMPLF - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal, expresso na Nota No. 44.

5 Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários

A CERRP possui o montante de R\$ 10.174,84 (Reais/mil) em Títulos e Valores Mobiliários, devidamente contabilizados, desdobrados conforme demonstramos a seguir:

Instituição	Tipo de Aplicação	Vencimento	Remuneração	Legislação Societária	
				2021	2020
Bradesco S/A	Aplicação CDB	Indeterminado	CDI	1.926,76	1.847,53
Bradesco S/A	Conta Investimento	Indeterminado		1.002,44	51,69
Credicitrus	Aplicação RDC/CDI	Indeterminado	CDI	127,35	121,99

Caixa Econômica Federal	Conta Investimento	Indeterminado		2.810,66	6.994,19
Caixa Econômica Federal	Aplicação CDB	Indeterminado	CDI	-	348,05
Banco Santander	Aplicação Aut Contamax	Indeterminado		65,63	27,50
Caixa Econômica Federal	Aplicação CDB	Indeterminado		578,17	553,61
Caixa Econômica Federal	Aplicação CDB	Indeterminado	CDI	869,99	834,26
Banco do Brasil S/A	Aplicação CDB	Indeterminado	CDI	720,17	693,71
Banco do Brasil S/A	Conta Investimento	Indeterminado	CDI	3,83	18,71
CDB/RDB - BANCO SANTANDER	Aplicação CDB	Indeterminado	CDI	2.038,94	-
Credicitrus	Títulos e Valores Mobiliários	Indeterminado		30,90	27,51
União	Títulos e Valores Mobiliários	Indeterminado		0,01	0,01
Total				10.174,84	11.518,76

6 Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os valores referentes a Consumidores, Concessionárias e Permissionárias dos períodos de 2021 e 2020, estão assim elencados:

	Legislação Societária	
	2021	2020
Consumidores		
Faturados	6.525,33	4.830,00
Não Faturados	1.611,74	1.574,98
Sub Total	8.137,07	6.404,98
Concessionárias	0,00	0,00
Permissionárias	0,00	0,00
Comercialização no âmbito do CCEE	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00
Total	8.137,07	6.404,98

Composição das Contas a Receber

Legislação societária

Consumidor/Concessionárias/Permissionárias	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para devedores duvidosos		Saldo	
					2021	2020	2021	2020
Residencial	2.072,19	743,48	171,35	2.987,02	(171,35)	(156,80)	2.815,67	2.830,22
Industrial	404,75	5,61	298,75	709,11	(298,75)	(298,75)	410,36	410,36
Comércio, Serviços e Outras Atividades	855,21	124,02	176,55	1.155,78	(175,31)	(198,06)	980,47	957,72
Rural	529,30	70,41	9,24	608,95	(3,02)	(2,35)	605,93	606,60
Poder Público	9,96	1,69	-	11,65	-	-	11,65	11,65
Federal	-	-	-	-	-	-	-	-
Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-
Municipal	9,96	1,69	-	11,65	-	-	11,65	11,65
Iluminação Pública	224,32	-	-	224,32	-	-	224,32	224,32
Serviço Público	828,48	-	-	828,48	-	-	828,48	828,48
Atualização Regime de Competência	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargo a Recuperar na Tarifa	-	-	-	-	-	-	-	-
Renda não faturada	1.611,74	-	-	1.611,74	-	-	1.611,74	1.611,74
Subtotal - Consumidores	6.535,95	945,21	655,89	8.137,05	(648,43)	(655,96)	7.488,62	7.481,09
Concessionárias	-	-	-	-	-	-	-	-
Permissionárias	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização no MAE:	-	-	-	-	-	-	-	-
Concessionárias/permissionárias	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	6.535,95	945,21	655,89	8.137,05	(648,43)	(655,96)	7.488,62	7.481,09

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa das Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos Normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - (a) Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
 - (b) Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e
 - (c) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

Conforme determinação Regulatória, apropriamos na Conta 1119.1.09, o valor concedido a título de descontos regulatórios, a ser reembolsado pela CCEE, via Subsídio CDE, bem como o valor de Subsídio Baixa Densidade de Cargas Tarifas publicada pela ANEEL em função da determinação da concessão de descontos gerais aos nossos consumidores implementados pela política governamental.

Tais subsídios a receber, em dezembro/2021, importavam em: 2.186,48 (R\$/MIL), ativos e R\$/MIL 376,37 passivos, totalizando um valor líquido de R\$/MIL 1.810,11 R\$/MIL.

7 Imobilizado

Segue quadro de conciliação do Ativo Imobilizado Regulatório com o Ativo Imobilizado Societário:

	2021	2020
Em Serviço Societário	910,30	677,34
Em Curso Societário		
Ativo Financeiro da Concessão	5.469,97	3.740,17
Ativo Intangível da Concessão	18.134,60	16.123,61
Ativo Intangível em Curso	4.429,35	3.035,35
Reavaliação Regulatória Compulsória	21.050,32	22.634,53
Sob Total	49.994,55	46.210,99
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	-12.363,28	-10.459,85
Sub Total	-12.363,28	-10.459,85
Total	37.631,27	35.751,14
Ativo Imobilizado Societário	910,30	677,34
Ativo Imobilizado Regulatório	37.631,27	35.751,14

A partir de 2011, foram reclassificados valores do ativo imobilizado que estão em função do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para os grupos de Ativo Financeiro e Ativo Intangível, atendendo o OCPC 05. onde:

De acordo com os contratos de concessão, consideram-se bens vinculados aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos.

- **Ativo intangível**

Foi reclassificado para o ativo intangível os valores referentes ao imobilizado residual, onde estes têm sua reintegração total realizada dentro da concessão dos serviços público conforme abaixo

	Custo	Depreciação e/ou Amortização Acumulada	Valor Líquido 2021	Valor Líquido 2020
Intangíveis				
Em Serviço	18.498,97	-364,37	18.134,60	16.123,61
Em Curso	4.429,35	0,00	4.429,35	4.429,35
Total	22.928,32	-364,37	22.563,95	19.158,96

8 Ativo e Passivo Setorial Financeiro

Em 31 de Dezembro de 2021, conforme MCSE os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais possuíam os seguintes saldos:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2020	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2021
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-
Proinfra	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	1.468,64	2.713,26	(1.577,22)	0,49	(1.091,56)	1.513,61
Majoração PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	117,51	58,23		0,49	(117,52)	58,71
Sobrecontratação de Energia	-					-
Diferimento de Reposição na RTP	-					-
Outros	1.351,13	2.655,03	(1.577,22)		(974,04)	1.454,90
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	1.468,64	2.713,26	(1.577,22)	0,49	(1.091,56)	1.513,61

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2020	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2021
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	429,44	210,94	(762,07)	1,13	439,52	318,96
Majoração PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	176,76	187,45	(284,49)	1,13	91,97	172,82
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-
Outros	252,68	23,49	(477,58)	-	347,55	146,14
Total Passivos Financeiros Setoriais	429,44	210,94	(762,07)	1,13	439,52	318,96

9 Fornecedores

	Legislação Societária	
	2021	2020
CPFL - Cia. Paulista de Força e Luz	2.612,93	2.215,16
CPFL - Penalidade por Ultrapassagem de Consumo	-	-
Energisa Sul-Sudeste - Distribuição de Energia S.A.	751,47	878,66
PROINFA	-	-
Sub Total - Fornecedores de Energia Elétrica	3.364,40	3.093,82
Fornecedores de energia Elétrica - CCEE	-	-
Subtotal	-	-
Materiais e Serviços	255,73	428,33
Subtotal - Materiais e Serviços	255,73	428,33
Total	3.620,12	3.522,15

10 Empréstimos e Financiamentos

	Legislação societária				
	Longo Prazo			Total	
	Circulante		Prazo	2021	2020
	Principal	Encargos	Principal		
Moeda estrangeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Moeda Nacional					
Eletrobrás/RGR/Luz para todos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Caixa Econômica Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

11 Taxas Regulamentares

Demonstramos abaixo as Taxas Regulamentares sob responsabilidade de nossa Empresa, referente aos exercícios 2020 e 2021.

	Legislação Societária	
	2021	2020
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	0,00	0,00
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	0,00	0,00
Quota da conta de Consumo de Combustível - CCC	0,00	0,00
Taxa de Fiscalização - ANEEL	78,85	69,87
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	3.851,75	3.537,36
Pesquisa e Desenvolvimento Energética - PEE	0,00	0,00
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	0,00	0,00
Bandeiras Tarifárias a Recolher	4.483,48	310,50
Total	8.414,09	3.917,74

12 Tributos e Contribuições Sociais - Longo Prazo

A CERRP possui em seu Ativo Longo Prazo créditos de ICMS sobre Ativo Imobilizado no valor de 475,96 R\$/MIL.

13 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Não há imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos na CERRP no exercício de 2021 e anteriores.

14 Provisões para Contingências

- **Contingências Trabalhistas**

No exercício de 2020 e 2021 não houve reversão de contingências trabalhistas a provisionar.

- **Contingências Cíveis**

No exercício de 2021, conforme relatório do Departamento Jurídico, houve a provisão para contingências cíveis no valor de R\$/mil 125,48. Esta provisão refere-se a questões impetradas por consumidores. Em 2020 não houve provisão, manutenção e nem reversão de provisões cíveis.

- **Contingências Fiscais**

No exercício de 2020 e 2021 não houve reversão de contingências fiscais a provisionar.

Provisões para Contingências

Contingência	Valor da Provisão		2021 Depósitos Judiciais	Valor da Provisão		2020 Depósitos Judiciais
	No Exercício	Acumulada		No Exercício	Acumulada	
Trabalhistas						
Plano						
Blesser	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Collor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Periculosidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cíveis						
Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Consumidores	125,48	125,48	0,00	30,11	30,11	0,00
Empreiteiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub Total	125,48	125,48	0,00	30,11	30,11	0,00
Fiscais						
Cofins	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pis/Pasep	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	125,48	125,48	0,00	30,11	30,11	0,00

15 Patrimônio Líquido

15.1. Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2021 representa R\$ 1.239,44 (Reais/mil), sendo composto por 1.239.444 cotas de responsabilidade limitada de R\$ 1,00 cada, com a seguinte composição:

Cotistas	Diretoria	Cotas	%
ODAIR CORNELIANI MILHOSSI	Presidente	121	0,01%
RENATO PAZIANOTO	Vice Presidente	10	0,00%
RONALDO ARCILIO DA SILVA	Secretário	85	0,01%
ARMINDO MARIN	Diretor	701	0,06%
JORGE JAFET ARGENTIN	Diretor	409	0,03%
OSCAR NOGAROTO	Diretor	127	0,01%
OSMAR COVRE	Diretor	109	0,01%
INÁCIA IZABEL FERREIRA	Conselho Fiscal	137	0,01%
OILDES APARECIDO DALOSSO	Conselho Fiscal	341	0,03%
JOSE PAULO FERREIRA	Conselho Fiscal	187	0,02%
JOSE APARECIDO BARUFI	Conselho Fiscal (Suplente)	107	0,01%
ARCELINO MOIOLI	Conselho Fiscal (Suplente)	58	0,00%
BENEDITO BENTO BELEI	Conselho Fiscal (Suplente)	335	0,03%
TOTAL		2.727	0,22%
DEMAIS COTISTAS		1.236.717	99,78%
TOTAL GERAL		1.239.444	100,00%

Composição Acionária

O Capital Social Subscrito da CERRP – Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de São José do Rio Preto em 31 de dezembro de 2021 representa R\$ 1.239,46 (Reais/mil) e o capital a integralizar representa R\$ 0,02 (Reais/mil), cujo processo de individualização e o seu controle encontra-se informatizado e devidamente conciliados com as fichas de matrículas e o saldo contábil.

15.2. Reserva de Capital

A composição das Reservas de Capital está desdobrada de acordo com a tabela abaixo:

	Legislação Societária	
	2021	2020
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	0,00	0,00
Doações e subvenções para investimentos	0,00	0,00
Contas de resultados a compensar (CRC)	0,00	0,00
Outras	5,56	5,56
Sub Total	5,56	5,56
Total da Reserva de Capital	5,56	5,56

15.3. Reservas de Lucros e Sobras

A composição das Reservas de Lucros e Sobras está desdobrada de acordo com a tabela abaixo:

	Legislação Societária	
	2021	2020
Reserva Legal	18.816,72	15.294,26
FATES	7.174,35	6.586,44
Reserva de Desenvolvimento	6.307,20	5.908,22
Lucros/Prejuízo Acumulados	0,00	0,00
Sobras/Perdas Destinadas a AGO	997,45	1.128,57
Capital Social	1.239,44	1.238,04
Sub Total	34.535,17	30.155,54
Total Patrimônio Líquido	34.540,73	30.161,10

16 Ajustes de Exercícios Anteriores

Durante o exercício de 2021 não houve nenhum ajuste em exercícios anteriores.

17 Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

No exercício de 2021 não houve cálculo e distribuição de juros sobre Capital Próprio.

18 Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

	Nº de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Receita Bruta						
Fornecimento - Faturado	13.339	11.512	73,683	68,119	50.653,46	43.921,56
Residencial	11.743	9.872	23,872	21,175	22.332,19	16.734,03
Industrial	27	29	14,024	13,835	2.313,30	8.276,27
Comercial	487	475	9,685	8,216	8.323,90	5.823,18
Rural	1.015	1.019	10,811	10,485	6.817,45	5.054,76
Poder público	2	1	0,122	0,128	93,95	92,98
Iluminação pública	15	74	3,659	3,439	2.160,63	1.573,26
Serviço público	50	42	11,509	10,841	8.612,05	6.367,08
Suprimento Faturado					-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado						

OBS: O Valor expresso em R\$/mil foi formado por (Consumo + Demanda + Fator de Potência + ICMS + PIS + COFINS).

Salientamos que a classe Consumo Próprio foi contabilizada em grupo específico conforme determinação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

19 Compra e Venda de Energia Elétrica de Curto Prazo no Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Nos exercícios de 2021 e 2020 a CERRP não efetuou operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

20 Energia Elétrica Comprada para Revenda:

	Quantidade MWh		Legislação Societária	
	2021	2020	2021	2020
Companhia Nacional de Energia	22.394,41	21.572,92	4.925,02	6.507,24
CPFL	55.094,28	50.613,63	20.328,60	16.060,30
PROINFA	1.331,33	2.054,59	574,15	533,20
OUTROS			2.169,41	1.550,05
	78.820,01	74.241,15	27.997,18	24.650,79

21 Despesas Operacionais

	Legislação societária		Legislação		Legislação	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
	Despesas com Vendas		Despesas Operacionais		Despesas Gerais	
Pessoal	0,00	0,00	5.047,28	4.195,79	0,00	0,00
Remunerações	0,00	0,00	2.702,75	2.208,41	0,00	0,00
Encargos Sociais	0,00	0,00	1.080,42	939,32	0,00	0,00
Auxílio alimentação	0,00	0,00			0,00	0,00
Indenizações (Rescisões)	0,00	0,00	77,79	1,31	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transf. imobilização em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Auxílio estudante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros benefícios	0,00	0,00	1.186,31	1.046,76	0,00	0,00
Material	0,00	0,00	1.064,13	1.373,96	0,00	0,00
Serviços de Terceiros	0,00	0,00	1.689,74	1.823,49	0,00	0,00
Arrendam. e Aluguéis	0,00	0,00	1.030,83	971,66	0,00	0,00
Deprec. e Amortização	0,00	0,00	795,81	785,16	0,00	0,00
Provisões	0,00	0,00	377,90	141,65	0,00	0,00
Provisões (PDD)	0,00	0,00	377,90	141,65	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	30.615,25	26.046,38	0,00	0,00
Energia comprada para revenda	0,00	0,00	27.997,18	24.650,79	0,00	0,00
Taxa de fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00	71,33	50,41	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	2.546,74	1.345,18	0,00	0,00
Total Geral	0,00	0,00	40.620,95	35.338,08	0,00	0,00

22 Despesas Financeiras

Os encargos financeiros e as variações monetárias, distribuídos por macro atividades, estão apropriados no resultado e no imobilizado em curso, quando for o caso, de acordo com a Instrução Contábil no 6.3.6 sub item 2D do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e a Instrução CVM no 193, de 11 de julho de 1996, conforme demonstrativo abaixo:

	Legislação Societária						
	Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de	Energia Elétrica					2021
	Geração	Transmissão	Distribuição	Comercialização			
Encargos Financeiros Total	0,00	0,00	5,70	0,00	0,00	5,70	69,08
(-) Transferência para Imobilizado em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líquido apropriado no exercício	0,00	0,00	5,70	0,00	0,00	5,70	69,08
Efeitos Inflacionários e Cambiais Totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferência para Imobilizado em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líquido apropriado no exercício	0,00	0,00	5,70	0,00	0,00	5,70	69,08

23 Reconciliação das Taxas Efetivas e Nominais da Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo da provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social neste exercício são demonstradas a seguir:

	Legislação Societária	
	2021	2020
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	4.613,48	5.096,66
(+/-) Ajuste Lalur	-3.837,28	-3.891,51
Lucro (Prejuízo) Fiscal antes do Imposto de Renda e Contr. Social	776,20	1.205,15
Imposto de renda e Contribuição Social calculados (15% e 9%)	-235,25	-378,52
Efeitos Fiscais Sobre:	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	0,00
Juros sobre o Capital Próprio	0,00	0,00
Incentivos Fiscais	0,00	0,00
Encargos Capitalizados	0,00	0,00
Compensação da CSLL com a COFINS	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado	-235,25	-378,52

24 Participação nos Resultados

Não foi implantado o programa de participação dos empregados nos lucros da Empresa, até o exercício de 2021.

25 Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados

Não foi implantado o plano previdenciário e outros benefícios aos empregados da Empresa, até o exercício de 2021.

26 Transações com Partes Relacionadas

A CERRP possui 03 (três) Contratos com Partes Relacionadas, todos firmados com a UNIÃO – Cooperativa de Serviços Elétricos e Desenvolvimento. Os Contratos versam sobre Locação de Imóveis, Poda da faixa de servidão das redes de distribuição e Locação de Veículos. As anuências foram concedidas para Regularização através dos seguintes Despachos da ANEEL:

- Locação de Imóveis: Despacho SFF/ANEEL nº. 1.988 de 26/07/2016;
- Locação de Veículos: Despacho SFF/ANEEL nº. 2204/2016, aditivado pelo Despacho SFF/ANEEL Nº. 1003/2020; e,
- Terceirização do Serviço de Podas e Limpezas da Faixa de Servidão das Redes de Distribuição: Despacho SFF/ANEEL No. 3.117/2021.

A título de remuneração da diretoria “chave – administrativa”, foram pagos durante o exercício:

legislação societária

	2021	2020
Remuneração	646,41	610,44
Encargos	129,28	122,09
Total	775,69	732,52

27 Instrumentos Financeiros

Não houve a utilização de Instrumentos Financeiros no exercício contábil de 2021 e 2020, exceção feita a aplicações a curto prazo em 2021, devidamente demonstradas e conciliadas com o extrato bancário que expressa o mesmo valor contábil.

28 Programa de Recuperação Fiscal – REFIS

No exercício de 2021 não participamos de processo de recuperação fiscal - REFIS.

29 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

TIPO	VIGÊNCIA	PRÊMIO	RAMO	OBS	SEGURADORA
DANOS FÍSICOS DO BEM, DANOS ELÉTRICOS E SUBTRAÇÃO DE BENS	17/01/2021 a 17/01/2022	4.777,71	VEICULO	HILUX ERA 7G07	ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A
DANOS FÍSICOS DO BEM, DANOS ELÉTRICOS E SUBTRAÇÃO DE BENS	17/01/2021 a 17/01/2022	4.499,60	VEICULO	HILUX GGG 3H62	ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A
DANOS FÍSICOS DO BEM, DANOS ELÉTRICOS E SUBTRAÇÃO DE BENS	17/01/2021 a 17/01/2022	4.499,60	VEICULO	HILUX EQX 7D69	ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A
DANOS FÍSICOS DO BEM, DANOS ELÉTRICOS E SUBTRAÇÃO DE BENS	13/01/2021 a 13/01/2022	1.922,10	VEICULO	FIAT PALIO FSK 6190	BRADESCO SEGUROS
DANOS FÍSICOS DO BEM, DANOS ELÉTRICOS E SUBTRAÇÃO DE BENS	20/02/2021 a 20/02/2022	1.892,23	VEICULO	STRADA GEO 2A58	ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A
DANOS FÍSICOS DO BEM, DANOS ELÉTRICOS E SUBTRAÇÃO DE BENS	20/02/2021 a 20/02/2022	1.892,23	VEICULO	STRADA ELA 6I27	ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A
DANOS FÍSICOS DO BEM, DANOS ELÉTRICOS E SUBTRAÇÃO DE BENS	22/04/2021 a 22/04/2022	1.282,66	VEICULO	CRUZE FJW-8562	TOKIO MARINE AUTO
DANOS FÍSICOS DO BEM, DANOS ELÉTRICOS E SUBTRAÇÃO DE BENS	02/05/2021 a 02/05/2022	2.995,38	VEICULO	S10 PICK FSO-2026	TOKIO MARINE AUTO
DANOS FÍSICOS DO BEM, DANOS ELÉTRICOS E SUBTRAÇÃO DE BENS	20/05/2021 a 20/05/2022	4.263,19	VEICULO	S10 NOVA FRZ-8550	ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A
DANOS FÍSICOS DO BEM, DANOS ELÉTRICOS E SUBTRAÇÃO DE BENS	30/05/2021 a 30/05/2022	1.976,59	VEICULO	PALIO FRI-8186	TOKIO MARINE AUTO
INCÊNDIO, DANOS ELÉTRICOS E OUTROS	11/06/2021 a 11/06/2022	5.955,75	PREDIO	AREA ADMINISTRATIVO/DISTRIBUIÇÃO	SOMPO SEGUROS
DANOS FÍSICOS DO BEM, DANOS ELÉTRICOS E SUBTRAÇÃO DE BENS	17/06/2021 a 17/06/2022	3.861,96	VEICULO	CAMINHÃO NOVO	TOKIO MARINE AUTO

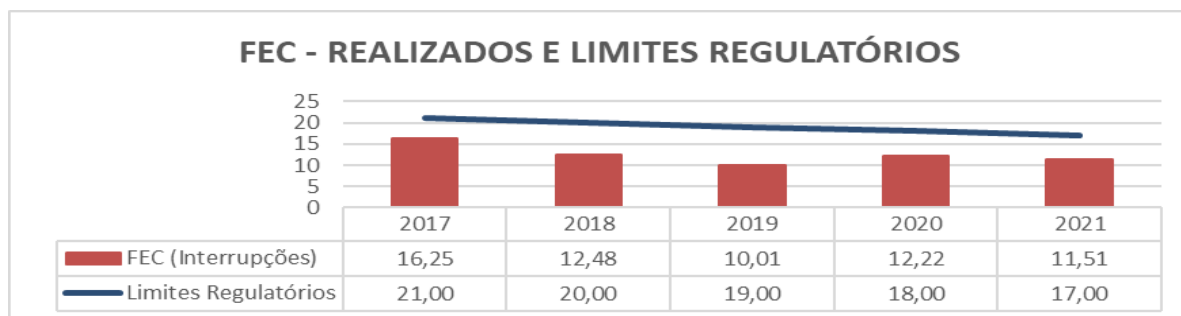
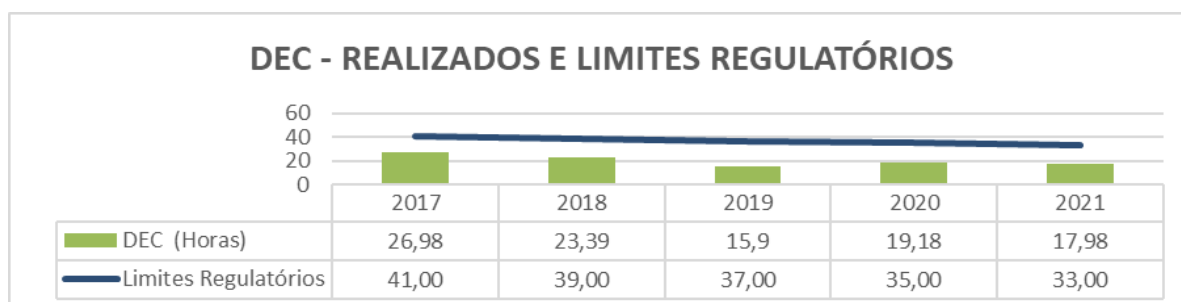
DANOS FÍSICOS DO BEM, DANOS ELÉTRICOS E SUBTRAÇÃO DE BENS	29/06/2021 a 29/06/2022	6.870,60	VEICULO	CAMINHÃO FUW-3231	TOKIO MARINE AUTO
DANOS FÍSICOS DO BEM, DANOS ELÉTRICOS E SUBTRAÇÃO DE BENS	30/06/2021 a 30/06/2022	2.682,20	VEICULO	CAMINHÃO FUJ-4553	TOKIO MARINE AUTO
DANOS FÍSICOS DO BEM, DANOS ELÉTRICOS E SUBTRAÇÃO DE BENS	30/06/2021 a 30/06/2022	6.617,79	VEICULO	CAMINHÃO FUV-9426	TOKIO MARINE AUTO
DANOS FÍSICOS DO BEM, DANOS ELÉTRICOS E SUBTRAÇÃO DE BENS	11/07/2021 a 11/07/2022	1.966,37	GUINDAS TE ARGOS SUBST. TKA	CAMINHÃO FUW-3231	PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
DANOS FÍSICOS DO BEM, DANOS ELÉTRICOS E SUBTRAÇÃO DE BENS	14/07/2021 a 11/07/2022	1.150,61	GUINDAS TE TKA	CAMINHÃO FUW-3231	PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
DANOS FÍSICOS DO BEM, DANOS ELÉTRICOS E SUBTRAÇÃO DE BENS	14/07/2021 a 26/09/2021	204,60	GUINDAS TE TKA	CAMINHÃO FUV 9426	PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
DANOS FÍSICOS DO BEM, DANOS ELÉTRICOS E SUBTRAÇÃO DE BENS	24/07/2021 a 24/07/2022	6.040,58	VEICULO	STRADA FQQ-1732 STRADA FSS-9273 STRADA FSM-3751	LIBERTY SEGUROS S/A
DANOS FÍSICOS DO BEM, DANOS ELÉTRICOS E SUBTRAÇÃO DE BENS	31/07/2021 a 31/07/2022	3.925,23	VEICULO	CAMINHÃO ESA 0426	TOKIO MARINE AUTO
DANOS FÍSICOS DO BEM, DANOS ELÉTRICOS E SUBTRAÇÃO DE BENS	01/08/2021 a 01/08/2022	1.937,10	GUINDAS TE	CAMINHÃO ESA 0426	PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
DANOS FÍSICOS DO BEM, DANOS ELÉTRICOS E SUBTRAÇÃO DE BENS	06/08/2021 a 06/08/2022	1.896,05	CESTO AEREO	CAMINHÃO FUJ 4553	PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
DANOS FÍSICOS DO BEM, DANOS ELÉTRICOS E SUBTRAÇÃO DE BENS	26/09/2021 a 26/09/2022	2.771,98	GUINDAS TE	CAMINHÃO FUV 9426	PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
DANOS FÍSICOS DO BEM, DANOS ELÉTRICOS E SUBTRAÇÃO DE BENS	27/10/2021 a 22/04/2022	650,62	VEICULO	COROLLA	TOKIO MARINE AUTO

30 Eventos Subsequentes

30.1 Índices de Continuidade e Frequência (DEC/FEC)

Um dos pilares da Regulação do Setor Elétrico Brasileiro é o controle dos índices de interrupção, ou seja, energia com qualidade e continuidade.

Fruto dos investimentos maciços em melhoria de todas as nossas redes de distribuição, com satisfação, anunciamos que nossa Empresa ficou bem abaixo dos patamares regulatórios de qualidade, onde, em 2021, os indicadores DEC e FEC registraram 17,98 horas e 11,51 eventos anuais respectivamente, enquanto os limites definidos pela Aneel são 33 horas e 17 eventos anuais, respectivamente. Vale salientar que nossos índices, conforme determinação Regulatória, são verificados através do Sistema de Qualidade ISO9000, cuja certificação vigora até fevereiro/2024, quando buscaremos a recertificação.



30.2 Subsídios Tarifários DECRETO 9.642/2018, de 27 de dezembro de 2018

Em 27/12/2018, o Governo Federal publicou o Decreto 9.642/2018 que, entre outros assuntos, definiu:

- Fim do Subsídio Classe Rural no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CERRP;

b) Fim do Subsídio Classe Água e Esgoto no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CERRP;

c) Veto ao Subsídio composto, este de aplicação imediata, ou seja, subsídio para irrigação não pode ser aplicado sobre o valor da tarifa rural, que já contém desconto sobre a tarifa básica;

Em 2021 os efeitos deste decreto já trouxeram impacto aos consumidores até então amparados por subsídios.

30.3 Efeitos da Revisão dos IFRS 9, 15 e 16. (Só na Societária)

A CERRP, em função de seu porte, não sofreu efeitos do IFRS 9 (Nova normatização dos Instrumentos Financeiros), IFRS 15 (Normatização de reconhecimento de receitas), e, IFRS 16 – (Arrendamentos).

Com relação ao reconhecimento de Receitas, sendo a CERRP uma Empresa Regulada, só afere receita em função do Serviço Público de Energia Elétrica, e, por essa razão, não houve mudanças na forma de contabilização.

30.4 Perdas Regulatórias e Realizadas

No exercício de 2021 a CERRP contabilizou 7,44% de Perdas (Técnicas mais não técnicas). Durante o ano de 2022, a CERRP continuará perseguindo a meta regulatória, renovando seus ativos com inovação tecnológica, e, combatendo os desvios de energia (gatos).

30.5) Revisão do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico

A CERRP mantém-se constantemente atualizada para tempestivamente implementar a atualização das normas, e, ao mesmo tempo, mensurar seus efeitos aos Srs. Cooperados.

A Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL publicou, em 2021, o Despacho No. 2904, de 17/09/2021, aprovando o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, versão 2022 para todas as Empresas do Setor Elétrico. As modificações, a nível procedimental, deverão ser implementadas na EFLUL a partir do dia primeiro de janeiro de 2022, e, para tanto, ensejará os trabalhos de implantação e alteração de sistemas extra-contabeis para seu completo cumprimento.

30.6) Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Durante o exercício de 2020, o STF encerrou o julgamento do tema EXCLUSÃO DO ICMS NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E COFINS, consagrando, de forma definitiva, que o ICMS não deve fazer parte da base de cálculo destes impostos federais. A CERRP já efetuou o levantamento dos valores que solicitará devolução à Receita Federal, que atualmente somam R\$ 995.671,28 mil reais, e, assim que for diferido pela Receita, procederá a devolução aos consumidores da forma exigida pela ANEEL, quer seja em devolução tarifária, quer seja na devolução diretamente aos consumidores envolvidos.

30.7) Bônus Redução Voluntária de Energia

Implantado pelo Governo Federal através do Ministério de Minas e Energia, o Bonus Redução Voluntária de Energia trouxe incentivos financeiros para aqueles que contribuísssem com a economia de energia no período seco da crise hídrica do ano de 2021. A apuração desta economia encerrou-se no dia 31/12/2021, sendo o seu pagamento devido quando do consumo apurado no mês de janeiro/2022. O valor desta bonificação será reposta pelo Fundo da Conta Centralizadora CDE após a comprovação de sua devolução.

CIPA CERRP:

A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) é composta por representantes do empregador e dos empregados, e tem como missão a preservação da saúde e da integridade física dos trabalhadores e de todos aqueles que interagem com a instituição

Faz-se reuniões mensais, realizadas no escritório da CERRP e os membros da CIPA fiscalizam seus empregados, verificando se eles estão fazendo uso dos equipamentos disponibilizados pela Empresa e dentro dos padrões de segurança.

31 Balanço Social

Recursos Humanos

Em 2021, a Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de São José do Rio Preto - CERRP desenvolveu seu papel social, proporcionando aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários, sempre considerando a especificidade de cada função exercida.

Neste sentido, houve quando necessário, o envio dos funcionários para o tele-trabalho, bem como a divisão da equipe técnica em turmas que não tinham contato entre si, para que eventuais contaminações não se espalhassem por todo o departamento técnico.

Para aqueles que foram contaminados, puderam contar com todo o apoio da CERRP, bem como suporte medico quando necessário.

Demonstração do Balanço Social - 2021 e 2020
 (Valores expressos em milhares de reais)

	2021			2020		
	R\$ mil			R\$ mil		
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)			43.073,08			40.052,32
Lucro Operacional (LO)			3.701,44			4.566,00
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			5.839,93			4.942,81
			% sobre			% sobre
2 - Indicadores sociais internos	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	659,28	11,29%	1,53%	584,22	11,82%	1,46%
Encargos sociais compulsórios	1.209,71	20,71%	2,81%	1.061,40	21,47%	2,65%
Entidade de previdência privada	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	433,93	7,43%	1,01%	373,98	7,57%	0,93%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Educação - Auxílio educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	22,69	0,39%	0,05%	-	0,00%	0,00%
Auxílio creche	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Incentivo à aposenta. e demissão voluntária	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Vale-transporte - excedente	1,44	0,02%	0,00%	0,88	0,02%	0,00%
Outros Benefícios	61,29	1,05%	0,14%	88,64	1,79%	0,22%
Total	2.388,34	40,90%	5,54%	2.109,12	42,67%	5,27%
			% sobre			% sobre
3 - Indicadores sociais externos	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Educação - Programa Luz das Letras	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Habitação - Reassentamento de famílias	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Doações e contribuições	50,78	1,37%	0,13%	39,21	0,86%	0,10%
Total de contribuições para a sociedade	50,78	1,37%	0,13%	39,21	0,86%	0,10%
Tributos - excluídos encargos sociais	10.198,72	23,68%	25,46%	7.778,62	19,42%	19,42%
Total	10.249,50	25,05%	25,59%	7.817,84	20,28%	19,52%

% sobre

% sobre

4 - Indicadores ambientais	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Desapropriações de terras	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Museu Ecológico	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%

	2021	2020
5 - Indicadores do corpo funcional	em unidades	em unidades
Empregados no final do período	49	45
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	11	10
Ensino médio	36	33
Ensino fundamental	2	2
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	9	5
De 30 até 45 anos (exclusive)	24	24
Acima de 45 anos	16	16
Admissões durante o período	10	2
Mulheres que trabalham na empresa	5	4
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em rel. ao total de mulheres	0,00%	0,00%
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em rel. ao total de gerentes	0,00%	0,00%
Negros que trabalham na empresa	7	7
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao total de negros	0,00%	0,00%

% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao total de gerentes	0,00%	0,00%
Portadores de deficiência física	1	1
Dependentes	0	0
Estagiários	1	3
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	12,20	10,83
Maior remuneração	14,3	12,83
Menor remuneração	2,10	2,00
Acidentes de trabalho	0	0

32 Análise Econômico-Financeira

32.1 Informações Gerais

O desempenho Econômico-Financeiro da CERRP, refere-se ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021, sendo que, ao término do exercício de 2021, auferimos os seguintes resultados:

Receita Anual

A Receita Operacional de Distribuição Anual decorrente no exercício atingiu um montante de R\$ 43.073,09 (Reais/mil), superior ao ano anterior em 7,54% que foi de R\$ 40.052,32 (Reais/mil).

Número de Consumidores

O Número de Consumidores faturados em dezembro de 2021 foi de 13.339, já em 2020 foi de 11.512 ocasionando um aumento de 15,87% em relação ao ano anterior.

Classe	2021	2020	Var %
Residencial	11743	9872	18,95%
Comercial	487	475	2,53%
Industrial	27	29	-6,90%
Rural	1015	1019	-0,39%
Outros	67	117	-42,74%
Poderes Públicos	2	1	100,00%
Iluminação Pública	15	74	-79,73%
Serviço Público	50	42	19,05%
Total	13.339	11.512	15,87%

Despesas com Pessoal

As Despesas com Pessoal anual decorrente do exercício de 2021, importou em R\$ 4.195,79 (Reais/mil) e no exercício anterior foi de R\$ 3.994,70 (Reais/mil), ocasionado um aumento de 5,03% em relação ao ano anterior.

Classificação	Nome conta	2020	2019	Var %
6105.X.05.01	Remuneração	2.208,41	2.224,40	-0,72%
6105.X.05.02	Encargos	939,32	874,84	7,37%
6105.X.05.06	Despesas Rescisórias	1,31	34,29	-96,18%
6105.X.05.08	Outros Benefícios Correntes	1.033,22	861,17	19,98%
6105.X.05.99	Outras Remunerações	13,53	-	#DIV/0!
Total		4.195,79	3.994,70	5,03%

Despesas Administrativas e Gerais

As despesas Administrativas e Gerais no exercício de 2021, foi de R\$ 40.620,95 (Reais/mil), superior em 14,95% à do ano anterior que foi de R\$ 35.338,08 (Reais/mil).

Despesas Administrativas e Gerais				
Classificação	Nome conta	2020	2019	Var %
6105.3.01	Energia elétrica comprada para revenda	24.650,79	20.149,45	22,34%
6105.X.05	Pessoal	4.195,79	3.994,70	5,03%
6105.X.06	Administradores	747,02	758,04	-1,45%
6105.X.07	Materiais	1.373,96	745,91	84,20%
6105.X.08	Serviços de Terceiros	1.823,49	1.566,70	16,39%
6105.X.09	Arrendamento e aluguéis	971,66	802,99	21,01%
6105.X.10	Seguros	72,99	53,92	35,37%
6105.X.11	Doações, contribuições e subvenções	39,21	41,34	-5,14%
6105.X.12	Provisões	141,65	0,34	41076,21%
6105.X.15	(-) Recuperação de despesas	-123,11	-70,47	74,71%
6105.X.16	Tributos	50,41	37,49	34,48%
6105.X.17	Depreciação e amortização	163,49	158,55	3,11%
6105.X.18	Amortização	621,67	586,00	6,09%
6105.X.19	Gastos diversos	609,06	1.172,00	-48,03%
Total		35.338,08	29.996,98	17,81%

Receita (Despesa) Financeira

O Resultado Financeiro no exercício de 2021, importou em R\$ 912,04 (Reais/mil), enquanto que, no exercício de 2020, houve um Resultado Financeiro R\$ 530,66 (Reais/mil).

Resultado Financeiro				
Classificação	Nome conta	2021	2020	Var %
6301	Receitas financeiras	917,74	599,73	18,33%
6305	Despesas financeiras	-5,70	-69,08	76,96%
Total		912,04	530,66	16,64%

32.2 Análise Econômico-Financeira

Coeficientes	Fórmula	Unidade	2021	2020
1. Liquidez				
Corrente Ou Comum	AC / PC	R\$	3,04	3,68
Seca	(AC - E) / PC	R\$	2,96	3,59
Absoluta	AD / PC	R\$	1,52	1,91
Geral	(AC + RLP) / (PC + ELP)	R\$	2,65	2,80
2. Lucratividade				
Brutas s/ Vendas	(LB / VB) x 100	%	7,49	10,42
Operacional S/ Vendas	(LO / VB) x 100	%	6,01	9,33
Líquida s/ Vendas	(LL / VB) x 100	%	7,11	10,78
Líquida s/ Capital	(LL / CS) x 100	%	353,24	381,10
Líquida s/ Patrimônio Líquido	(LL / PL) x 100	%	12,68	15,64
3. Rentabilidade				
Retorno Líquido s/ Investimentos	(LL/AT) X 100	%	7,89	10,06
4. Endividamento				
Recurso de Terceiros no Investimento	[(PC + ELP - ADC) / AT] x 100	%	37,77	35,71
Recurso Próprios no Investimento	[(PL + REF - ADC) / AT] x 100	%	62,23	64,29

5. Investimento				
Capital Fixo Aplicado	$(AP / AT) \times 100$	%	42,31	42,28
Capital de Risco Aplicado	$[(AC + RLP) / AT] \times 100$	%	57,69	57,72
6. Garantias				
Reais s/ Capital	$(IM / CS) \times 100$	%	73,44	54,71
Totais s/ Capital	$(AP / CS) \times 100$	%	1894,85	1602,23
7. Capital de Giro Próprio				
Capital de Giro	$(AC - PC) / 1.000$	R\$	17,48	16,78

*** Dados Básicos e Siglas para Análise Acima**

AC = Ativo Circulante	PC = Passivo Circulante	LB = Lucro bruto
AD = Ativo Disponível	ELP = Exigível a Longo Prazo	LO = Lucro Operacional
E = Estoque	REF = Result. Exerc. Futuros	LL = Lucro Líquido
RLP = Realizável a Longo Prozo	PL = Patrimônio Líquido	DEP = Desp. Equiv. Patrimonial
AP = Ativo Permanente	CS = Capital Integralizado	REP = Receita Equiv. Patrimonial
AT = Ativo Total	ADC = Adto. p/Aumento de Capital	DD = Despesas Depreciação
IM = Terrenos, Edificações e Obras	VB = Vendas Brutas	CMB = Correção Monet. Balanço

OBS: Os cálculos dos coeficientes acima estão elaborados de acordo com fórmulas padrão de finanças e análise financeira.

33 Créditos Fiscais

Período	Histórico	Legislação Societária		
		Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Exercício de 2021	ICMS s/ Aquisição Ativo Imobilizado	292,32	475,96	768,28
Exercício de 2021	PIS/COFINS/CSLL – código 5952	0,00	0,00	0,00
Exercício de 2021	IR pago a Maior	53,70	0,00	53,70
Exercício de 2021	Imposto de Renda - Antecipação de 2016	0,00	0,00	0,00
Exercício de 2021	CSLL pago a Maior	15,77	0,00	15,77
Exercício de 2021	Contribuição Social - Antecipação de 2016	0,00	0,00	0,00
Exercício de 2021	PIS a Compensar	1,19	0,00	1,19
Exercício de 2021	COFINS a Compensar	5,50	0,00	5,50
Exercício de 2021	ICMS a recuperar	0,63	0,00	0,63
Exercício de 2021	IR retido na fonte	7,15	0,00	7,15
Total Geral				852,22

A CERRP possui os Créditos Fiscais demonstrados no quadro acima e faz compensações mensalmente e anualmente, conforme determinação da Legislação Fiscal.

34 Informações de Natureza Social e Ambiental

A CERRP, periodicamente efetua o serviço de “Poda de Árvores” e a limpeza das faixas nas redes aéreas de distribuição

O serviço é executado dentro das características técnicas exigidas, sempre buscando reduzir ao máximo os impactos ambientais.

Informamos também, não possuir nenhum Passivo Ambiental em curso.

35 Energia Ambiente de Contratação Livre

A CERRP no exercício de 2021 não operou compra no Mercado Livre de Energia

36 ICMS sob Subvenção Baixa Renda

O Estado de São Paulo optou pela tributação do Subsídio da União aos Consumidores Residenciais Baixa Renda. Em obediência à essa determinação, a CERRP, durante todo o exercício de 2021, faturou a seus consumidores o ICMS sobre o subsídio efetivamente reembolsado pela União Federal, infelizmente diminuindo assim parcela do importante benefício aos consumidores participantes dos programas governamentais. Salientamos que a tributação da Subvenção ocorre nos mesmos moldes e alíquotas aplicadas à parte faturada ao consumidor

37 Diferimento de Tarifa (Reajustes Tarifários)

Não houve Diferimento de Tarifa no exercício de 2021 na CERRP.

38 Revisão Tarifária Periódica - Segundo Ciclo - Fato Relevante

No ano de 2016, mais precisamente no mês de abril, nossa Permissionária deveria estar concluindo seu Processo de Segunda Revisão Tarifária Periódica.

Ocorre que, por atraso na metodologia a ser aplicado, em virtude de várias solicitações das Permissionárias e suas Federações, tal metodologia foi aprovada depois da data de aniversário de nossa Revisão. Neste sentido, para que não ficássemos sem tarifa, a ANEEL acabou por prorrogar por 12 meses nossa tarifa de 2015.

Tal ação acabou por criar uma diferença entre a tarifa de 2015 e a de 2016, publicada, no nosso caso em 2017. Como a nova tarifa foi menor que a de 2015, principalmente em virtude da devolução das Bandeiras Tarifárias que, por critérios regulatórios ficaram em nosso caixa e devem ser devolvidas aos consumidores através de descontos tarifários, tivemos que reconhecer uma bolha financeira a devolver no valor de R\$ 1.813,54 reais mil.

Esta bolha financeira, foi incluída em sua totalidade em nosso IRT 2017, cuja quitação ao consumidor se deu no mês de março/2018, uma vez que foi incluída na ordem de 1/12 avos/mês em nossa tarifa de Energia Elétrica.

Por fim, destacamos que na Revisão Tarifária Periódica foram calculados todos os custos da Parcela B da Empresa, bem como o valor da Base de Remuneração Regulatória, totalizado pelo Ativo Imobilizado em Serviço mais a diferença entre o Laudo de Avaliação Regulatório deduzido dos valores contábeis originais.

Dentre eles, podemos destacar:

O resultado foi homologado através da Resolução Homologatória ANEEL no 2219, de 11/04/2017. O índice de reposicionamento foi: 24,85% referente à Parcela A + Parcela B e de 2,52% quando totalizado com os "componentes financeiros". O Fator X foi fixado em: Pd: 1,15%, e, T= (-1,11%), totalizando 0,04%. O Nível Regulatório de Perdas de Energia Elétrica a ser adotado nos reajustes tarifários de 2017 a 2020 foi definido em 8,27%. Os itens financeiros, que causaram um grande impacto financeiro nesta Revisão, foram compostos principalmente pelo encontro de contas das Bandeiras Tarifárias Credoras, faturadas por ordem da Legislação e, agora, devolvida aos consumidores a parte não requerida pelas usinas, através de descontos tarifários.

Em 2020 ocorreu a assinatura de Termo Aditivo ao Contrato de Permissão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, e, migramos do Submódulo 8.1 para o Submódulo 8.4 do PRORET. Com esta mudança, a nossa terceira revisão tarifária periódica ocorreu de maneira bem suave, uma vez que, nesta metodologia, a abertura e justificativa da Parcela B e da Receita Requerida fica por conta da Permissionária.

As tarifas de aplicação da CERRP, constantes da Resolução Homologatória nº 2.529, de 9 de abril de 2019, foram, em função da pandemia, prorrogadas pela Resolução Homologatória nº 2.674, de 14 de abril de 2020, mas, a partir de julho/2020, reajustadas pela Resolução Homologatória ANEEL No. 2.692/2020, determinando que as tarifas da CERRP ao consumidor final ficassem, em média, reajustadas em 10,00% (dez por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

As tarifas de aplicação da CERRP conforme Resolução Homologatória nº 2.874, de 25 de maio de 2021, que em média foi reajustado em 9,21% Sobre impactos do Reajuste tarifário.

O principal impacto financeiro desta Reajuste Tarifário foi ocasionada pelo aumento do custo de energia comprada, bem como, de efeito inverso, o esforço da CERRP em minimizar o impacto tarifário.

39 Ganhos Contingentes

A CERRP não possui, neste exercício Ganhos Contingentes e nem no exercício anterior.

40 Investimento Remunerável

O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e Almoarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida – RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 1324, de 14/08/2012, se atualizados pelo IGPM, Líquido do Fator “X”, nos Reajustes Tarifários Anuais, já ocorridos, estariam assim formados:

Descrição	INDICES	4,20%	2,45%	3,72%	2,04%	6,40%
	Revisão 2016	IRT 2017	IRT 2018	IRT 2019	IRT 2020	IRT 2021
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	55.545,84	57.878,77	59.299,23	61.503,52	62.758,19	66.774,71
(2) Obrigações Especiais Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(3) Bens Totalmente Depreciados	560,13	583,66	597,98	620,21	632,87	673,37
(4) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)	54.985,71	57.295,11	58.701,25	60.883,30	62.125,32	66.101,34
(5) Depreciação Acumulada	13.415,85	13.979,31	14.322,39	14.854,79	15.157,83	16.127,93
(6) Valor da Base de Remuneração (VBR)	42.130,00	43.899,46	44.976,84	46.648,73	47.600,36	50.646,79
(7) Obrigações Especiais Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(8) Terrenos e Servidões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(9) Almoarifado em Operação	166,64	173,64	177,90	184,51	188,27	200,32
(10) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(5)-(7)+(8)+(9)	42.296,63	44.073,09	45.154,74	46.833,24	47.788,64	50.847,11
(11) Taxa de Depreciação	4%	4%	4%	4%	4%	4%
(12) Quota de Reintegração Regulatória	2.199,43	2.291,80	2.348,05	2.435,33	2.485,01	2.644,05
(13) Remuneração de Capital (RC)= BRR líq x WACC	1.594,58	1.661,56	1.702,33	1.765,61	1.801,63	1.916,94

41 Reajuste Tarifário

Nos meses de janeiro a abril/2021, nossa tarifa foi norteada pela Resolução Homologatória

ANEEL no 2.692/2020, que reajustou nossa tarifa no IRT 2020. No dia 25/05/2021 foi publicada nossa Tarifa para o ciclo 2021/2022, com vigência a partir de 29/05/2021 a 28/05/2022, através da Resolução Homologatória ANEEL No. 2.874/2021.

O PRESENTE REAJUSTE CORRIGIU NOSSA "PARCELA B" em -1,00%. Embora seja um resultado negativo, com o alto nível de organização administrativa, pode ser absorvido por nossa Administração sem trazer prejuízos à qualidade de energia e ao equilíbrio econômico e financeiro.

Já com relação à Parcela A, absorveu o aumento de nossa Energia Comprada, bem como toda a carga tributária e os Encargos Setoriais determinados à nossa Empresa. O "fator x" para o presente ciclo foi fixado em 0,36%.

42 Notas Não Divulgadas

Abaixo listamos notas constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, mais especificamente no Roteiro para Elaboração das Demonstrações Contábeis, documento esse complementado pelo Ofício de Encerramento da SFF/ANEEL, referente NOTAS NÃO DIVULGADAS, em virtude de não fazerem parte do contexto de nossa Permissionária e, por esse motivo, não possuem movimentação, sendo:

- Comodato;
- Fusões, Cisões e Incorporações;
- Arrendamento Mercantil;
- Compromissos;
- Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos;
- Debentures;
- RAP – Receita Anual Permitida;
- ECE e EAE – Encargo de Capacidade Emergencial e Encargo de Aquisição Emergencial;

Por esse motivo, justificamos a não divulgação de tais notas.

43 Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos

Nos exercícios de 2021 e 2020 não houve necessidade da contabilização da Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos, uma vez que, sendo todos os bens da CERRP vinculados ao Serviço Concedido, todos são periodicamente avaliados conforme determinação do Órgão Regulador. No último laudo de avaliação, o resultado apresentado foi superior ao Ativo Contabilizado. A ANEEL, a

partir de 2011, determinou o reconhecimento contábil desta atualização, na forma de Reavaliação Regulatória Compulsória, valor esse estornado nas Demonstrações Societárias

44 Nota Explicativa Conciliação LAJIDA/EBTIDA

Na composição da formação do saldo de R\$ 5.409,29 mil reais da LAJIDA/EBTIDA do exercício contábil de 2021 foram utilizadas as seguintes contas:

	2021	2020
Lucro/Prejuízo Líquido	4.378,23	4.718,14
Juros Sobres Empréstimos e Financiamentos		
Impostos (IR e CSLL)	235,25	378,52
Depreciação e Amortização	795,81	785,16
	5.409,29	5.881,82


45 Balanço Patrimonial Fiscal

Conforme Artigo 10 da Instrução Normativa 1397/2013, apresentamos abaixo a Demonstração Contábil Fiscal - Balanço Patrimonial Fiscal, composto do quadro do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração de Resultado do Exercício Fiscal e DMPLR - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal.

BALANÇO PATRIMONIAL FISCAL 2021						
Descri�o	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Ajustes	Fiscal
Ativos		76.554,36	(21.050,32)	55.504,04	-	55.504,04
Ativo circulante		26.041,63	-	26.041,63	-	26.041,63
Caixa e equivalentes de caixa		12.980,11	-	12.980,11		12.980,11
Consumidores		7.803,62	-	7.803,62		7.803,62
Concessionárias e		-	-	-		-
Serviços em curso		-	-	-		-
Tributos compensáveis		376,26	-	376,26		376,26
Depósitos judiciais e cau�es		-	-	-		-
Almoxarifado operacional		666,99	-	666,99		666,99
Investimentos temporários		-	-	-		-
Empréstimos		-	-	-		-
Ativos financeiros setoriais		1.513,61	-	1.513,61		1.513,61
Despesas pagas		81,40	-	81,40		81,40
Instrumentos financeiros		-	-	-		-
Outros ativos circulantes		2.619,64	-	2.619,64		2.619,64
Ativo não circulante		50.512,73	(21.050,32)	29.462,41	-	29.462,41
Consumidores		-	-	-		-
Concessionárias e		-	-	-		-
Serviços em curso		-	-	-		-
Tributos compensáveis		475,96	-	475,96		475,96

Depósitos judiciais e cauções	-	-	-	-	-
Investimentos temporários	30,91	-	30,91	-	30,91
Empréstimos	-	-	-	-	-
Tributos diferidos	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-	-	-	-
Despesas pagas	-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes	-	5.469,97	5.469,97	-	-
Bens e atividades não	-	-	-	-	-
Imobilizado	49.994,55	(49.084,25)	910,30	28.033,92	28.944,22
Intangível	11,32	22.563,95	22.575,27	-	11,32
Total do ativo	76.554,36	(21.050,32)	55.504,04	-	55.504,04
Passivo					
Passivo circulante	8.563,50	-	8.563,50	-	8.563,50
Fornecedores	3.620,12	-	3.620,12	-	3.620,12
Empréstimos, financiamentos e	-	-	-	-	-
Obrigações sociais e	482,99	-	482,99	-	482,99
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-
Tributos	1.237,76	-	1.237,76	-	1.237,76
Provisão para litígios	125,48	-	125,48	-	125,48
Dividendos declarados e juros	-	-	-	-	-
Encargos setoriais	1.790,15	-	1.790,15	-	1.790,15
Provisão para	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	318,96	-	318,96	-	318,96
Provisão para uso do bem	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros	-	-	-	-	-
Obrigações com associados	69,30	-	69,30	-	69,30
Outros passivos circulantes	918,75	-	918,75	-	918,75
Passivo não circulante	12.399,81	-	12.399,81	-	12.399,81
Fornecedores	-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e	-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-
Tributos	-	-	-	-	-
Provisão para litígios	-	-	-	-	-
Encargos setoriais	-	-	-	-	-
Provisão para	-	-	-	-	-
Tributos diferidos	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	-	-	-	-	-
Provisão para uso do bem	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros	-	-	-	-	-
Obrigações com associados	-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes	36,53	-	36,53	-	36,53
Obrigações vinculadas à	12.363,28	-	12.363,28	-	12.363,28
Total do passivo	20.963,31	-	20.963,31	-	20.963,31

Patrimônio líquido						
Capital social		1.239,44	-	1.239,44		1.239,44
Reservas de capital		(1.294,24)	1.299,79	5,56		5,56
Outros resultados abrangentes		21.050,32	(21.050,32)	-		-
Reservas de lucros		-	-	-		-
Recursos destinados a aumento de		-	-	-		-
Lucros ou Prejuízos Acumulados		-	-	-		-
(-) Ações Próprias em Tesouraria		-	-	-		-
Proposta para distribuição de		-	-	-		-
Participação de Não Controladores		-	-	-		-
Reserva de sobras		32.298,27	-	32.298,27		32.298,27
Sobras à disposição da Assembleia		2.297,25	(1.299,79)	997,45		997,45
Perdas não cobertas pelos cooperados		-	-	-		-
Participação de não controladores		-	-	-		-
Total do patrimônio líquido		55.591,05	(21.050,32)	34.540,73	-	34.540,73
Total do passivo e do patrimônio		76.554,36	(21.050,32)	55.504,04	-	55.504,04



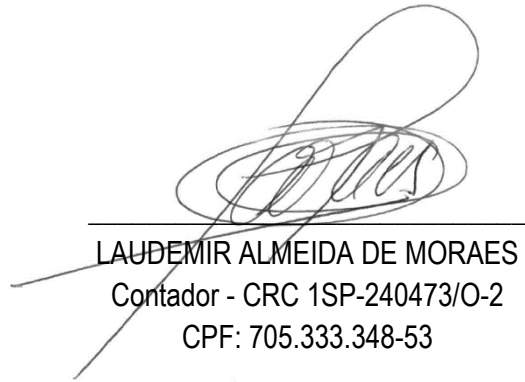
LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
Contador - CRC 1SP-240473/O-2
CPF: 705.333.348-53

DEMONSTRAÇÃO FISCAL DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2021

	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societário	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Operações em continuidade						
Receita / Ingresso		61.614,56	-	61.614,56	-	61.614,56
Fornecimento de energia elétrica		50.690,23	-	50.690,23		50.690,23
(-) Transferências		(24.804,99)	-	(24.804,99)		(24.804,99)
Suprimento de energia elétrica		-	-	-		-
Energia Elétrica de Curto Prazo		-	-	-		-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		27.611,81	-	27.611,81		27.611,81
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		(54,22)	-	(54,22)		(54,22)
Fornecimento - Diferimento ou Devoluções Tarifárias		227,26	-	227,26		227,26
Serviços cobráveis		228,65	-	228,65		228,65
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		7.715,83	-	7.715,83		7.715,83
Outras receitas vinculadas			-	-		-
Tributos		(10.127,39)	-	(10.127,39)	-	(10.127,39)
ICMS		(8.773,36)	-	(8.773,36)		(8.773,36)
PIS-PASEP		(241,12)	-	(241,12)		(241,12)
Cofins		(1.112,90)	-	(1.112,90)		(1.112,90)
ISS			-	-		
Encargos - Parcela "A"		(8.414,09)	-	(8.414,09)	-	(8.414,09)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		-	-	-		-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(3.851,75)	-	(3.851,75)		(3.851,75)
Programa de Eficiência Energética – PEE		-	-	-		-
Taxa de fiscalização		(78,85)	-	(78,85)		(78,85)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		-	-	-		-
Outros encargos		(4.483,48)	-	(4.483,48)		(4.483,48)
Receita líquida / Ingresso líquido		43.073,08	-	43.073,08	-	43.073,08
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(27.997,18)	-	(27.997,18)	-	(27.997,18)
Energia elétrica comprada para revenda		(27.423,03)	-	(27.423,03)	-	(27.423,03)
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfa		(574,15)	-	(574,15)	-	(574,15)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição			-			
Encargos e Demais Despesas Setoriais			-			

Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis			-		
Resultado antes dos custos gerenciáveis	15.075,90	-	15.075,90	-	15.075,90
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(12.674,26)	1.299,79	(11.374,46)	-	(11.374,46)
Pessoal e administradores	(5.839,93)	-	(5.839,93)	-	(5.839,93)
Entidade de previdência privada	-	-	-	-	-
Material	(1.064,13)	-	(1.064,13)	-	(1.064,13)
Serviços de terceiros	(1.689,74)	-	(1.689,74)	-	(1.689,74)
Arrendamento e aluguéis	(1.030,83)	-	(1.030,83)	-	(1.030,83)
Seguros	(75,94)	-	(75,94)	-	(75,94)
Doações, contribuições e subvenções	(50,78)	-	(50,78)	-	(50,78)
Provisões	(377,90)	-	(377,90)		(377,90)
Recuperação de despesas	118,46	-	118,46	-	118,46
Tributos	(71,33)	-	(71,33)	-	(71,33)
Depreciação e amortização	(2.095,61)	1.299,79	(795,81)	-	(795,81)
Gastos diversos da atividade vinculada	(351,83)	(1.394,00)	(1.745,83)		(1.745,83)
Outras Receitas Operacionais	377,04	1.394,00	1.771,05	-	1.771,05
Outras Gastos Operacionais	(521,74)	-	(521,74)	-	(521,74)
Resultado da Atividade	2.401,65	1.299,79	3.701,44	-	3.701,44
Equivalência patrimonial					
Resultado Financeiro	912,04	-	912,04	-	912,04
Despesas financeiras	(5,70)		(5,70)		(5,70)
Receitas financeiras	917,74		917,74		917,74
Operações com Associados	-	-	-	(3.891,51)	(3.891,51)
Resultado de operações com associados				(3.891,51)	(3.891,51)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	3.313,68	1.299,79	4.613,48	(3.891,51)	721,97
Despesa com impostos sobre os lucros	(235,25)		(235,25)		(235,25)
Resultado líquido das operações em continuidade	3.078,43		4.378,23		486,72
Operações descontinuadas					
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas					
Resultado líquido do exercício	3.078,43		4.378,23		486,72
Atribuível aos:					
Acionistas controladores					
Acionistas não controladores					
Lucro por ação	-	-	-	-	-

básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		2,48		3,53		0,39
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias						
Lucro por ação originado das operações em continuidade						
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias						
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias						




LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
Contador - CRC 1SP-240473/O-2
CPF: 705.333.348-53

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido


	Capital social	Reservas de capital	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembléia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.238,04	5,56	-	-	-	27.788,93	1.128,57	-	30.161,09
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	1,40	-	-	-	-	-	-	-	1,40
Incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido (Prejuízo do Exercício)	-	-	-	-	388,42	-	-	-	388,42
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	3.989,80	-	3.989,80
Reserva legal	-	-	-	-	-	3.522,45	(3.522,45)	-	-
FATES	-	-	-	-	(388,42)	587,91	(199,49)	-	-
Reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	398,98	(398,98)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.239,44	5,56	-	-	-	32.298,27	997,45	-	34.540,72



LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
Contador - CRC 1SP-240473/O-2
CPF: 705.333.348-53

D S P R E - DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS / PERDAS E RESULTADOS DO EXERCÍCIO				
EMPRESA	COOPERATIVA DE ELETRIF. E DESENVOLV. DA REG. DE S.J.R.P.-CERRP			
CNPJ:	46.598.678/0001-19			
ENCERRAMENTO	31/12/2021			
DESCRIÇÃO	RESULTADOS COOPERADOS	RESULTADOS NÃO COOPERADOS	CONSOLIDADOS	
INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS BRUTAS	22.953,22	30.623,90	53.577,12	
RENDA NÃO FATURADA	(62,32)	99,09	36,77	
INGRESSO COM FORNECIMENTO SERVIÇO	32,73	341,97	374,70	
OUTRAS RECEITAS	3.536,42	1.694,27	5.230,69	
(-) IMPOSTOS E ABATIMENTOS	(5.220,11)	(8.759,03)	(13.979,14)	
(=) INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS LIQUIDAS	21.239,93	24.000,19	45.240,13	
(-) CUSTO DAS VENDAS	(17.250,13)	(23.376,52)	(40.626,65)	
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	3.989,80	623,67	4.613,48	
OUTROS			-	
AJUSTES IFRS	-	-	-	
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO	3.989,80	623,67	4.613,48	
RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS	-	-	-	
RESULTADOS ANTES DAS PROVISÕES	3.989,80	623,67	4.613,48	
PROVISÕES FISCAIS (IRPJ E CSLL)	-	(235,25)	(235,25)	
SOBRAS / PERDAS - LUCRO / PREJUÍZOS	3.989,80	388,42	4.378,23	


 LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
 Contador - CRC 1SP-240473/O-2
 CPF: 705.333.348-53

46 Quotas da CDE repassadas às Distribuidoras pela Eletrobrás.

Conforme determinação regulatória, os descontos concedidos sobre a TUSD/MUST e Subsídio TE foram reconhecidos contabilmente na conta 1119.1.09 e 2119.9. Adicionalmente, em função das novas regras implementadas a partir da MP 579/2012, reconhecemos, também, o valor à receber sobre os subsídios:

- a) Subsídio Baixa Densidade de Cargas;
- b) Subsídio Serviço Público - Água e Esgoto;
- c) Subsídio Consumidores Rurais e
- d) Subsídio Carga Incentivada
- e) Subsídio Distribuição
- d) Subsídios Irrigação.

Tais subsídios em dezembro/2021 somam um valor a receber de: 2.186,48 R\$/MIL.

	Saldo 2019	Realizado	Recebido	Transferencia	Saldo 2020	A Devolver 2020
DMR a Receber	6,64	84,85	(67,76)	-	23,73	-
SUBVENÇÃO CDE - Baixa Densidade	319,82	4.034,48	(3.321,10)	-	1.033,20	-
SUBVENÇÃO CDE - Rural a Receber	561,28	1.474,63	(1.099,50)	(58,20)	878,21	(145,67)
SUBVENÇÃO CDE - Serviço Publico a Receber	87,92	585,41	(537,28)	(0,18)	135,87	(70,37)
SUBVENÇÃO CDE - Irrigante	14,24	155,15	(94,48)	7,23	82,14	(164,79)
		2.153,15	(380,83)			

47 Datas de Formação das Obrigações Especiais

Conforme determinação da SFF/ANEEL, detalhamos abaixo os saldos das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica, por data de formação, compondo sua respectiva depreciação acumulada.

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021
Em Serviço			
Participação da União, Estados e Municípios	(284,70)	92,47	(192,23)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(284,70)	92,47	(192,23)
Participação Financeira do Consumidor	(977,74)	189,93	(787,81)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(312,13)	105,37	(206,76)
Data de aquisição: 31/01/2016	(17,83)	4,31	(13,52)

Data de aquisição: 28/02/2016	(88,87)	21,18	(67,69)
Data de aquisição: 30/06/2016	(21,58)	4,86	(16,72)
Data de aquisição: 31/07/2016	(13,17)	2,92	(10,25)
Data de aquisição: 31/08/2016	(3,03)	0,66	(2,37)
Data de aquisição: 31/10/2016	(2,56)	0,54	(2,02)
Data de aquisição: 31/03/2017	(4,67)	0,91	(3,76)
Data de aquisição: 30/04/2017	(18,94)	3,63	(15,31)
Data de aquisição: 30/06/2017	(82,52)	15,27	(67,25)
Data de aquisição: 31/08/2017	(9,41)	1,68	(7,73)
Data de aquisição: 31/10/2017	(2,80)	0,48	(2,32)
Data de aquisição: 30/11/2017	(2,87)	0,48	(2,39)
Data de aquisição: 31/12/2017	(3,18)	0,53	(2,65)
Data de aquisição: 31/01/2018	(21,42)	3,46	(17,96)
Data de aquisição: 28/02/2018	(15,51)	2,46	(13,05)
Data de aquisição: 31/05/2018	(3,29)	0,49	(2,80)
Data de aquisição: 30/06/2018	(25,76)	3,73	(22,03)
Data de aquisição: 31/07/2018	(8,55)	1,21	(7,34)
Data de aquisição: 31/08/2018	(16,86)	2,33	(14,53)
Data de aquisição: 30/09/2018	(7,09)	0,96	(6,13)
Data de aquisição: 31/01/2019	(1,70)	0,21	(1,49)
Data de aquisição: 28/02/2019	(5,99)	0,71	(5,28)
Data de aquisição: 30/04/2019	(2,99)	0,33	(2,66)
Data de aquisição: 31/01/2020	(16,75)	1,36	(15,39)
Data de aquisição: 31/07/2020	(29,79)	1,83	(27,96)
Data de aquisição: 30/09/2020	(8,00)	0,44	(7,56)
Data de aquisição: 31/10/2020	(4,00)	0,20	(3,80)
Data de aquisição: 30/11/2020	(4,00)	0,19	(3,81)
Data de aquisição: 31/12/2020	(4,00)	0,18	(3,82)
Data de aquisição: 31/01/2021	(31,87)	1,30	(30,57)
Data de aquisição: 31/03/2021	(144,63)	4,93	(139,70)
Data de aquisição: 30/04/2021	(3,25)	0,10	(3,15)
Data de aquisição: 31/05/2021	(3,25)	0,09	(3,16)
Data de aquisição: 30/06/2021	(19,13)	0,46	(18,67)
Data de aquisição: 31/07/2021	(3,25)	0,07	(3,18)
Data de aquisição: 30/11/2021	(13,10)	0,09	(13,01)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	(11.404,98)	2.087,14	(9.317,84)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(3.920,11)	1.212,50	(2.707,61)
Data de aquisição: 31/03/2016	(1.250,00)	293,71	(956,29)
Data de aquisição: 31/05/2017	(1.052,07)	198,15	(853,92)
Data de aquisição: 30/06/2017	(165,41)	30,60	(134,81)
Data de aquisição: 31/03/2018	(448,41)	69,49	(378,92)
Data de aquisição: 30/06/2018	(448,16)	64,97	(383,19)

Data de aquisição: 30/09/2018	(67,06)	9,05	(58,01)
Data de aquisição: 31/10/2018	(238,40)	31,38	(207,02)
Data de aquisição: 30/04/2019	(880,00)	98,15	(781,85)
Data de aquisição: 31/07/2019	(267,75)	27,18	(240,57)
Data de aquisição: 31/08/2020	(166,72)	9,65	(157,07)
Data de aquisição: 31/10/2020	(228,50)	11,67	(216,83)
Data de aquisição: 31/05/2021	(619,09)	16,89	(602,20)
Data de aquisição: 31/07/2021	(181,34)	3,71	(177,63)
Data de aquisição: 30/11/2021	(1.471,96)	10,02	(1.461,94)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	(90,00)	28,44	(61,56)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(90,00)	28,44	(61,56)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	(16,94)	7,33	(9,61)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(16,94)	7,33	(9,61)
Valores Pendentes de Recebimento			
Valores Não Aplicados			
Outros			
Ultrapassagem de demanda	(951,41)	68,85	(882,56)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015 até 31/12/2016	(115,41)	23,28	(92,13)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2016 até 31/12/2020	(836,00)	45,57	(790,43)
Excedente de reativos	(908,84)	83,62	(825,23)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015 até 31/12/2016	(231,47)	46,69	(184,78)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2016 até 31/12/2020	(677,37)	36,92	(640,45)
Diferença das perdas regulatórias			
Outros			
Total	(14.634,61)	2.557,77	(12.076,84)

48 - Efeitos COVID 19 (CONTA COVID) - Residencial Baixa Renda

Conforme determinado pela Resolução Normativa nº 878, de 24 de março de 2020, revogada pela RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 928, DE 26 DE MARÇO DE 2021, durante o exercício de 2021, Unidades Consumidoras classificadas como Residencial Baixa Renda não poderiam ter seu fornecimento de Energia Elétrica suspenso, devido a inadimplência quanto suas faturas.

Nossa Permissionária repassou esse benefício aos consumidoras amparados por tal Normativa.

Conforme cronograma deliberado pela RES 928/2021, as Distribuidoras deveriam voltar realizar a suspensão do fornecimento de Energia Elétrica junto a classe Residencial Baixa Renda, no mês de Outubro de 2021. A seguir, apresentamos o impacto dessa medida:

Total consumidores*	13.682
Qtd de consumidores Residencial baixa renda*	284
Qtd de Consumidores Sub Classe Residencial Baixa Renda, Inadimplente*	01
% de consumidores Baixa Renda Beneficiados com a ação*	0,35%

*Posição out/21, mes do reinicio da suspensao.

49 Formatação Básica das Notas Explicativas


As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em R\$ mil, com 2 (duas) casas decimais.



ODAIR CORNELIANI MILHOSSI
Diretor Presidente
CPF: 018.694.018-16



NIVALDO APARECIDO CANGINI
Gerente
CPF: 038.710.698-76



LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
Contador - CRC 1SP-240473/O-2
CPF: 705.333.348-53

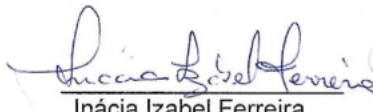
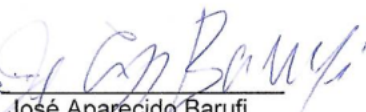

1.7– Parecer do Conselho Fiscal Societário

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CERRP

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, ACOMPANHADO DO BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31/12/2021.

Os signatários do presente, Membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de São José do Rio Preto - CERRP, declaram que examinaram o Relatório do Conselho de Administração da Cooperativa, acompanhado do Balanço Geral encerrado em 31/12/2021, assim como todas as peças contábeis que o compõem: Demonstrativo de Resultado do Exercício, confirmando-os com a documentação respectiva, concluindo no final do exame que tudo se achava elaborado com perfeita técnica contábil expressando exatidão, motivo pelo qual aprovam a prestação de contas do referido exercício, recomendando a Assembléia Geral Ordinária que também o faça.

São José do Rio Preto, 21 de Fevereiro de 2022.

 Inácia Izabel Ferreira Matr. nº 1934	 José Aparecido Barufi Matr. nº 1470	 José Paulo Ferreira Matr. nº 2531
--	--	---

1.8 - Parecer do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Societárias

SEÇÃO VI RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao

Conselho de Administração e Cooperados da:

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – “CERRP”.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – “CERRP”**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – “CERRP”** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do

Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros Assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações financeiras da CERRP em 31 de dezembro de 2020, foram por nós auditadas, para os quais foi emitido Parecer dos Auditores Independentes, sem ressalva, datado de 12 de fevereiro de 2021.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.


- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 16 de fevereiro de 2022.



AUDITORES INDEPENDENTES.

CRC 2SP023964/O-9 OCB 622/07



GUILHERME PEREIRA MENDES
Contador CRC 1SP 146031/O-5

2 – REGULATÓRIAS

2.1– Relatório da Administração Regulatório

Senhoras e Senhores Acionistas/Associados,

Apresentamos a seguir, relatório com as principais atividades do exercício de 2021 (encerrado em 31 de dezembro de 2021), em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, com o objetivo de divulgar, de forma objetiva e transparente, o desempenho da CERRP para a sociedade, parceiros, investidores, associados e consumidores. Tais informações possibilitam que o leitor conheça um pouco mais sobre a Cooperativa e suas atividades, além de servir de base para realização de um trabalho ainda mais produtivo a ser realizado nos próximos anos.

Carta do Presidente

A Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de São José do Rio Preto – CERRP, atua no segmento de distribuição de energia elétrica, há mais de 47 anos, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados durante esse período.

Considerando o cenário atual por qual passa nosso país, julgo ser altamente satisfatório nosso desempenho no ano de 2021, com destaque para o aumento de 1.827 ligações novas, número altamente significativo quando comparado à área de atuação e ao mercado atendido pela CERRP, e se comparado a muitas outras permissionárias.

A CERRP vem incansavelmente investindo em sua força de trabalho, através de cursos internos e externos, incentivando os novos funcionários e reconhecendo a atuação dos antigos, para que assim seja possível cada vez mais, buscar a qualidade do serviço.

Também devemos destacar o investimento que vem sendo realizado na implantação de novas tecnologias, que irão cada vez mais alavancar a CERRP em busca da satisfação de seus consumidores.

Tenho a convicção que, neste ano de 2021, a CERRP se consolidou como empresa moderna e focada na qualidade de seu atendimento e de seus serviços, tendo conquistado o prêmio IASC de maior evolução na satisfação dos clientes, concedido pela Agência Nacional de Energia Elétrica, o que demonstra o reconhecimento dos clientes pelo nosso esforço e pela competência de nossos colaboradores.

Em um mundo de escuridão, nós escolhemos ser luz, e acreditamos ser possível seguir em frente com esperança de uma vida melhor, afinal, sua energia é a nossa força.

Importante frisar, também, que em nossa nota explicativa referente a efeitos subsequentes, registramos a Pandemia do Novo Coronavírus (COVID 19) que, além de novamente desacelerar a retomada do crescimento, ceifará vidas importantes de nosso sofrido Brasil. Deixamos aqui registrado nosso desejo de que em breve haja imunidade em nosso povo para que a doença seja vencida.

Assim sendo, destacamos que o presente relatório de administração societário e regulatório objetiva, além de cumprir tempestivamente as obrigações setoriais, busca informar com qualidade, clareza e transparência sobre os acontecimentos e resultados do ano de 2021.



ODAIR CORNELIANI MILHOSSI
Diretor Presidente
CPF: 018.694.018-16

Carta do Contador:

Na qualidade de Contador responsável pela escrituração Regulatória, Societária e Fiscal da CERRP - COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, juntamente com toda nossa equipe, comunicamos aos Senhores Cooperados a conclusão do exercício de 2021, com alto grau de qualidade, transparência e observando totalmente o conceito de legalidade.

Importante frisar que vivemos um 2021 totalmente atípico. Em virtude da crise pandêmica que nosso município enfrenta juntamente com todo o planeta, além de cuidar de nossa própria saúde e de nossos familiares e colegas do dia a dia, tivemos que nos adaptar ao vídeo trabalho, e ter atenção dobrada na Legislação que dia a dia vinha impondo mudanças de procedimento em função da decretação de calamidade Pública


Todo o resultado desta Prestação de Contas será enviado, dentro do prazo, para a ANEEL, e, disponibilizado através do canal de divulgação da Permissionária, para todos os que desejarem verificar o equilíbrio econômico e financeiro da CERRP, bem como o resultado apresentado aos seus cooperados.

Frisamos, ainda, nosso empenho no cumprimento Regulatório, uma vez que a ANEEL tem intensificado o monitoramento eletrônico, impondo pré-análise dos dados quando de nosso envio para integralização na base nacional. Informamos que todos os envios, desde a PAC - Prestação Anual de Contas, RIT - Relatório de Informações Trimestrais, e, BMP - Balancete Mensal Padronizados, foram enviados tempestivamente e aprovados na pré-análise realizada pela ANEEL.

Dentro desta mesma linha, a Receita Federal tem implantado monitoramento eletrônico, onde podemos destacar o envio do SPED, ECF, REINF, EFD ICMS e IPI, EFD CONTRIBUIÇÕES, entre outros. Destacamos que todos também, têm sido enviados dentro do prazo legal.

Diante do acima descrito, e, com muita satisfação, comunicamos aos Srs. Cooperados que na sequência se encontram todos os demonstrativos do exercício Regulatório, Societário e Fiscal, de modo a possibilitar o conhecimento dos resultados e dar todas as condições para V.Sas. traçarem as metas para o novo exercício.

Por fim, agradecemos à DEUS, à Diretoria, aos Gerentes, à nossa equipe contábil, bem como a todos os departamentos internos e consultorias e auditorias externas que colaboraram para a correta escrituração deste exercício.



LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
Contador - CRC 1SP-240473/O-2
CPF: 705.333.348-53

Cenário

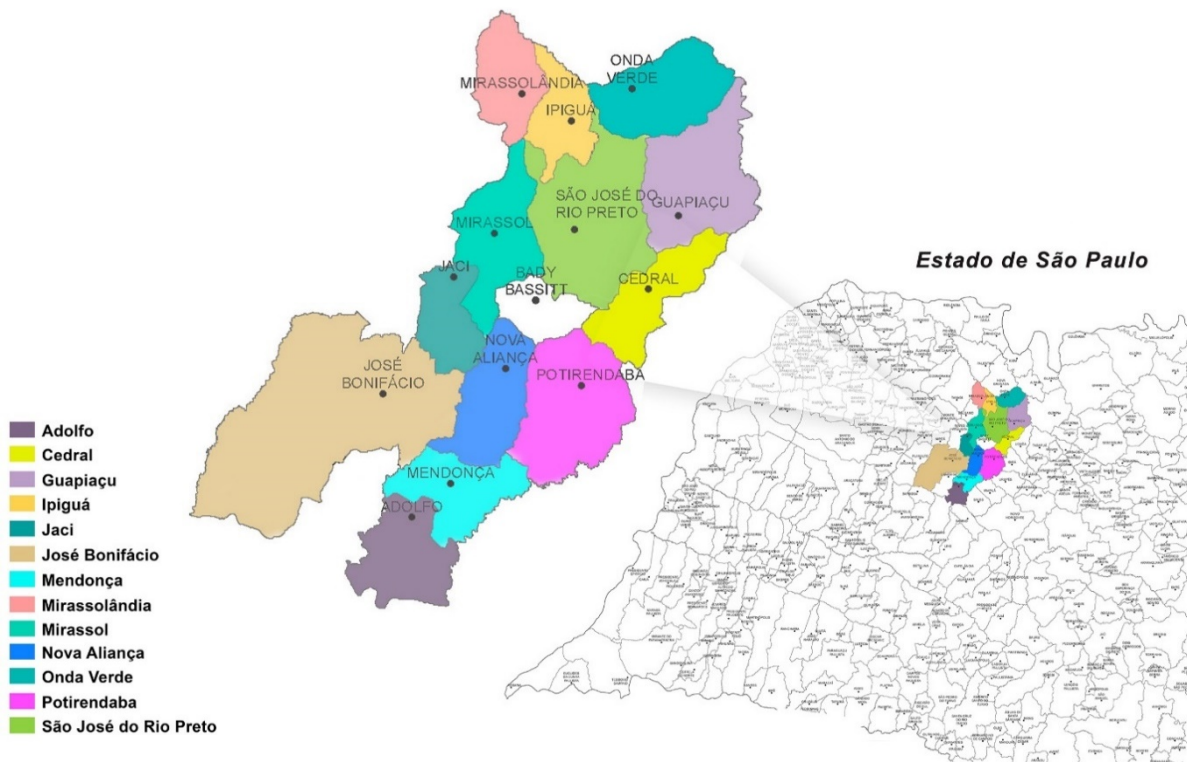
A Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de São José do Rio Preto – CERRP atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de mais de 47 anos de existência.

Em 2021, ano de grandes batalhas (COVID 19, REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA, MUDANÇAS NA LEGILAÇÃO, CRISE HIDRICA ETC), a CERRP não se abateu, antes usou de toda a experiência adquirida para enfrentar todas as adversidades, e, levar ao consumidor energia com os melhores indicadores de continuidade e qualidade, teve um reflexo positivo sobre a demanda por energia elétrica, com destaque para o setor Comercial com um aumento de 17,93% com relação a 2020. O consumo do setor Residencial foi representativo, atingindo o patamar de 23,87 GWh (21,17 GWh em 2020). Somada, a demanda dos dois setores representa 45,55% de toda a energia comercializada pela Outorgada em 2021 (43,15% em 2020).

Atualmente existe uma grande expectativa para o crescimento elétrico na área de atuação da CERRP, uma vez que a localização geográfica da permissão tem sido favorável e o desenvolvimento urbano na região de atuação muito promissor.

Geração, Transmissão e Distribuição de energia elétrica.

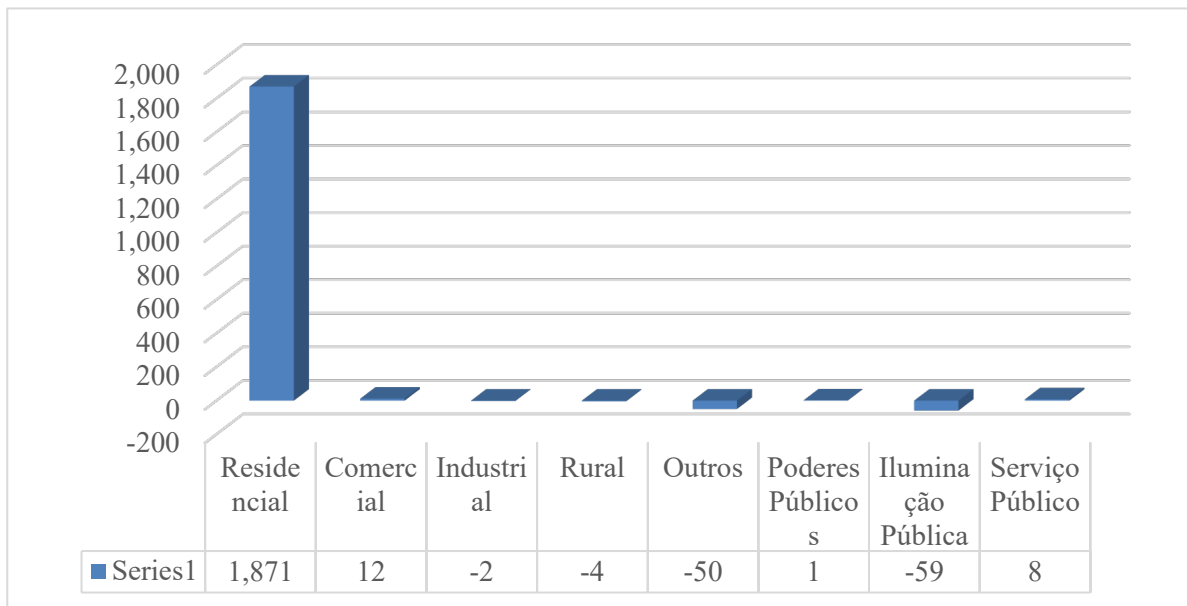
A Outorgada distribui energia elétrica em 13 dos 645 municípios do Estado, o que representa 0,04% dos consumidores do Estado de São Paulo. Atualmente não atendemos a nenhum Consumidor que já detenha o Status de “Consumidor Livre”.



Ligação de consumidores

Foram realizadas, no ano, 1.827 novas ligações, número 46,16% superior ao de 2020 com 1.250 ligações realizadas.

Ligação de Consumidores					
Classe	2017	2018	2019	2020	2021
Residencial	819	1.065	1.345	1.189	1.871
Comercial	39	23	6	51	12
Industrial	0	7	-2	0	-2
Rural	5	21	11	4	-4
Outros	13	13	6	6	-50
Poderes Públicos	0	0	0	0	1
Iluminação Pública	4	7	1	3	-59
Serviço Público	9	6	5	3	8
Total	876	1.129	1.366	1.250	1.827



Comportamento do mercado

A distribuição de energia pela Outorgada no período de janeiro a dezembro de 2021 foi de 73,68 GWh (68,12 GWh em 2020).

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram o Residencial e Comercial. A classe Comercial foi a que teve maior crescimento nesse volume de energia, com 17,93%, que se deve à significativa evolução das construções na área da Permissionária. A classe Residencial apresentou aumento de 12,73% no consumo de energia elétrica, porém representando volume menor que o Comercial pela quantidade de consumidores, o que mostra que esse setor mantém as elevadas taxas de crescimento verificadas nos últimos anos. O desempenho Residencial deve-se, principalmente, aos novos investimentos no setor, notadamente em prédios residenciais e novos loteamentos. A classe Comercial teve forte impacto do cliente Atacadão, que manteve consumo significativo durante todo o ano.

A seguir são apresentados resultados do consumo faturado a variação nos últimos períodos:

Mercado Atendido					
Mercado Atendido - GWh	2017	2018	2019	2020	2021
Energia Faturada	55,41	58,82	66,52	68,12	73,68
55,41	58,82	66,52	68,12	73,68	68,12
13,61 15,02	17,74	21,17	23,87	17,74	21,17
5,89 6,54	8,16	8,22	9,69	8,16	8,22
12,13 12,25	14,52	13,84	14,02	14,52	13,84
9,71 10,00	10,66	10,48	10,81	10,66	10,48
0,20 0,18	0,14	0,13	0,12	0,14	0,13
2,76 3,08	3,40	3,44	3,66	3,40	3,44
11,11 11,74	11,89	10,84	11,51	11,89	10,84
-	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-
Total	55,41	58,82	66,52	68,12	73,68
Variação	11,82%	6,15%	13,09%	2,41%	8,16%

As perdas totais de energia sobre a energia requerida apresentaram aumento passando de 10,35%, 2020 para 10,34% em 2021.

Em 2022 continuamos buscando a redução das perdas não técnicas com evolução nas ferramentas tecnológicas e eliminação de perdas eventuais (desvios de energia – popularmente conhecidos como gatos).

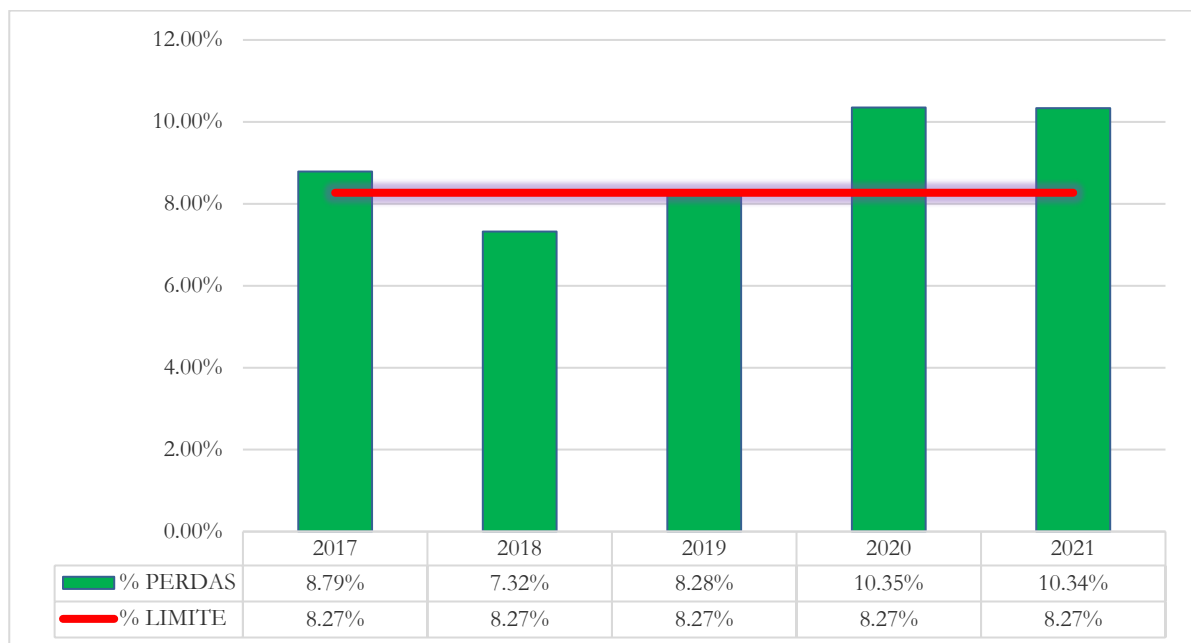
Balanço Energético

A) ENERGIA REQUERIDA - GWh	2016	2017	2018	2019	2020	2021
GERAÇÃO PRÓPRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CPFL	37,64	39,98	44,16	50,07	50,82	55,57
ENERGISA SUL SUDESTE	15,66	18,78	17,63	20,52	21,57	11,24
PROINFA	0,92	1,52	1,33	1,35	2,13	1,25
MICROGERAÇÃO	0,00	0,00	0,01	0,08	0,65	0,83
TOTAL	54,22	60,28	63,13	72,02	75,17	68,88

B) ENERGIA DISTRIBUIDA - GWh	2016	2017	2018	2019	2020	2021
CONSUMIDORES	49,55	55,41	58,82	66,52	68,12	62,43
CONSUMIDORES LIVRES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPRIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA CONTRATADA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	49,55	55,41	58,82	66,52	68,12	62,43

(A) REQUERIDA - (B) DISTRIBUIDA	4,67	4,87	4,31	5,51	7,05	6,45
--	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

% PERDAS	9,42%	8,79%	7,32%	8,28%	10,35%	10,34%
% LIMITE	8,27%	8,27%	8,27%	8,27%	8,27%	8,27%



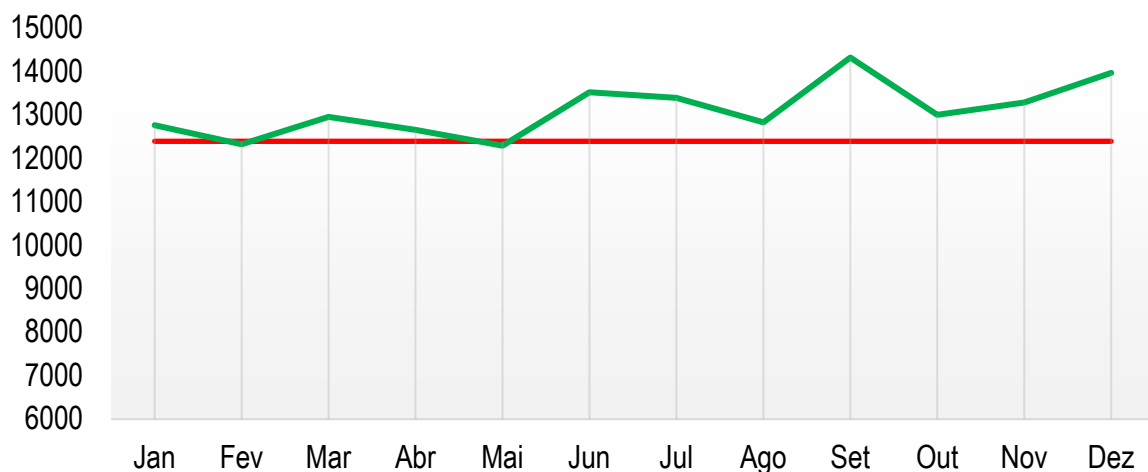
Nos quadros abaixo demonstramos os dados computados da demanda contratada e da demanda realizada no universo de cinco anos, para os sete pontos de conexão, contribuindo com o

processo de contratação anual de energia e eventuais estudos técnicos para a adequação dos volumes contratados ou de conveniência de novas tomadas de energia.

Demanda Ponta (KW)						
Mês	Contratada em 2021 (CPFL e ENERGISA)	Realizada				
		2017	2018	2019	2020	2021
Janeiro	12.390,00	9.687,00	10.040,15	12.026,16	11.743,36	12.758,40
Fevereiro	12.390,00	9.927,00	10.515,84	11.508,74	11.575,44	12.323,44
Março	12.390,00	9.569,00	9.429,55	10.951,01	11.739,97	12.951,48
Abril	12.390,00	9.215,00	8.970,69	10.966,36	9.648,52	12.651,80
Maio	12.390,00	8.951,00	9.974,13	10.787,13	11.341,36	12.288,92
Junho	12.390,00	9.730,00	9.258,63	10.556,92	11.451,17	13.519,20
Julho	12.390,00	8.517,48	9.905,57	10.884,04	13.171,65	13.389,72
Agosto	12.390,00	8.395,92	10.080,27	10.959,45	12.726,88	12.824,20
Setembro	12.390,00	8.878,04	10.268,79	11.555,61	13.121,16	14.315,80
Outubro	12.390,00	9.667,80	10.261,33	11.993,07	13.409,60	12.998,40
Novembro	12.390,00	8.829,52	10.823,73	11.716,19	12.805,76	13.281,40
Dezembro	12.390,00	10.326,08	10.582,89	12.831,48	13.820,76	13.963,52

Maior	10.326,08	10.823,73	12.831,48	13.820,76	14.315,80
Menor	8.395,92	8.970,69	10.556,92	9.648,52	12.288,92

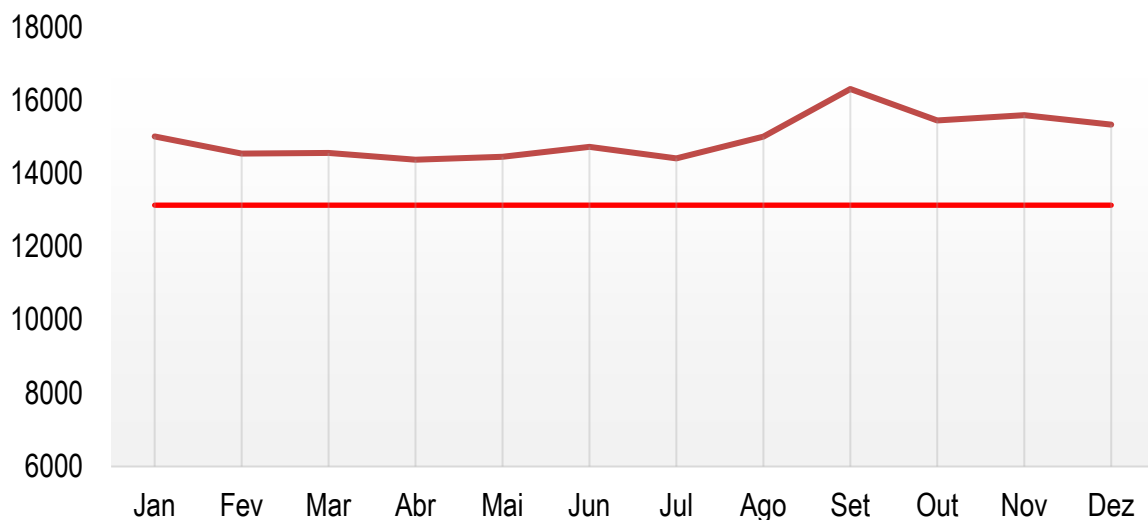
DEMANDA PONTA
CONTRATADA X DEMANDA MEDIDA (MW) 2021



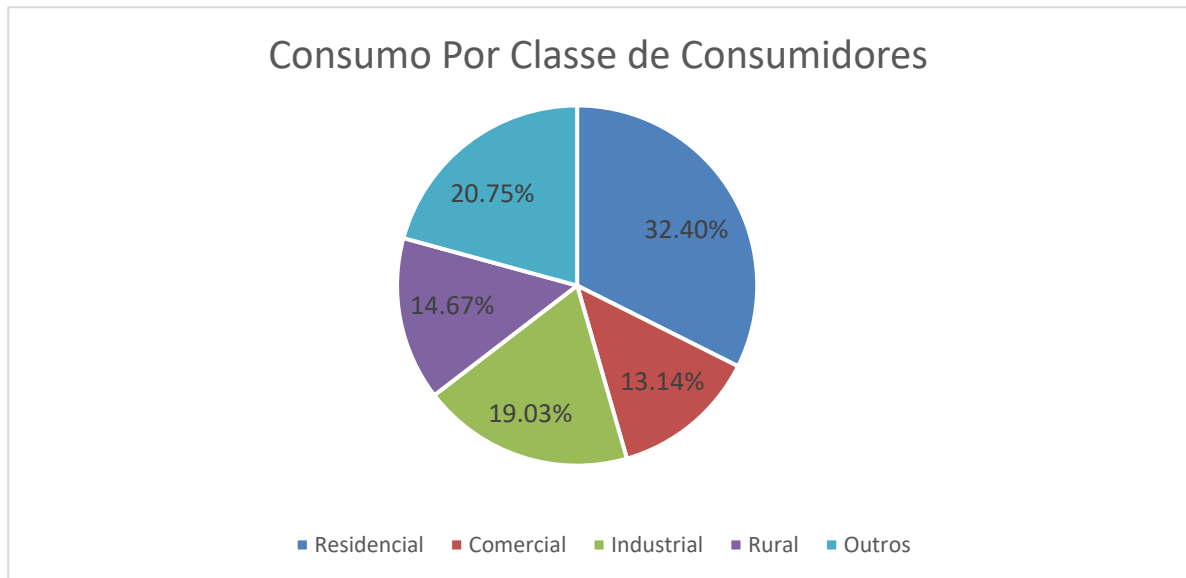
Demanda Fora de Ponta (KW)						
Mês	Contratada em 2021 (CPFL e ENERGISA)	Realizada				
		2017	2018	2019	2020	2021
Janeiro	13.140,00	10.959,00	11.274,04	13.425,60	13.589,76	15.020,00
Fevereiro	13.140,00	11.172,00	11.530,64	12.911,64	13.597,72	14.550,00
Março	13.140,00	10.881,00	10.550,77	12.169,73	13.225,20	14.567,00
Abril	13.140,00	10.834,00	11.893,90	12.169,87	13.039,76	14.383,04
Mai	13.140,00	10.463,00	11.911,78	12.033,53	13.068,72	14.462,36
Junho	13.140,00	10.302,00	11.780,44	11.710,91	12.970,55	14.735,48
Julho	13.140,00	11.086,56	10.982,45	11.769,78	14.112,31	14.417,28
Agosto	13.140,00	10.325,52	11.058,33	12.335,07	14.089,00	15.014,28
Setembro	13.140,00	10.883,80	11.594,73	12.645,47	15.511,24	16.315,12
Outubro	13.140,00	10.764,56	11.678,05	13.630,72	15.920,88	15.455,36
Novembro	13.140,00	9.927,52	12.016,13	12.875,20	15.390,60	15.600,04
Dezembro	13.140,00	10.897,80	11.405,41	13.621,00	15.151,24	15.342,92

Maior	11.172,00	12.016,13	13.630,72	15.920,88	16.315,12
Menor	9.927,52	10.550,77	11.710,91	12.970,55	14.383,04

DEMANDA FORA PONTA CONTRATADA X DEMANDA MEDIDA (MW) 2021



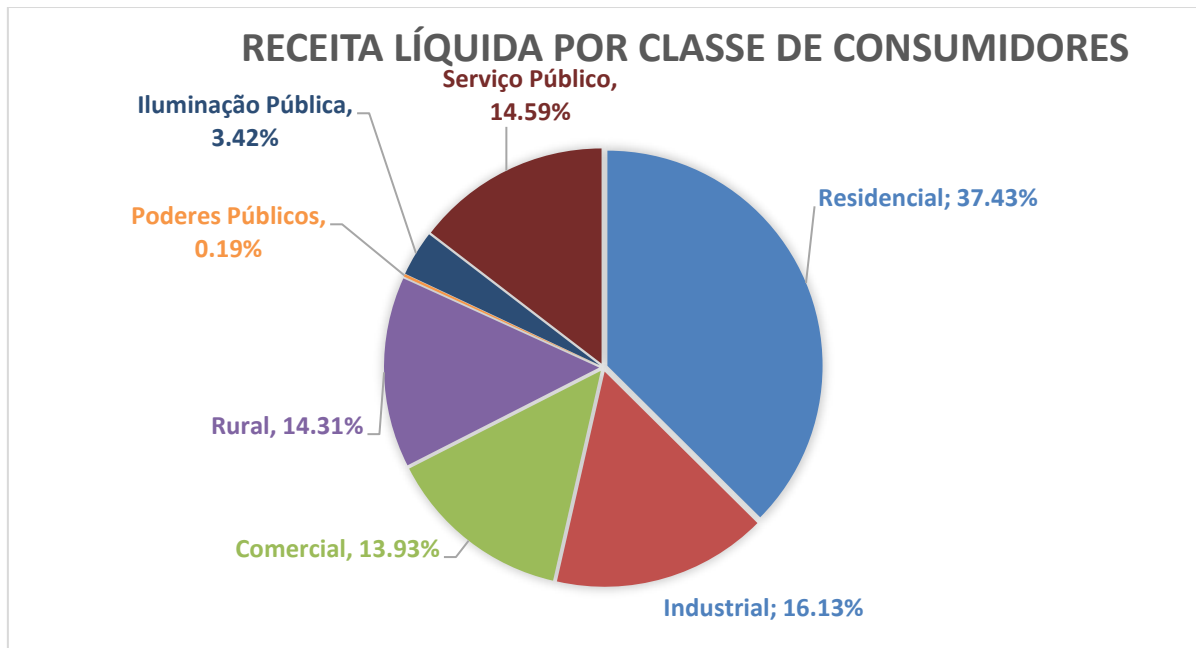
Abaixo o gráfico demonstrando o percentual do consumo por classe no ano de 2021:



Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, PIS e COFINS, importou em R\$ 41.540,66 mil, com expressivo aumento de 16,67%, conforme quadro a seguir:

Classe	2021	2020	%
Residencial	15.548,53	12.799,22	21,48%
Industrial	6.701,38	6.950,39	-3,58%
Comercial	5.787,80	4.544,82	27,35%
Rural	5.943,98	4.965,98	19,69%
Outros	7.558,97	6.344,70	19,14%
Poderes Públicos	80,01	88,09	-9,17%
Iluminação Pública	1.419,48	1.229,47	15,45%
Serviço Público	6.059,48	5.027,14	20,54%
Total	41.540,66	35.605,11	16,67%



Número de consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2021 apresentou um crescimento de 15,87% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir.

Número de Consumidores			
Classe	2021	2020	Var %
Residencial	11743	9872	18,95%
Comercial	487	475	2,53%
Industrial	27	29	-6,90%
Rural	1015	1019	-0,39%
Outros	67	117	-42,74%
Poderes Públicos	2	1	100,00%
Iluminação Pública	15	74	-79,73%
Serviço Público	50	42	19,05%
Total	13.339	11.512	15,87%

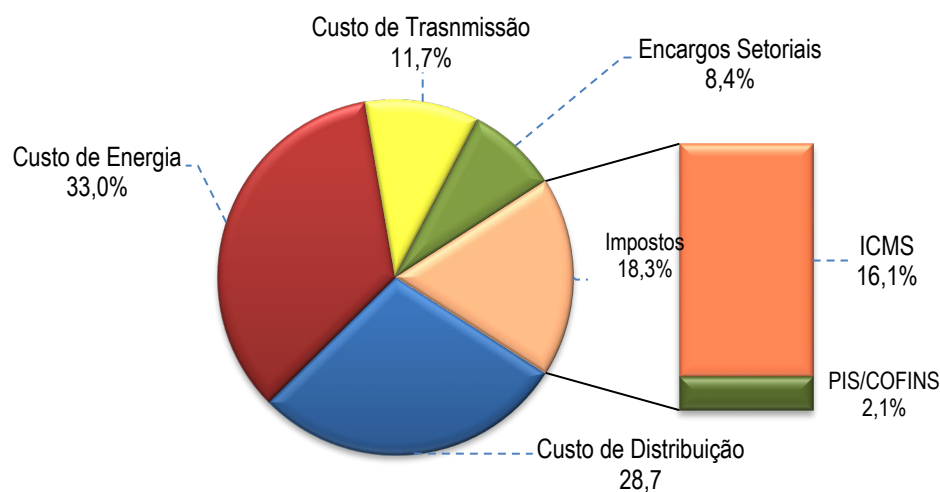
Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2021, atingiu R\$ 563,80/MWh, com aumento de 7,86% com relação a dezembro de 2020. A homologação das tarifas ocorreu pela Resolução Homologatória ANEEL n° 2.874 de 25/05/2021.

Classe	2021			2020			%
	R\$/Mil	MWh	Tarifa Média	R\$/Mil	MWh	Tarifa Média	
Residencial	15.548,53	23,87	651,38	12.799,22	21,17	604,46	7,76%
Comercial	6.701,38	9,69	691,58	6.950,39	8,22	845,92	-18,25%
Industrial	5.787,80	14,02	412,82	4.544,82	13,84	328,49	25,67%
Rural	5.943,98	10,81	549,86	4.965,98	10,48	473,64	16,09%
Poderes Públicos	80,01	0,12	666,77	88,09	0,13	686,89	-2,93%
Iluminação Pública	1.419,48	3,66	387,84	1.229,47	3,44	357,51	8,48%
Serviço Público	6.059,48	11,51	526,45	5.027,14	10,84	463,74	13,52%
Total	41.540,66	73,68	563,80	35.605,11	68,12	522,69	7,86%

Tarifa Res. Baixa Renda por faixa de Consumo (R\$/kWh)			
Tarifas Brutas	2021	2020	%
0 - 30 KWh	0,21390	0,19953	1,44%
31 - 100 KWh	0,36669	0,34206	2,46%
101 - 220 KWh	0,55004	0,50709	4,29%
221 acima KWh	0,61116	0,57011	4,11%

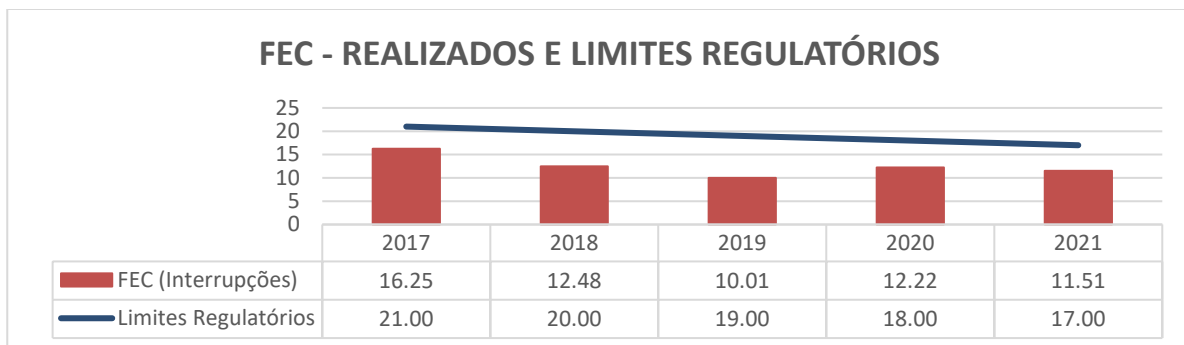
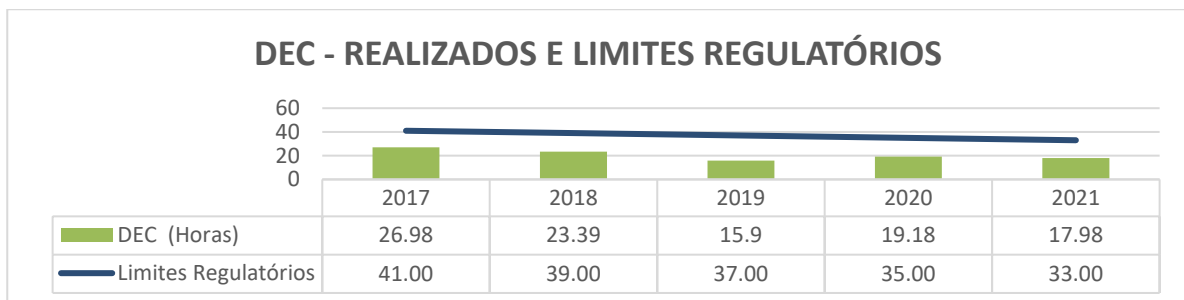
Abertura da Tarifa da CERRP com Tributos



Qualidade do fornecimento Qualidade do fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são: o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Qualidade do Fornecimento (Indicadores DEC e FEC)		
Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)
2017	26,98	16,25
2018	23,39	12,48
2019	15,90	10,01
2020	19,18	12,22
2021	17,98	11,51



Em 2021 o DEC registrou o índice de 17,98 mantendo abaixo do índice determinado pela Aneel que é de 33,00 e o FEC 11,51 mantendo também abaixo do índice determinado pela Aneel que é de 17,00.

Considerando o crescimento do número de consumidores e a ocorrência de temporais, a CERRP manteve a qualidade e continuidade do fornecimento de energia a seus consumidores, bem abaixo das metas estabelecidas pela Aneel.

Atendimento ao consumidor

Dando sequência ao processo de melhoria e modernização no atendimento ao consumidor, implantamos algumas funcionalidades em nossa central de teleatendimento, capacitamos ainda mais nossos colaboradores, com foco na qualidade do atendimento e conhecimento dos serviços, adotamos a opção de impressão da fatura no momento da leitura, ou mesmo cadastrá-la para receber por e-mail, e a utilização do SMS para envio de informações de extrema importância ao consumidor e cooperado.

No ano de 2019, iniciamos a operação do nosso sistema de Unidade de Resposta Audível (URA), e 2020 implantou um aplicativo de celular e no ano de 2021 criamos um atendimento via Whatsapp, Agência Virtual, para facilitar a comunicação e acesso à informação pelos nossos consumidores.

Tecnologia da informação

Seguindo o processo de modernização dos últimos anos, a CERRP continua aperfeiçoando o sistema comercial e de gestão interna, contando com banco de dados e novas ferramentas de trabalho, mais seguras e eficazes. Conta também com equipamentos mais modernos, primando por aquisições menos nocivas à saúde e contribuindo com o meio ambiente. Existe um projeto de melhora da comunicação com os equipamentos religadores automatizados, conectados 24 horas por dia com o Centro de Operação, manobrados remotamente, conseqüentemente garantindo um menor tempo de atendimento a ocorrências e às faltas de energia. O Site está em constante evolução, com ajustes já realizados e, em breve, contará com mais informações e serviços, facilitando ainda mais no dia a dia do consumidor/cooperado.

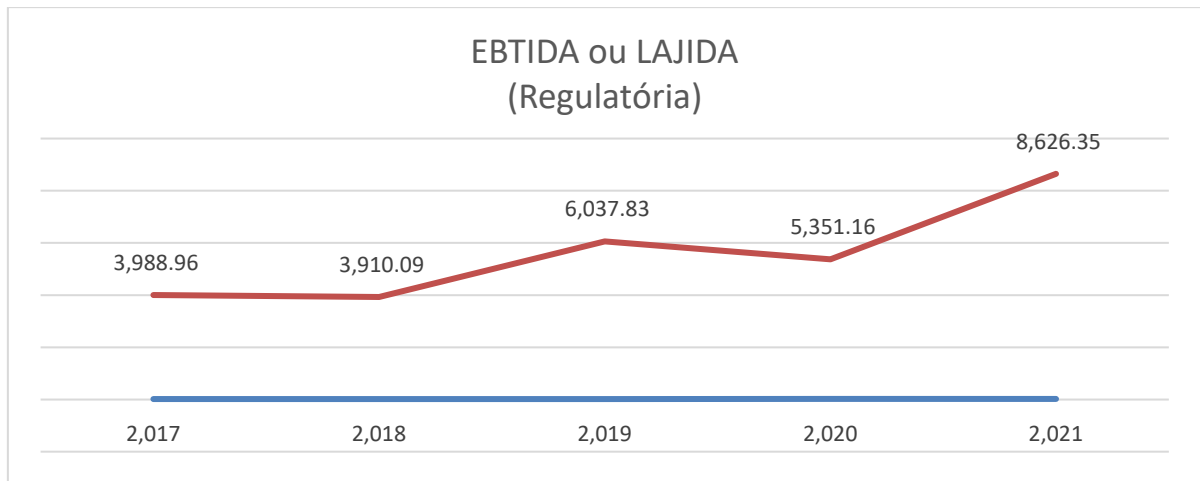
A Empresa continua investindo no aumento de tecnologia, já tendo iniciado o projeto de instalação de Cabines de Medição de Fronteira, buscando segurança e qualidade da energia distribuída. Também está investindo fortemente em sistemas computacionais, treinamento de pessoal, manutenções das redes de distribuição, podas e roçadas, equipamentos e procedimentos de segurança, cumprindo assim com as exigências do órgão Regulador e, melhorando continuamente a qualidade dos serviços prestados, em busca de uma maior satisfação dos consumidores/cooperados.

· Desempenho econômico-financeiro

Em 2021, os lucros líquidos foram de R\$ 3.078,43 mil, contra R\$ 3.378,73 mil em 2020, um redução de 8,89%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 43.073,08 mil, enquanto em 2020 situou-se em R\$ 40.052,32 mil. Esse aumento de 7,54 % resulta da evolução nas vendas para consumidores finais.

As despesas operacionais totalizaram em 2021 R\$ 40.671,44 mil, 10,44% superiores em relação à 2020, destacando-se os custos com: Energia elétrica comprada para revenda que tiveram um crescimento de 13,58% no ano. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 5,54% contra 6,40% em 2020.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi alterado no ano 2021 conforme Resolução ANEEL 896 de 17 novembro de 2020 que foi de R\$ 8.626,35 mil, 61,21% maior que em 2020, que foi de R\$ 5.351,16 mil, conforme involução abaixo:



Investimentos

Em 2021, os investimentos da Permissionária, importaram em R\$ 5.091 mil, 53,97% superiores em relação à 2020, dos quais R\$ 5.091 mil foram realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Companhia estima um investimento total de R\$ 16.537 mil.

	R\$ Mil Nominais				R\$ Mil em moeda constante de 31/dez/2021				
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil									
AIS Bruto ¹	2.865	2.641	2.344	5.091	3.613	3.485	3.289	2.877	3.273
Transformador de Distribuição	636,2	671,6	612,4	1957	747	812	798	639	806
Medidor	360,9	418,3	356,4	634	622	540	558	415	518
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	230	238,4	264,3	530	504	515	382	290	412
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	1520	1238	1111	1656	1520	1618	1551	1533	1537
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	117,9	74,88	0	314	220	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros					n.c.	n.c.	n.c.		
Originadas da Receita					n.c.	n.c.	n.c.		
Ultrapassagem de demanda					n.c.	n.c.	n.c.		
Excedente de reativos					n.c.	n.c.	n.c.		
Diferença das perdas regulatórias					n.c.	n.c.	n.c.		
Outros					n.c.	n.c.	n.c.		
Outros					n.c.	n.c.	n.c.		

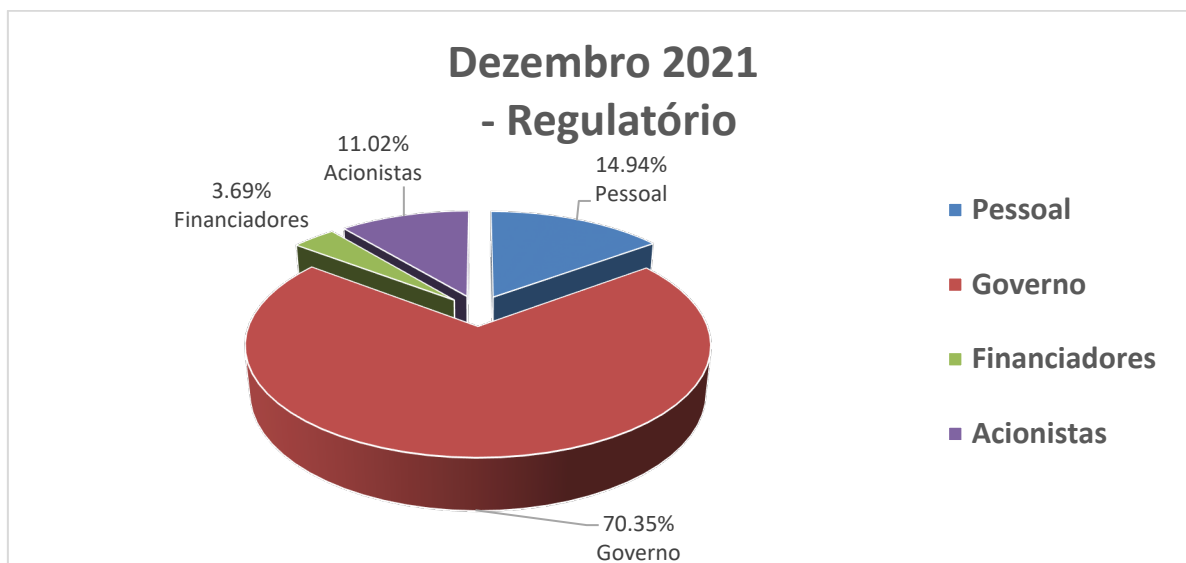
Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição:

R\$ Mil	2022P	2023P	2024P	2025P	2026P
Plano de Investimentos 2021	3.613	3.485	3.289	2.877	3.273
R\$ Mil	2022P	2023P	2024P	2025P	2026P
Plano de Investimentos 2020	3.094	2.965	2.951	3.030	1.537
Diferença	16,78%	17,53%	11,45%	-5,06%	112,95%

OBS: As diferenças apontadas nos Planos de Investimentos elaborados em 2020 e 2021 são devido à alteração de preço médio e inflação do período.

Valor adicionado regulatório

Em 2021, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Outorgada foi de R\$ 27.021,23 mil, representando 43,86% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos

Sendo a entidade uma Cooperativa, seu objetivo é o de aplicar todas as sobras na melhoria dos serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício.

Além disso, a Outorgada com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social, constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de 60% para Reserva Legal e 5% de FATES e conforme Estatuto Social é destinado também 10% para Reserva de Desenvolvimento.

Composição acionária

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social da Outorgada ou permissionária era de R\$ 1.239.44 mil, composto por 1.239.444 mil quotas, com valor nominal R\$ 1,00.

Atendimento a acionistas

Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Outorgada coloca à disposição dos seus cooperados, colaboradores capacitados a esclarecer suas dúvidas e solicitações de forma presencial ou pelos telefones da empresa.

Gestão

Administração:

Durante o ano de 2021, a Permissionária manteve o franco processo de adaptação e reestruturação organizacional em conformidade com os parâmetros do novo modelo institucional do setor elétrico e os novos cenários da economia brasileira, sem esquecer-se de manter a essência Cooperativista. Essas medidas que atendem às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que por sua vez, visa assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento empresarial

O êxito que a Outorgada vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve, em grande parte, à qualidade de seu planejamento empresarial.

Essa nova concepção de planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial das unidades e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças ambientais e econômicas.

As tendências identificadas, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das Unidades de Negócios para os horizontes de curto e médio prazos.

Gestão pela qualidade total

Esta Permissionária prioriza o cumprimento da Regulação, dando ênfase aos direitos da energia elétrica para todos seus consumidores, respeitando a isonomia de tratamento. A CERRP faz planejamentos de curto, médio e longo prazo, objetivando uma Empresa organizada, resultando em clientes satisfeitos.

Quinzenalmente são realizadas, nas dependências da CERRP, reuniões entre a administração e demais setores da Empresa, para que o funcionário que participa de algum evento possa compartilhar com os demais suas novas experiências.

A CERRP também preza pela manutenção da Certificação de Indicadores e processos, em cumprimento à legislação setorial, assegurando alta confiabilidade na apuração de seus indicadores técnicos e comerciais.

Também mantém intenso trabalho de atualização dos processos técnicos e operacionais, obedecendo os critérios das normas ISO 9001:2015 e 10.002:2005, sempre melhorando o sistema de Gestão da Qualidade.

Recursos humanos

Em 2021, mantivemos os treinamentos essenciais, para todas as áreas. Realizamos um processo de melhoria de atuação dos gestores, os capacitando à identificar suas estruturas deficientes e conseqüentemente a melhoria da performance deficitária através de planos de ação. Buscando nos gestores identificar o aprendizado nas ações práticas com seus colaboradores trazendo assim maior desempenho para toda a equipes laboral.

Responsabilidade social

Cada vez mais, a Outorgada vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Outorgada em números


Outorgada em números	2021	2020	
Atendimento			
Número de consumidores	13.339	11.512	15,87%
Número de empregados	49	45	8,89%
Número de consumidores por empregado	272	256	6,25%
Número de localidades atendidas	12	12	0,00%
Número de agências	1	1	0,00%
Número de postos de atendimento	1	1	0,00%
Número de postos de arrecadação	1	1	0,00%
Mercado			
Área de Permissão (Km ²)	664	664	0,00%
Geração própria (GWh)	-	-	-
Demanda máxima (MWh/h)	16,32	15,92	2,51%
Distribuição direta (GWh)	-	-	-
Consumo residencial médio (kWh/ano)	2.032,90	2.144,91	-5,22%

Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	563,80	522,69	7,87%
Total (exceto curto prazo)	0,00	0,00	0,00
Residencial	651,38	604,46	7,76%
Comercial	691,58	845,92	-18,25%
Industrial	412,82	328,49	25,67%
Rural	549,86	473,64	16,09%
Suprimento	-	-	-
DEC (horas)	17,98	19,18	-6,26%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	25,95	20,73	25,18%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	23,49	22,17	5,95%
FEC (número de interrupções)	11,51	12,22	-5,81%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	6,90	6,34	8,81%
Operacionais			
Número de usinas em operação	-	-	0,00%
Número de subestações	-	-	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	-	-	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	877,18	843,69	3,97%
Capacidade instalada (MW)	57,29	52,56	9,00%
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	61.614,56	51.698,27	19,18%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	43.073,09	40.052,32	7,54%
Margem operacional do serviço líquida (%)	43,05%	29,08%	48,04%
EBITDA OU LAJIDA	4.705,83	5.351,16	-12,06%
Lucro líquido (R\$ mil)	R\$ 3.078,43	R\$ 3.378,73	-8,89%
Lucro líquido por mil cotas	402,63	366,55	9,84%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	R\$ 55.591,05	R\$ 52.795,62	5,29%
Valor patrimonial por mil cotas	44,85	42,63	5,21%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	5,54%	6,40%	-13,44%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	37,71%	31,73%	18,85%
Em moeda nacional (%)	37,71%	31,73%	18,85%
Em moeda estrangeira (%)	0,00%	0,00%	0,00
Indicadores de Performance			
Salário Médio dos Funcionários	4,21	3,93	7,12%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	1.608,57	1.649,80	-2,50%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	5,91	6,45	-8,37%
Retorno de ativos por unidade	4,80%	6,98%	-31,23%


Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Cooperativa. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da CERRP.

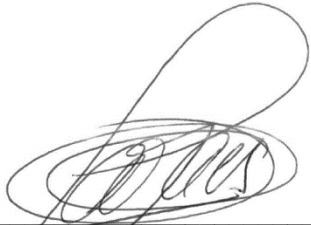
São José do Rio Preto, 18 de abril de 2022



ODAIR CORNELIANI MILHOSSI
Diretor Presidente
CPF: 018.694.018-16



NIVALDO APARECIDO CANGINI
Gerente
CPF: 038.710.698-76



LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
Contador - CRC 1SP-240473/O-2
CPF: 705.333.348-53

2.2- Balanço Patrimonial – BPREG

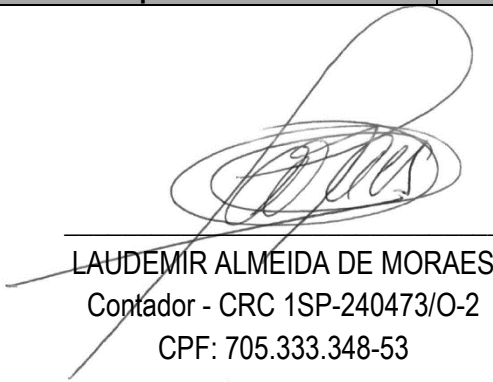
Consolidado		
Ativos	2021	2020
Ativo Circulante	26.041,63	23.033,81
Caixa e equivalentes de caixa	12.980,11	11.933,61
Consumidores	7.803,62	6.062,42
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	376,26	262,74
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Almoxarifado operacional	666,99	589,26
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	1.513,61	1.468,65
Despesas pagas antecipadamente	81,40	67,19
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	2.619,64	2.649,94
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	50.512,73	46.516,19
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	475,96	277,68
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Investimentos temporários	30,91	27,52
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	-	-
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-
Imobilizado	49.994,55	46.182,33
Intangível	11,32	28,66
Total do ativo	76.554,36	69.550,01

Passivo	2021	2020
Passivo Circulante	8.563,50	6.257,92
Fornecedores	3.620,12	3.522,15
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	482,99	419,35
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	1.237,76	340,62
Provisão para litígios	125,48	30,11
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	1.790,15	766,80
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	318,96	429,44
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	69,30	69,30
Outros passivos circulantes	918,75	680,15
Passivos de operações descontinuadas	-	-

Passivo Não-Circulante	12.399,81	10.496,46
Fornecedores	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	-	-
Provisão para litígios	-	-
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	-	-
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	36,53	36,61
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	12.363,28	10.459,85
Total do passivo	20.963,31	16.754,38

Patrimônio líquido	55.591,05	52.795,62
Capital social	1.239,44	1.238,04
Reservas de capital	(1.294,24)	(1.333,85)
Outros resultados abrangentes	21.050,32	22.634,53
Reservas de lucros	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	-	-

Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	32.298,27	27.788,93
Sobras à disposição da Assembleia	2.297,25	2.467,97
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-
Total do patrimônio líquido	55.591,05	52.795,62
Total do passivo e do patrimônio líquido	76.554,36	69.550,01



LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
Contador - CRC 1SP-240473/O-2
CPF: 705.333.348-53

2.3 – Demonstração do Resultado do Exercício – DRREG

Consolidado		
Operações em continuidade	2021	2020
Receita / Ingresso	61.614,56	51.698,27
Fornecimento de energia elétrica	25.885,24	22.959,94
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	27.611,81	21.413,37
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	(54,22)	900,10
Serviços cobráveis	228,65	86,48
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	7.715,83	6.338,38
Outras receitas	227,26	-
Tributos	(10.127,39)	(7.728,21)
ICMS	(8.773,36)	(6.785,00)
PIS-PASEP	(241,12)	(167,97)
Cofins	(1.112,90)	(775,24)
ISS	-	-
Encargos - Parcela "A"	(8.414,09)	(3.917,74)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(3.851,75)	(3.537,36)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(78,85)	(69,87)
Outros encargos	(4.483,48)	(310,50)
Receita líquida / Ingresso líquido	43.073,08	40.052,32
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(27.997,18)	(24.650,79)
Energia elétrica comprada para revenda	(27.997,18)	(24.650,79)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-


(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	15.075,90	15.401,53
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(12.674,26)	(12.174,94)
Pessoal e administradores	(5.839,93)	(4.942,81)
Material	(1.064,13)	(1.373,96)
Serviços de terceiros	(1.689,74)	(1.823,49)
Arrendamento e aluguéis	(1.030,83)	(971,66)
Seguros	(75,94)	(72,99)
Doações, contribuições e subvenções	(50,78)	(39,21)
Provisões	(377,90)	(141,65)
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	118,46	123,11
Tributos	(71,33)	(50,41)
Depreciação e amortização	(2.095,61)	(2.124,56)
Gastos diversos	(351,83)	(304,53)
Outras Receitas Operacionais	377,04	139,05
Outras Despesas Operacionais	(521,74)	(591,83)
Resultado da Atividade	2.401,65	3.226,60
Equivalência patrimonial	-	-
Resultado Financeiro	912,04	530,66
Despesas financeiras	(5,70)	(69,08)
Receitas financeiras	917,74	599,73
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	3.313,68	3.757,25
Despesa com impostos sobre os lucros	(235,25)	(378,52)
Resultado líquido das operações em continuidade	3.078,43	3.378,73
Operações descontinuadas	-	-
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-
Atribuível aos:		

Acionistas controladores	-	-
Acionistas não controladores	-	-
Lucro por ação	2,48	2,73
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	2,48	2,73
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade	-	-
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-



LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
Contador - CRC 1SP-240473/O-2
CPF: 705.333.348-53

Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício		
	Consolidado	
	2021	2020
Resultado do exercício		
Outros resultados abrangentes	-	-
Reserva de reavaliação	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Ganho líquido sobre instrumentos financeiros	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Equivalência sobre ganhos abrangentes de coligadas	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial	-	-
Diferenças atuariais	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Atribuível a:		
Acionistas Controladores	-	-
Acionistas Não Controladores	-	-



LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
Contador - CRC 1SP-240473/O-2
CPF: 705.333.348-53

2.4- Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido – DMPLREG

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposi�o da Assembléia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.235,44	5,56	24.306,19	-	-	23.070,19	1.129,17	-	49.746,54
Remunera�o das imobiliza�es em curso									-
Aumento de capital social	2,60								2,60
Realiza�o de reservas									-
Reserva de Reavalia�o			1.065,98						1.065,98
Destina�es									-
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício					1.012,81				1.012,81
(+/-) Ajustes Societarios - IFRS		(1.339,40)	(2.737,63)				1.339,40		(2.737,64)
Destina�o proposta � A.G.O.:							3.907,57		3.907,57
Reserva legal						3.352,36	(3.352,36)		(0,00)
FATES					(1.012,81)	995,84	(185,27)		(202,24)
Reserva de Lucro									-
Juros sobre o capital próprio									-
Dividendo									-
Reserva para Equaliza�o									-
Reserva de Desenvolvimento						370,53	(370,53)		-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.238,04	(1.333,84)	22.634,53	-	-	27.788,91	2.467,98	-	52.795,62
Remunera�o das imobiliza�es em curso									-


Aumento de capital social	1,40								1,40
Realização de reservas									-
Reserva de Reavaliação			1.114,47						1.114,47
Destinações									-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício					388,42				388,42
(+/-) Ajustes Societarios - IFRS		39,61	(2.698,67)				(39,61)		(2.698,67)
Destinação proposta à A.G.O.:							3.989,80		3.989,80
Reserva legal						3.522,45	(3.522,45)		0,00
FATES					(388,42)	587,91	(199,49)		-
Reserva de Lucro									-
Juros sobre o capital próprio									-
Dividendo									-
Reserva para Equalização									-
Reserva de Desenvolvimento						398,98	(398,98)		-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.239,44	(1.294,23)	21.050,33	-	-	32.298,26	2.297,25	-	55.591,05


 LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
 Contador - CRC 1SP-240473/O-2
 CPF: 705.333.348-53

2.5- Demonstração do Fluxo de Caixa – DFCREG

	Consolidado	
	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.622,41	2.537,25
Fornecimento de Energia	49.946,58	37.012,97
Suprimento de Energia	-	-
TUSD de Consumidores Livres e Geradores	-	-
Suprimento a Concessionárias	-	-
Recebimento da CCEE - Energia de Curto Prazo	-	-
Recebimento de RAP de Transmissão	-	-
Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	7.795,11	5.199,07
Outros Recebimentos Operacionais	149,58	69,33
Fornecedores - Materiais e Serviços	(5.745,05)	(5.849,77)
Fornecedores - Energia Elétrica	(26.831,20)	(23.558,16)
Salários e Encargos Sociais	(3.506,07)	(3.013,03)
Tributos sobre a Receita - Federais	(3.153,18)	(2.124,32)
Tributos sobre a Receita - Estaduais e Municipais	(5.654,83)	(525,02)
Tributos sobre o Lucro (IRPJ / CSLL)	(256,84)	(426,08)
Encargos de Transmissão	-	-
Demais Encargos Regulatórios	(7.140,75)	(3.371,65)
Outras Despesas Operacionais	(980,94)	(876,09)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(3.575,91)	(1.559,64)
Aquisição de Participações Societárias	-	-
Aportes / Aumento de Capital em Controladas	-	-
Investimentos	-	-
Imobilizado	(3.972,50)	(1.818,34)
Intangível	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos	-	-
Empréstimos / Mútuos Concedidos	-	-
Proventos Recebidos	396,58	258,70
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	1.046,50	977,61

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Empréstimos e Financiamentos Pagos	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Emitidos	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Pagos	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
Integralização de Capital	-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.046,50	977,61
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.046,50	977,61
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.046,50	977,61
No início do exercício	11.933,61	10.956,00
No fim do exercício	12.980,11	11.933,61



LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
Contador - CRC 1SP-240473/O-2
CPF: 705.333.348-53

2.6– Notas Explicativas Regulatórias

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O Setor de Energia Elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o Setor Elétrico. A política regulatória para o Setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Cooperativa e suas controladas e controladoras em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Cooperativa, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos.

Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

No negócio de geração, a Outorgada além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre – ACL. No mercado livre - ACL, a energia é negociada por meio das concessionárias de geração, PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, autogeradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma

vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas em vez de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas

explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas nas páginas 22 a 32, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Imobilizado em Serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 02 de maio de 2014 e atualizado conforme aprovação da ANEEL em 2017. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos

financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização deste Intangível, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social - nota explicativa nº15.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Existe somente um consumidor de água, esgoto que isoladamente representa mais de 10% do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4. Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					Total 2021	Total 2020
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA					RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA				
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos		
Fornecimento de Energia	6.564,36	-	945,22	21,00	35,59	599,30	(656,59)	93,91	-	-	-	(22,80)	7.579,99	5.875,15
Residencial	2.072,19	-	743,48	18,97	28,42	123,96	(171,35)	49,91	-	-	-	(8,10)	2.857,49	2.191,68
Industrial	404,75	-	5,61	-	-	298,75	(298,75)	1,63	-	-	-	-	411,99	110,00
Comercial	855,21	-	124,02	1,24	1,74	173,57	(175,31)	35,94	-	-	-	(14,70)	1.001,71	710,38
Rural	529,30	-	70,41	0,79	5,43	3,02	(3,02)	6,43	-	-	-	-	612,36	515,08
Poderes Públicos	9,96	-	1,69	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11,65	7,16
Iluminação Pública	224,32	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	224,32	143,58
Serviço Público	828,48	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	828,48	601,24
Serviço Taxado	28,40	-	-	-	-	-	(8,16)	-	-	-	-	-	20,24	21,05
Fornecimento Não Faturado	1.611,74	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.611,74	1.574,98
(-) Arrecadação Processo Classif	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	6.564,36	-	945,22	21,00	35,59	599,30	(656,59)	93,91	-	-	-	(22,80)	7.579,99	5.875,15

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos Normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - (a) Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
 - (b) Consumidores comerciais vencidos há mais 180 dias; e
 - (c) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

5. Imobilizado

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, barragens e adutoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	63.763,83	5.347,20	(513,19)	-	(699,44)	67.898,41	4.834,02	(22.703,62)	45.194,80	44.801,29	-	-	-
Terrenos	143,44	-	-	-	-	143,44	-	-	143,44	143,44	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	62.567,69	5.133,34	(444,07)	-	(699,44)	66.557,52	4.689,27	(21.902,62)	44.654,90	44.270,25	-	-	-
Veículos	926,75	211,91	(69,11)	-	-	1.069,55	142,80	(769,54)	300,01	285,08	-	-	-
Móveis e utensílios	125,96	1,95	-	-	-	127,91	1,95	(31,46)	96,45	102,52	-	-	-
Administração	449,79	178,95	(83,58)	-	-	545,17	95,37	(174,77)	370,40	246,15	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	247,46	5,54	(0,72)	-	-	252,28	4,82	(111,57)	140,71	167,57	-	-	-
Veículos	77,40	151,84	(77,40)	-	-	151,84	74,44	(5,42)	146,42	3,39	-	-	-

Móveis e utensílios	124,94	21,57	(5,46)		-	141,05	16,11	(57,77)	83,28	75,19	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	64.213,63	5.526,15	(596,76)	-	(699,44)	68.443,58	4.929,39	(22.878,38)	45.565,20	45.047,43	-	-	-
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	199,12	(1,46)	-	-	197,65	197,65	-	197,65	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	199,12	(1,46)	-	-	197,65	197,65	-	197,65	-	-	-	-
Distribuição	3.035,35	9.438,41	-	(8.242,06)	-	4.231,70	1.196,35	-	4.231,70	3.035,35	-	-	-
Máquinas e equipamentos	648,66	4.901,62	-	(5.370,80)	-	179,48	(469,18)	-	179,48	648,66	-	-	-
Outros	2.386,69	4.536,79	-	(2.871,26)	-	4.052,22	1.665,53	-	4.052,22	2.386,69	-	-	-
Administração	-	178,95	-	(178,95)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	5,53	-	(5,53)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	173,42	-	(173,42)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	3.035,35	9.816,47	(1,46)	(8.421,01)	-	4.429,35	1.394,00	-	4.429,35	3.035,35	-	-	-
Total do Ativo Imobilizado	67.248,97	15.342,63	(598,23)	(8.421,01)	(699,44)	72.872,93	6.323,39	(22.878,38)	49.994,55	48.082,78	-	-	-

A composição do intangível é como segue :

Intangível - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Ativo Intangível em Serviço										
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	201,29	-	-	-	-	201,29	-	(194,81)	6,48	45,58
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	201,29	-	-	-	-	201,29	-	(194,81)	6,48	45,58
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	163,08	-	-	-	-	163,08	-	(158,24)	4,84	4,84
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	163,08	-	-	-	-	163,08	-	(158,24)	4,84	4,84
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	364,36	-	-	-	-	364,36	-	(353,05)	11,32	50,42
Ativo Intangível em Curso										
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Outros	-	-	-	-	-	-	-						
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-						
Servidões	-	-	-	-	-	-	-						
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-						
Outros	-	-	-	-	-	-	-						
Administração	-	-	-	-	-	-	-						
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-						
Outros	-	-	-	-	-	-	-						
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-						
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-						
Outros	-	-	-	-	-	-	-						
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-						
Total do Ativo Intangível	364,36	-	-	-	-	364,36	-	(353,05)	11,32	50,42	364,36		

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	62.567,68	5.133,34	(444,07)	-	(699,44)	66.557,52	4.689,27
Transformador de Distribuição	15.708,52	832,19	(131,35)		(259,15)	16.150,21	700,84
Medidor	2.760,93	518,01	(101,68)		(15,59)	3.161,67	416,33
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	8.936,95	1.199,60	(33,38)		(23,49)	10.079,68	1.166,22
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	35.161,28	2.583,54	(177,66)		(401,21)	37.165,96	2.405,88
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-

Demais Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	-	-	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D,	-	-	-	-	-	-	-
Universalização	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Originadas da Receita	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-

	2021				2020
	Taxas Anuais médias de depreciação %	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Geração	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Distribuição	7,42%	67.898,41	(22.703,62)	45.194,80	42.922,77

Custo histórico	3,57%	32.972,54	(8.828,06)	24.144,47	20.288,24
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	3,85%	34.925,88	(13.875,55)	21.050,32	22.634,53
Administração	4,93%	545,17	(174,77)	370,40	224,21
Custo histórico	4,93%	545,17	(174,77)	370,40	224,21
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Em curso	-	4.429,35	-	4.429,35	3.035,35
Geração	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-
Distribuição	-	4.429,35	-	4.429,35	3.035,35
Administração	-	-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material/ Equipamento	Serviços de Terceiro	Mão de obra própria	Juros Capitalizados	Depreciação/Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	4.058,39	13,50	256,81	-	-	810,18	5.138,88
Móveis e Utensílios	23,52	-	-	-	-	-	23,52
A Ratear	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de	-	-	-	-	-	-	-
Materiais	-	-	-	-	-	-	-
Material em Depósito	-	-	-	-	-	-	-
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	335,92	27,83	-	-	-	-	363,75
Total das Adições	4.417,83	41,33	256,81	-	-	810,18	5.526,15

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL no 674 de 2015, são as seguintes:

Distribuição

Banco de capacitores (tensão inferior a 69 kV)	6,67
Chave de distribuição (tensão inferior a 69 kV)	6,67
Condutor do sistema (classe de tensão inferior a 69 kV)	3,57
Estrutura do sistema (Poste)	3,57
Regulador de tensão (tensão inferior a 69 kV)	4,35
Transformador (tensão inferior a 69 kV)	4,35

Administração Central

Equipamento geral	6,25
Veículos	14,29

De acordo com nosso Contrato de Concessão (Permissão) para o Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, que está harmonizado com os extintos artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 (atualizado e revogado pelo Decreto No. 10.810/21), os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - CABO DE ALUMINIO QUADRUPLEX 3X120MM+70MM	294,88
2 - TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, TENSÃO PRIMÁRIA 13,8 KV, TENSÃO SECUNDÁRIA 220/127 V, POTÊNCIA 75 KVA, TRIFÁSICO, TIPO DE PROTEÇÃO CONVENCIONAL	204,03
3 - CABO AL. PROTEGIDO XLPE 70MM 15 KV	165,87
4 - AUTOMÓVEL TOYOTA COROLLA XEI 2.0L	151,84
5 - CABO DE ALUMÍNIO QUADRUPLEX, ISOLADO XLPE, BITOLA 3x1x50MM ² +50MM ² , TRIFÁSICO	141,07
6 - CABO DE ALUMINIO DUPLEX 16MM	135,94
7 - CABO DE ALUMÍNIO QUADRUPLEX, ISOLADO XLPE, BITOLA 3x1x50MM ² +50MM ² , TRIFÁSICO	108,89
8 - POSTE CIRCULAR DE CONCRETO 9 METROS, 200 DAN	102,96
9 - CABO AL. PROTEGIDO XLPE 70MM 15 KV	95,19
10 - CABO DE ALUMÍNIO NÚ, BITOLA 1/0 AWG, MONOFÁSICO	93,60

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - GM/CRUZE LTZ 1.8L	77,40
2 - CAMINHÃO MARCA VOLKSWAGEN MOD. 17.190 CRM	57,91
3 - CUBÍCULO DE MEDIÇÃO DE MÉDIA TENSÃO	17,90
4 - RELIGADOR, CLASSE 15 KV, CORRENTE NOMINAL 630 A, TRIFÁSICO	15,14
5 - MOTOCICLETA NXR 160 BROS MARCA HONDA	11,20
6 - TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, TP 13,8 KV, TS 220/127 V, 75 KVA, TRIFÁSICO	8,27
7 - TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, TP 13,8 KV, TS 220/127 V, 75 KVA, TRIFÁSICO	5,87
8 - TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, TP 13,8 KV, TS 220/127 V, 75 KVA, TRIFÁSICO	5,81
9 - TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, TP 13,8 KV, TS 220/127 V, 112,5 KVA, TRIFÁSICO	5,41
10 - TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, TP 13,8 KV, TS 220/127 V, 75 KVA, TRIFÁSICO	5,40

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

A CERRP não possui contabilização de compensação de variação de custos da Parcela A no exercício de 2021.

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

l) Programas sociais e governamentais

A Empresa, consciente de sua atuação socialmente responsável, prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social. Neste sentido, concedemos os descontos previstos no programa governamental para Residenciais Baixa Renda, bem como descontos aos consumidores Rurais.

II) Quota parte de energia nuclear

A CERRP, por ter um mercado anual inferior a 500 GW, não participa da obrigatoriedade da quota parte de energia nuclear.

III) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

IV) Sobre contratação

O Decreto n° 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 110% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL n° 255, de 6 de março de 2007

V) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária

Não tivemos diferimento de reajustes tarifários em nossa Permissionária nos exercícios de 2020 e 2021.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2020	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2021	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	1468,65	2713,26	-1577,22	0,49	-1091,56	1513,62	456,34	1057,28	1513,62	0,00
Majoração PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	117,51	58,23	-	0,49	-117,52	58,71	0,00	58,71	58,71	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	1351,13	2655,03	-1577,22	-	-974,04	1454,90	456,34	998,56	1454,90	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	1468,65	2713,26	-1577,22	0,49	-1091,56	1513,62	456,34	1057,28	1513,62	0,00

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2020	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2021	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	429,44	210,94	-762,07	1,13	439,52	318,96	206,67	112,29	318,96	0,00
Majoração PIS/COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	176,76	187,45	-284,49	1,13	91,97	172,82	94,23	78,59	172,82	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	252,68	23,49	-477,58		347,55	146,14	112,44	33,70	146,14	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	429,44	210,94	-762,07	1,13	439,52	318,96	206,67	112,29	318,96	0,00

7. Empréstimos e Financiamentos

Abertura do Endividamento – R\$ Mil																Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						
INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Datas de captação repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a	Data Próximo Pgto. Juros	Frequência Pgto. Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortização	Sistemática de Amortização	20	20	20	20	20	Total	
																22	23	24	25	26		27 +
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Linha 01 (informar instituição ou linha)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Linha 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa Econ. Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Linha 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas Tributárias (Refis, Paes,...)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
União	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
União 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
União 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estado 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Município	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas com Fundo de Pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Pensão 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pensão 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas com Agentes do Setor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Renegociação 01 (credor ou encargo?)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Renegociação 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total por Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intra-setoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos (Empresas Relacionadas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Abertura dos Ativos Financeiros – R\$ Mil																						
INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Datas de captação repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a	Data Próximo Pcto. Juros	Frequência Pcto. Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortização	Sistemática de Amortização	2022	2023	2024	2025	2026	2027 +	Total
Ativos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caixa e Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final de Caixa - Conta 1101	-	12.980,11	-	12.980,11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. CDB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. Fundos DI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Credicitrus	-	-	30,90	30,90	Sim	-	N.A.	Não há	0	31/01/2022	N.A.	31/01/2022	31/01/2022	N.A.	Outro, especific. no cronograma	-	-	-	-	-	-	-
União	-	-	0,01	0,01	Sim	-	N.A.	Não há	0	31/01/2022	N.A.	31/01/2022	31/01/2022	N.A.	Outro, especific. no cronograma	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Abertura dos Instrumentos Derivativos – R\$ Mil

INSTRUMENTO DERIVATIVOS	Instituição Contra parte	Data Inicio	Vencimento	Custo Ponta Ativa	Custo Ponta Passiva	R\$ Mil Valor Contratado	Fair Value R\$Mil
Total Derivativos	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-

Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2021	Total 2020
Dívida Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	-	-	-	-
Tributária	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-
Intrasetoriais	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-
Intrasetoriais Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Tributária Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Derivativos a Pagar	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros	0,00	12.980,11	30,91	13.011,02	11.961,13
Alta Liquidez	-	12.980,11	-	12.980,11	11.933,61
Demais Aplicações Financeiras	-	-	30,91	30,91	27,52
Derivativos a Receber	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Dívida Líquida	0,00	12.980,11	30,91	13.011,02	11.961,13

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A CERRP não possui imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias nos exercícios 2021 e 2020.

9. Provisões para Litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Constituição	0,00	125,48	0,00	0,00	0,00	0,00	125,48
Baixas/reversão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atualização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldos em 31/12/2021	0,00	125,48	0,00	0,00	0,00	0,00	125,48

10. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de Energia Elétrica na Atividade de Distribuição. Segue a composição dessas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço	20,00%	-14.634,61	0,00	0,00	-14.634,61
Participação da União, Estados e Municípios	4,00%	-284,70	-	-	-284,70
Participação Financeira do Consumidor	4,00%	-977,75	-	-	-977,75
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	4,00%	-11.404,97	-	-	-11.404,97
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	0,00	-	-	0,00
Pesquisa e Desenvolvimento	4,00%	-90,00	-	-	-90,00
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	4,00%	-16,94	-	-	-16,94
Outros	8,00%	-1.860,25	0,00	0,00	-1.860,25
Ultrapassagem de demanda	4,00%	-951,41	-	-	-951,41
Excedente de reativos	4,00%	-908,84	-	-	-908,84
Diferença das perdas regulatórias	-	0,00	-	-	-
Outros	-	0,00	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	0,00%	2.557,77	0,00	0,00	2.557,77
Participação da União, Estados e Municípios	-	92,47	-	-	92,47
Participação Financeira do Consumidor	-	189,93	-	-	189,93
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	2.087,14	-	-	2.087,14
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	0,00	-	-	0,00
Pesquisa e Desenvolvimento	-	28,44	-	-	28,44
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	7,33	-	-	7,33
Outros	0,00%	152,47	0,00	0,00	152,47
Ultrapassagem de demanda	-	68,85	-	-	68,85
Excedente de reativos	-	83,62	-	-	83,62
Diferença das perdas regulatórias	-	0,00	-	-	-
Outros	-	0,00	-	-	-
Total	20,00%	-12.076,84	0,00	0,00	-12.076,84

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (a)	Baixas (b)	Transferências (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas (a)-(b)+©	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Em serviço	(10.283,49)	(2.490,87)	-	-	-	(12.774,36)	(2.490,87)	2.405,30	(10.369,05)	(8.741,78)
Participação da União, Estados e Municípios	(284,70)	-	-	-	-	(284,70)	-	92,47	(192,23)	(215,43)
Participação Financeira do Consumidor	(759,26)	(218,48)	-	-	-	(977,75)	(218,48)	189,93	(787,82)	(637,02)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	(9.132,58)	2.272,39)	-	-	-	(11.404,97)	(2.272,39)	2.087,14	(9.317,83)	(7.809,43)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	(90,00)	-	-	-	-	(90,00)	-	28,44	(61,56)	(68,90)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	(16,94)	-	-	-	-	(16,94)	-	7,33	(9,61)	(10,99)
Outros	(346,88)	(1.513,37)	-	(346,88)	-	(1.860,25)	(1.513,37)	152,47	(1.707,79)	(305,17)
Ultrapassagem de demanda	(115,41)	(836,00)	-	-	-	(951,41)	(836,00)	68,85	(882,56)	(101,53)
Excedente de reativos	(231,47)	(677,37)	-	-	-	(908,84)	(677,37)	83,62	(825,23)	(203,64)
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	(10.630,37)	(4.004,24)	-	(346,88)	-	(14.634,61)	(4.004,24)	2.557,77	(12.076,84)	(9.046,95)
Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (a)	Baixas (b)	Transferências (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas (a)-(b)+©	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Em Curso	(167,32)	(2.334,04)	-	2.490,87	-	(10,49)	156,83	-	(10,49)	(167,32)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(167,32)	(51,16)	-	218,48	-	-	167,32	-	-	(167,32)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	(2.272,39)	-	2.272,39	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	-	(10,49)	-	-	-	(10,49)	(10,49)	-	(10,49)	-
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(172,49)	(116,83)	-	13,38	-	(275,95)	(103,46)	-	(275,95)	(172,49)
Ultrapassagem de demanda	(36,21)	(37,18)	-	-	-	(73,39)	(37,18)	-	(73,39)	(36,21)
Excedente de reativos	(122,90)	(79,65)	-	-	-	(202,56)	(79,65)	-	(202,56)	(122,90)
Diferença das perdas regulatórias	(13,38)	-	-	13,38	-	-	13,38	-	-	(13,38)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	(339,81)	(2.450,87)	-	2.504,24	-	(286,44)	53,37	-	(286,44)	(339,81)

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2020
Em Serviço			
Participação da União, Estados e Municípios	(284,70)	80,83	(203,87)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(284,70)	80,83	(203,87)
Participação Financeira do Consumidor	(759,25)	151,85	(607,40)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(312,13)	92,61	(219,52)
Data de aquisição: 31/01/2016	(17,83)	3,58	(14,25)
Data de aquisição: 28/02/2016	(88,87)	17,55	(71,32)
Data de aquisição: 30/06/2016	(21,58)	3,97	(17,61)
Data de aquisição: 31/07/2016	(13,17)	2,38	(10,79)
Data de aquisição: 31/08/2016	(3,03)	0,54	(2,49)
Data de aquisição: 31/10/2016	(2,56)	0,44	(2,12)
Data de aquisição: 31/03/2017	(4,67)	0,72	(3,95)
Data de aquisição: 30/04/2017	(18,94)	2,86	(16,08)
Data de aquisição: 30/06/2017	(82,52)	11,89	(70,63)
Data de aquisição: 31/08/2017	(9,41)	1,29	(8,12)
Data de aquisição: 31/10/2017	(2,80)	0,37	(2,43)
Data de aquisição: 30/11/2017	(2,86)	0,37	(2,49)
Data de aquisição: 31/12/2017	(3,19)	0,40	(2,79)
Data de aquisição: 31/01/2018	(21,42)	2,59	(18,83)
Data de aquisição: 28/02/2018	(15,51)	1,82	(13,69)
Data de aquisição: 31/05/2018	(3,29)	0,35	(2,94)
Data de aquisição: 30/06/2018	(25,76)	2,68	(23,08)
Data de aquisição: 31/07/2018	(8,55)	0,86	(7,69)
Data de aquisição: 31/08/2018	(16,86)	1,64	(15,22)
Data de aquisição: 30/09/2018	(7,09)	0,67	(6,42)
Data de aquisição: 31/01/2019	(1,70)	0,14	(1,56)
Data de aquisição: 28/02/2019	(5,99)	0,46	(5,53)
Data de aquisição: 30/04/2019	(2,99)	0,21	(2,78)
Data de aquisição: 31/01/2020	(16,75)	0,68	(16,07)
Data de aquisição: 31/07/2020	(29,78)	0,61	(29,17)
Data de aquisição: 30/09/2020	(8,00)	0,11	(7,89)
Data de aquisição: 31/10/2020	(4,00)	0,04	(3,96)
Data de aquisição: 30/11/2020	(4,00)	0,03	(3,97)
Data de aquisição: 31/12/2020	(4,00)	0,01	(3,99)

Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	(9.132,59)	1.683,20	(7.449,39)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(3.920,11)	1.052,26	(2.867,85)
Data de aquisição: 31/03/2016	(1.250,00)	242,62	(1.007,38)
Data de aquisição: 31/05/2017	(1.052,07)	155,15	(896,92)
Data de aquisição: 30/06/2017	(165,41)	23,84	(141,57)
Data de aquisição: 31/03/2018	(448,41)	51,16	(397,25)
Data de aquisição: 30/06/2018	(448,16)	46,65	(401,51)
Data de aquisição: 30/09/2018	(67,06)	6,31	(60,75)
Data de aquisição: 31/10/2018	(238,40)	21,63	(216,77)
Data de aquisição: 30/04/2019	(880,00)	62,18	(817,82)
Data de aquisição: 31/07/2019	(267,75)	16,24	(251,51)
Data de aquisição: 31/08/2020	(166,72)	2,84	(163,88)
Data de aquisição: 31/10/2020	(228,50)	2,33	(226,17)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	(90,00)	24,76	(65,24)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(90,00)	24,76	(65,24)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	(16,94)	6,64	(10,30)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015	(16,94)	6,64	(10,30)
Valores Pendentes de Recebimento			
Valores Não Aplicados			
Outros			
Ultrapassagem de demanda	(951,41)	29,96	(921,45)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015 até 31/12/2016	(115,41)	18,56	(96,85)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2016 até 31/12/2020	(836,00)	11,40	(824,60)
Excedente de reativos	(908,84)	46,46	(862,38)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2015 até 31/12/2016	(231,47)	37,23	(194,24)
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2016 até 31/12/2020	(677,37)	9,23	(668,14)
Diferença das perdas regulatórias			
Outros			
Total	(12.143,73)	2.023,70	(10.120,03)

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

CONSOLIDADO	
Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1- Doação e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido Mês 11/2021	1471,96
2- Doação e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido Mês 05/2021	619,09
3- Doação e Subvenções Destinadas a Investimentos no Serviço Concedido Mês 07/2021	181,34
4 - Participação Financeira do Consumidor Mês 03/2021	144,63
5 - Participação Financeira do Consumidor Mês 01/2021	31,87
6 - Participação Financeira do Consumidor Mês 06/2021	19,13
7 - Participação Financeira do Consumidor Mês 11/2021	13,10
8 - Participação Financeira do Consumidor Mês 04/2021	3,25
9 - Participação Financeira do Consumidor Mês 05/2021	3,25
10 - Participação Financeira do Consumidor Mês 07/2021	3,25
OBS: Não ocorreram baixas no exercício de 2021.	

11 Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2021 representa R\$ 1.239,44 (Reais/mil), sendo composto por 1.239.444 cotas de responsabilidade limitada de R\$ 1,00 cada, com a seguinte composição:

Cotistas	Diretoria	Cotas	%
ODAIR CORNELIANI MILHOSSI	Presidente	121	0,01%
RENATO PAZIANOTO	Vice Presidente	10	0,00%
RONALDO ARCILIO DA SILVA	Secretário	85	0,01%
ARMINDO MARIN	Diretor	701	0,06%
JORGE JAFET ARGENTIN	Diretor	409	0,03%
OSCAR NOGAROTO	Diretor	127	0,01%
OSMAR COVRE	Diretor	109	0,01%
INÁCIA IZABEL FERREIRA	Conselho Fiscal	137	0,01%
OILDES APARECIDO DALOSSO	Conselho Fiscal	341	0,03%
JOSE PAULO FERREIRA	Conselho Fiscal	187	0,02%
JOSE APARECIDO BARUFI	Conselho Fiscal (Suplente)	107	0,01%
ARCELINO MOIOLI	Conselho Fiscal (Suplente)	58	0,00%
BENEDITO BENTO BELEI	Conselho Fiscal (Suplente)	335	0,03%
TOTAL		2.727	0,22%
DEMAIS COTISTAS		1.236.717	99,78%
TOTAL GERAL		1.238.044	100%

Reservas de Capital		
	2021	2020
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001		
Doações e subvenções para investimentos		
Conta de resultados a compensar (CRC)		
Outras	(1.294,24)	(1.333,85)
Total	(1.294,24)	(1.333,85)
Reservas de Lucros		
	2021	2020
Reserva legal	-	-
Lucros a realizar	-	-
Reservas para Contingências	-	-
Reserva para investimentos	-	-
Total	-	-
Reservas de Sobras		
	2021	2020
Reserva legal	18.816,72	15.294,26
Lucros a realizar	-	-
FATES	7.174,35	6.586,44
Reservas Estatutárias	6.307,20	5.908,22
Total	32.298,27	27.788,93

Além disso, a Outorgada com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social, constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de 60% para Reserva Legal e 5% de FATES e conforme Estatuto Social é destinado também 10% para Reserva de Desenvolvimento.

12. Receita Operacional Bruta

	Nº de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Receita Bruta						
Fornecimento - Faturado	13.339	11.512	73,68	68,12	50.653,46	43.921,56
Residencial	11743	9872	23,87	21,17	22.332,19	16.734,03
Industrial	27	29	14,02	13,84	2.313,30	8.276,27
Comercial	487	475	9,69	8,22	8.323,90	5.823,18
Rural	1015	1019	10,81	10,48	6.817,45	5.054,76
Poder público	2	1	0,12	0,13	93,95	92,98
Iluminação pública	15	74	3,66	3,44	2.160,63	1.573,26
Serviço público	50	42	11,51	10,84	8.612,05	6.367,08
Suprimento Faturado						
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado					27.611,81	21.413,37
Consumidores Cativos					24.688,15	21.413,37
Consumidores Livres					2.924	
Encargos de conexão de agentes de geração						
Permissionárias						
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado						
(-) Transferências					(24.804,99)	(21.712,46)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda					(37,18)	(122,74)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos					(79,65)	(176,35)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias						
(-) Trsf p/ TUSD - Consumidores Cativos					(24.688,15)	(21.413,37)
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado					36,77	259,76
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva						
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução					227,26	491,08
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Financeiros Setoriais					(54,22)	900,10
Serviços Cobráveis					228,65	86,48
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					7.715,83	6.338,38
Total	13.339	11.512	74	68	61.614,56	51.698,27

13. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica- CCEE

Nos exercícios de 2021 e 2020, a CERRP não efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

14. Pessoal e Administradores

	2021	2020
Pessoal	5.047,28	4.195,79
Remuneração	2.702,75	2.208,41
Encargos	1.080,42	939,32
Previdência privada - Corrente	-	
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	-	
Programa de demissão voluntária	-	
Despesas rescisórias	77,79	1,31
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	
Outros benefícios - Corrente	1.161,67	1.033,22
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	-	
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	
Outros	24,64	13,53
Administradores	792,66	747,02
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	775,69	732,52
Benefícios dos administradores	16,96	14,49
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	5.839,93	4.942,81

15. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	2021	2020
Sobras (Perdas) antes do imposto de renda e contribuição social	3.313,68	3.757,25
Ajustes Efeitos IFRS	1.299,79	1.339,40
Lucro Ajustado	4.613,48	5.096,66
Ajustes Lalur	3.837,28	3.891,51
Base de Cálculo Fiscal	776,20	1.205,15
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	(235,25)	(378,52)
Efeitos fiscais sobre:		
Participação nos resultados		
Juros sobre o capital próprio		
Incentivos fiscais		
Encargos capitalizados		
Compensação da CSLL e com a COFINS		
Outros		
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(235,25)	(378,52)

OBS: Nos valores dos impostos acima, R\$ 69,86 mil referem-se a CSLL e R\$ 165,39 mil referem-se a IRPJ.

16. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

Em virtude de a empresa ser uma Permissionária, onde apenas apresentamos as atividades de Distribuição e Administração, somos dispensados da necessidade de preenchimento desse quadro referente as Demonstrações do Resultado do Exercício segregados por atividade.

17.1. Revisão Tarifária Periódica

No ano de 2016, mais precisamente no mês de abril, nossa Permissionária deveria estar concluindo seu Processo de Segunda Revisão Tarifária Periódica.

Ocorre que, por atraso na metodologia a ser aplicado, em virtude de várias solicitações das Permissionárias e suas Federações, tal metodologia foi aprovada depois da data de aniversário de nossa Revisão. Neste sentido, para que não ficássemos sem tarifa, a ANEEL acabou por prorrogar por 12 meses nossa tarifa de 2015.

Tal ação acabou por criar uma diferença entre a tarifa de 2015 e a de 2016, publicada, no nosso caso em 2017. Como a nova tarifa foi menor que a de 2015, principalmente em virtude da devolução das Bandeiras Tarifárias que, por critérios regulatórios ficaram em nosso caixa e devem ser devolvidas aos consumidores através de descontos tarifários, tivemos que reconhecer uma bolha financeira a devolver no valor de R\$ 1.813,54 reais mil.

Esta bolha financeira, foi incluída em sua totalidade em nosso IRT 2017, cuja quitação ao consumidor se deu no mês de março/2018, uma vez que foi incluída na ordem de 1/12 avos/mês em nossa tarifa de Energia Elétrica.

Por fim, destacamos que na Revisão Tarifária Periódica foram calculados todos os custos da Parcela B da Empresa, bem como o valor da Base de Remuneração Regulatória, totalizado pelo Ativo Imobilizado em Serviço mais a diferença entre o Laudo de Avaliação Regulatório deduzido dos valores contábeis originais.

Dentre eles, podemos destacar:

O resultado foi homologado através da Resolução Homologatória ANEEL no 2219, de 11/04/2017. O índice de reposicionamento foi: 24,85% referente à Parcela A + Parcela B e de 2,52% quando totalizado com os "componentes financeiros". O Fator X foi fixado em: Pd: 1,15%, e, T= (-1,11%), totalizando 0,04%. O Nível Regulatório de Perdas de Energia Elétrica a ser adotado nos reajustes tarifários de 2017 a 2020 foi definido em 8,27%. Os itens financeiros, que causaram um grande impacto financeiro nesta Revisão, foram compostos principalmente pelo encontro de contas das Bandeiras Tarifárias Credoras, faturadas por ordem da Legislação e, agora, devolvida aos consumidores a parte não requerida pelas usinas, através de descontos tarifários.

Em 2020 ocorreu a assinatura de Termo Aditivo ao Contrato de Permissão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, e, migramos do Submódulo 8.1 para o Submódulo 8.4 do PRORET. Com esta mudança, a nossa terceira revisão tarifária periódica ocorreu de maneira bem suave, uma vez que, nesta metodologia, a abertura e justificativa da Parcela B e da Receita Requerida fica por conta da Permissionária.

As tarifas de aplicação da CERRP, constantes da Resolução Homologatória nº 2.529, de 9 de abril de 2019, foram, em função da pandemia, prorrogadas pela Resolução Homologatória nº 2.674, de 14 de abril de 2020, mas, a partir de julho/2020, reajustadas pela Resolução

Homologatória ANEEL No. 2.692/2020, determinando que as tarifas da CERRP ao consumidor final ficassem, em média, reajustadas em 10,00% (dez por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

17.2. Reajuste Tarifário Anual

Nos meses de janeiro a abril/2021, nossa tarifa foi norteadada pela Resolução Homologatória

ANEEL no 2.692/2020, que reajustou nossa tarifa no IRT 2020. No dia 25/05/2021 foi publicada nossa Tarifa para o ciclo 2021/2022, com vigência a partir de 29/05/2021 a 28/05/2022, através da Resolução Homologatória ANEEL No. 2.874/2021.

O PRESENTE REAJUSTE CORRIGIU NOSSA "PARCELA B" em -1,00%. Embora seja um resultado negativo, com o alto nível de organização administrativa, pode ser absorvido por nossa Administração sem trazer prejuízos à qualidade de energia e ao equilíbrio econômico e financeiro. Já com relação à Parcela A, absorveu o aumento de nossa Energia Comprada, bem como toda a carga tributária e os Encargos Setoriais determinados à nossa Empresa. O "fator x" para o presente ciclo foi fixado em 0,36%.

17.3. Composição da Base de Remuneração

Para a avaliação dos ativos das permissionárias vinculados à concessão/missão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica – CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

a) A CERRP emitirá um Laudo de Avaliação simplificado, a partir das quantidades apuradas em seu Sistema GIS, devidamente conciliado com o Sistema de Controle Patrimonial, cujo conteúdo deve respeitar a Resolução ANEEL 674/2015;

b) A SGT/ANEEL fará a avaliação dos módulos construtivos presentes no LAUDO, a partir de valores pré-fixados pela Legislação da ANEEL e aprovará o valor da Base de Remuneração Regulatória; e,

c) A Permissionária contabilizou o valor aprovado, que será base para sua Remuneração até o novo ciclo, que ocorreu em 2021;

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente

utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	66.774,71
(2) Índice de Aproveitamento Integral	0,00
(3) Obrigações Especiais Bruta	0,00
(4) Bens Totalmente Depreciados	673,37
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	66.101,34
(6) Depreciação Acumulada	16.127,93
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	0,00
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	0,00
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	0,00
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	50.646,79
(10) Almojarifado em Operação	200,32
(11) Ativo Diferido	0,00
(12) Obrigações Especiais Líquida	0,00
(13) Terrenos e Servidões	0,00
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	50.847,11
(15) Saldo RGR PLPT	0,00
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	0,00
(17) Taxa de Depreciação	4,00%
(18) Quota de Reintegração Regulatória	2.644,05
(19) WACC real antes de impostos	3,77%
(20) Taxa RGR PLPT	0,00
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	0,00
22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)	1.916,94

OBS: Segue abaixo resumo do reflexo dos principais números em nossa revisão de 2021.

Descrição	INDICES	4,20%	2,45%	3,72%	2,04%
	Revisão 2016	IRT 2017	IRT 2018	IRT 2019	IRT 2020
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	55.545,84	57.878,77	59.299,23	61.503,52	62.758,19
(2) Obrigações Especiais Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(3) Bens Totalmente Depreciados	560,13	583,66	597,98	620,21	632,87
(4) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)	54.985,71	57.295,11	58.701,25	60.883,30	62.125,32
(5) Depreciação Acumulada	13.415,85	13.979,31	14.322,39	14.854,79	15.157,83
(6) Valor da Base de Remuneração (VBR)	42.130,00	43.899,46	44.976,84	46.648,73	47.600,36
(7) Obrigações Especiais Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(8) Terrenos e Servidões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(9) Almoarifado em Operação	166,64	173,64	177,90	184,51	188,27
(10) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(5)-(7)+(8)+(9)	42.296,63	44.073,09	45.154,74	46.833,24	47.788,64
(11) Taxa de Depreciação	4%	4%	4%	4%	4%
(12) Quota de Reintegração Regulatória	2.199,43	2.291,80	2.348,05	2.435,33	2.485,01
(13) Remuneração de Capital (RC)= BRR líq x WACC	1.594,58	1.661,56	1.702,33	1.765,61	1.801,63

17.4. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI.

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	3.025,23
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	756,31
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	756,31
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	1.512,61
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	41,36
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	122,30
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	313,91
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	477,58

Este valor atualizado até o IRT 2021 figura em R\$ 477,58 mil.

17.5. Ajuste da Parcela B em Função de Investimentos Realizados

Conforme previsto na Legislação Setorial, foi definido no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP anterior, o mecanismo destinado a comparar os investimentos previstos no cálculo do Fator X com os efetivamente realizados pelas distribuidoras. No CRTP vigente, quando da revisão tarifária de cada Concessionária, são levantados os investimentos efetivamente realizados pela distribuidora entre o CRTP anterior e o CRTP vigente, calculados com base nos registros contábeis da distribuidora, deflacionados pelo IGP-M, mês a mês, para a data-base da revisão tarifária anterior.

Caso os investimentos efetivamente realizados sejam inferiores àqueles considerados no cálculo do Fator X do CRTP anterior, esse item é recalculado, com a substituição dos valores de investimento previstos pelos investimentos realizados, mantendo-se inalterados os demais parâmetros. No presente ciclo tarifário de nossa Permissionária, a ANEEL estará monitorando os índices de DEC/FEC para verificar a necessidade de penalidade ou não quando do descumprimento de nosso PDD – Plano de Desenvolvimento da Distribuição. Com muita satisfação declaramos que nossos índices de DEC/FEC realizados ficaram abaixo do teto estabelecidos pela ANEEL. Isso demonstra que, e, com satisfação alcançamos a meta do nosso PDD 2020 – Plano de Desenvolvimento da Distribuição, nossa qualidade de Distribuição de Energia Elétrica estão com qualidade e continuidade dentro da meta regulatória, beneficiando todos nossos consumidores e associados ou não.

17.6. Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 8.1 do PRORET, que trata da revisão/reajuste tarifária das Permissionárias de distribuição de energia elétrica, o nosso IRT 2021 (Revisão Tarifária para o ciclo 2021/2022) é sintetizado na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da CERRP, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita Último IRT R\$	Receita Verificada	Revisão	Variação Projetada %	Impacto na Revisão Tarifária %	Part. na Receita %
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	10.602,77	27.942,43	30.175,53	583,34%	54,93%	64,85%
1.1. Encargos Setoriais	2.163,13	4.459,42	4.757,49	255,54%	34,95%	10,22%
RGR	-	-	-	-	-	-
CCC	-	-	-	-	-	-
TFSEE	38,55	78,10	82,35	102,59%	5,44%	0,18%
CDE	1716,24	3858,04	4019,28	124,80%	4,18%	8,64%
PROINFA	408,33	523,29	655,86	28,15%	25,34%	1,41%
P&D (Eficiência Energética)		0	0	-	-	-
NOS	-	0	0	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
1.2. Transmissão	2.577,80	5.852,30	6.640,67	127,03%	13,47%	14,27%
Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Rede Básica Fronteira	-	-	-	-	-	-
Itaipu	-	-	-	-	-	-
Conexão	-	-	-	-	-	-
CUSD	2577,80	5852,30	6640,67	127,03%	13,47%	14,27%
Outros	-	-	-	-	-	-
1.3. Compra de Energia	5.861,84	17.630,70	18.777,36	200,77%	6,50%	40,35%
CCEAR Existente	-	-	-	-	-	-
CCCEAR Nova	-	-	-	-	-	-
Contratos Bilaterais	5861,84	17630,70	18777,36	200,77%	6,50%	40,35%
Itaipu	-	-	-	-	-	-
2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	8.458,00	16.520,65	16.355,51	95,33%	-1,00%	35,15%
2.1. Custos Operacionais + Anuidades	-	-	-	-	-	-
2.2. Remuneração	-	-	-	-	-	-
2.3. Depreciação	-	-	-	-	-	-
2.4. Receitas Irrecuperáveis	-	-	-	-	-	-
2.5. Outras Receitas	8458,00	16520,65	16355,51	95,33%	-1,00%	35,15%
3. Reposicionamento Econômico	25,75%		9,35%			
4. Componentes Financeiros	-22,33%		-9,61%			
5. Reposicionamento com Financeiros	3,42%		-0,26%			
6. Financeiros Retirados do IRT anterior	-3,72%		8,58%			
7. Efeito para Consumidor	7,01%		10,00%			

2.7 – Notas Conciliatórias Societária x Regulatória

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Descrição	Nota	2021			2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos							
Ativo circulante		26.041,63	-	26.041,63	23.033,81	-	23.033,81
Caixa e equivalentes de caixa		12.980,11		12.980,11	11.933,61		11.933,61
Consumidores	14.1	7.803,62		7.803,62	6.062,42		6.062,42
Concessionárias e permissionárias		-		-	-		-
Serviços em curso		-		-	-		-
Tributos compensáveis		376,26		376,26	262,74		262,74
Depósitos judiciais e cauções		-		-	-		-
Almoxarifado operacional		666,99		666,99	589,26		589,26
Investimentos temporários		-		-	-		-
Empréstimos		-		-	-		-
Ativos financeiros setoriais	14.2	1.513,61		1.513,61	1.468,65		1.468,65
Despesas pagas antecipadamente		81,40		81,40	67,19		67,19
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação	14.3	-		-	-		-
Instrumentos financeiros derivativos		-		-	-		-
Outros ativos circulantes		2.619,64		2.619,64	2.649,94		2.649,94
Ativo não circulante		50.512,73	22.780,13	29.462,41	46.516,19	22.634,53	23.881,67
Consumidores		-		-	-		-

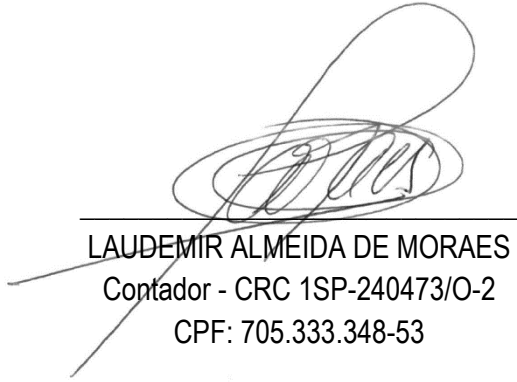
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		475,96	475,96	277,68	277,68	277,68	277,68
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-	-
Investimentos temporários		30,91	30,91	27,52	27,52	27,52	27,52
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.1	-	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes		-	(3.740,17)	5.469,97	-	(3.740,17)	3.740,17
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-	-	-
Imobilizado	14.4	49.994,55	49.084,25	910,30	46.182,33	45.504,99	677,34
Intangível	14.5	11,32	(22.563,95)	22.575,27	28,66	(19.130,30)	19.158,96
Total do ativo		76.554,36	22.780,13	55.504,04	69.550,01	22.634,53	46.915,48

Passivo							
Passivo circulante		(8.563,50)	-	(8.563,50)	6.257,92	-	6.257,92
Fornecedores		(3.620,12)		(3.620,12)	3.522,15		3.522,15
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-		-	-		-
Obrigações sociais e trabalhistas		(482,99)		(482,99)	419,35		419,35
Benefício pós-emprego		-		-	-		-
Tributos		(1.237,76)		(1.237,76)	340,62		340,62
Provisão para litígios		(125,48)		(125,48)	30,11		30,11
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-		-	-		-
Encargos setoriais		(1.790,15)		(1.790,15)	766,80		766,80
Provisão para descomissionamento		-		-	-		-
Passivos financeiros setoriais	14.1	(318,96)		(318,96)	429,44		429,44
Provisão para uso do bem público		-		-	-		-

Passivos de operações descontinuadas		-		-		-
Instrumentos financeiros derivativos		-		-		-
Obrigações com associados		(69,30)		(69,30)	69,30	69,30
Outros passivos circulantes		(918,75)		(918,75)	680,15	680,15
Passivo não circulante		(12.399,81)	-	(12.399,81)	10.496,46	- 10.496,46
Fornecedores						-
Empréstimos, financiamentos e debêntures						-
Benefício pós-emprego						-
Tributos						-
Provisão para litígios						-
Encargos setoriais						-
Provisão para descomissionamento						-
Tributos diferidos						-
Passivos financeiros setoriais	14.1					-
Provisão para uso do bem público						-
Instrumentos financeiros derivativos						-
Obrigações com associados						-
Outros passivos não circulantes		(36,53)		(36,53)	36,61	36,61
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		(12.363,28)		(12.363,28)	10.459,85	10.459,85
Total do passivo		(20.963,31)	-	(20.963,31)	16.754,38	- 16.754,38

Patrimônio líquido						
Capital social		(1.239,44)		(1.239,44)	1.238,04	1.238,04
Reservas de capital		1.294,24	(1.299,79)	(5,56)	(1.333,85)	(1.339,40) 5,56
Outros resultados abrangentes		(21.050,32)	(21.050,32)	-	22.634,53	(22.634,53)
Reservas de lucros						-
Recursos destinados a aumento de capital						-
Lucros ou Prejuízos Acumulados						-
(-) Ações Próprias em Tesouraria						-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais						-

Participação de Não Controladores						-	
Reserva de sobras		(32.298,27)		(32.298,27)	27.788,93		27.788,93
Sobras à disposição da Assembleia		(2.297,25)	1.299,79	(997,45)	2.467,97	1.339,40	1.128,57
Perdas não cobertas pelos cooperados		-		-			
Participação de não controladores		-		-			
Total do patrimônio líquido		(55.591,05)	(21.050,32)	(34.540,73)	52.795,62	(22.634,53)	30.161,10
Total do passivo e do patrimônio líquido		(76.554,36)	(21.050,32)	(55.504,04)	69.550,01	(22.634,53)	46.915,48



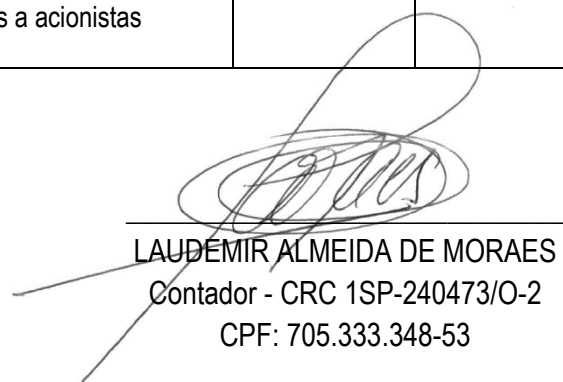
LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
Contador - CRC 1SP-240473/O-2
CPF: 705.333.348-53

Conciliação do Demonstração do Resultado do Exercício Regulatório e Societário

	2021			2020		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade						
Receita / Ingresso	61.614,56	-	61.614,56	51.698,27	-	51.698,27
Fornecimento de energia elétrica	26.112,49		26.112,49	22.959,94		22.959,94
(-) Transferências	-		-			-
Suprimento de energia elétrica	-		-			-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-		-			-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	27.611,81		27.611,81	21.413,37		21.413,37
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	(54,22)		(54,22)	900,10		900,10
Serviços cobráveis	228,65		228,65	86,48		86,48
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	7.715,83		7.715,83	6.338,38		6.338,38
Outras receitas vinculadas	-		-			-
Tributos	(10.127,39)	-	(10.127,39)	(7.728,21)	-	(7.728,21)
ICMS	(8.773,36)		(8.773,36)	(6.785,00)		(6.785,00)
PIS-PASEP	(241,12)		(241,12)	(167,97)		(167,97)
COFINS	(1.112,90)		(1.112,90)	(775,24)		(775,24)
ISS	-		-			-
Encargos - Parcela "A"	(8.414,09)		(8.414,09)	(3.917,74)		(3.917,74)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-		-			-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(3.851,75)		(3.851,75)	(3.537,36)		(3.537,36)
Programa de Eficiência Energética – PEE	-		-			-
Taxa de fiscalização	(78,85)		(78,85)	(69,87)		(69,87)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-		-			-
Outros encargos	(4.483,48)		(4.483,48)	(310,50)		(310,50)
Receita líquida / Ingresso líquido	43.073,08	-	43.073,08	40.052,32	-	40.052,32
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(27.997,18)	-	(27.997,18)	(24.650,79)	-	(24.650,79)

Energia elétrica comprada para revenda	(27.997,18)		(27.997,18)	(24.650,79)		(24.650,79)
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfa	-		-			
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	-		-			
Encargos e Demais Despesas Setoriais	-		-			
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis	-		-			
Resultado antes dos custos gerenciáveis	15.075,90	-	15.075,90	15.401,53	-	15.401,53
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(12.674,26)	(1.299,79)	(11.374,46)	(12.174,94)	(1.339,40)	(10.835,53)
Pessoal e administradores (inclui 434,13 de remuneração a administradores)	(5.839,93)		(5.839,93)	(4.942,81)		(4.942,81)
Entidade de previdência privada	-		-			-
Material	(1.064,13)		(1.064,13)	(1.373,96)		(1.373,96)
Serviços de terceiros	(1.689,74)		(1.689,74)	(1.823,49)		(1.823,49)
Arrendamento e aluguéis	(1.030,83)		(1.030,83)	(971,66)		(971,66)
Seguros	(75,94)		(75,94)	(72,99)		(72,99)
Doações, contribuições e subvenções	(50,78)		(50,78)	(39,21)		(39,21)
Provisões	(377,90)		(377,90)	(141,65)		(141,65)
Recuperação de despesas	118,46		118,46	123,11		123,11
Tributos	(71,33)		(71,33)	(50,41)		(50,41)
Depreciação e amortização	(2.095,61)	(1.299,79)	(795,81)	(2.124,56)	(1.339,40)	(785,16)
Gastos diversos da atividade vinculada	(351,83)	1.394,00	(1.745,83)	(304,53)	304,54	(609,06)
Outras Receitas Operacionais	377,04	(1.394,00)	1.771,05	139,05	(304,54)	443,59
Outras Gastos Operacionais	(521,74)		(521,74)	(591,83)		(591,83)
Resultado da Atividade	2.401,65	(1.299,79)	3.701,44	3.226,60	(1.339,40)	4.566,00
Equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
Resultado Financeiro	912,04	-	912,04	530,66	-	530,66
Despesas financeiras	(5,70)		(5,70)	(69,08)		(69,08)
Receitas financeiras	917,74		917,74	599,73		599,73
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	3.313,68	(1.299,79)	4.613,48	3.757,25	(1.339,40)	5.096,66
Despesa com impostos sobre os lucros	(235,25)		(235,25)	(378,52)		(378,52)

Resultado líquido das operações em continuidade	3.078,43	(1.299,79)	4.378,23	3.378,73	(1.339,40)	4.718,14
Operações descontinuadas						
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas						
Resultado líquido do exercício	3.078,43	(1.299,79)	4.378,23	3.378,73	(1.339,40)	4.718,14
Atribuível aos:						
Acionistas controladores						
Acionistas não controladores						
Lucro por ação						
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	2,48	(1,05)	3,53	2,73	(1,08)	3,81
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias						
Lucro por ação originado das operações em continuidade						
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias						
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias						



LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
Contador - CRC 1SP-240473/O-2
CPF: 705.333.348-53

18.1. Consumidores

Não houve ajustes na rubrica Consumidores.

18.2. Ativos e passivos financeiros setoriais

Não houve ajustes na rubrica Consumidores.

18.3. Ativos financeiros da concessão

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Nas demonstrações regulatórias esse valor faz parte do ativo imobilizado.

18.4. Imobilizado

18.4.1. Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação do 3º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.4.2. Depreciação

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação do 3º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.5. Intangível

18.5.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

18.5.2. Depreciação

Não houve ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória

18.6. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

18.6.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.6.2. Amortização

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

18.7. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

18.7.1. Ativo financeiro

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.2. Ativo intangível

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.3. Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICPC 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Concessão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Concessão.

18.7.4. Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Remuneração de ativo financeiro (ICPC 01).

18.7.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (ICPC 01).

18.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2021	2020
Saldos no final do exercício (societário)	34.540,73	30.161,10
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	21.050,32	22.634,53
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)		
Ativos e passivos financeiros setoriais		
Reavaliação regulatória compulsória	34.925,88	35.625,32
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	(13.875,55)	(12.990,79)
Reserva de Capital - Efeitos IFRS		
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-
Sobras / Perdas à Disposição da Assembleia		
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis		
Saldos no fim do exercício (regulatório)	55.591,05	52.795,62

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva da Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, sendo revertida contra as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço.

Com relação ao destaque da Depreciação da Reavaliação Regulatória Compulsória, bem como os efeitos IFRS em outras reservas de capitais e Sobras/Perdas a Disposição da Assembleia, referem-se a reversão da realização da reserva regulatória compulsória ocorrida na Contabilidade Regulatória, revertida conforme regras da Contabilidade Internacional, e, conforme orientação dos auditores, represada como diferenças IFRS em outras Reservas de capital.

18.9. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2021	2020
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	4.378,23	4.718,14
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(1.299,79)	(1.339,40)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)		
Ativos e passivos financeiros setoriais		
Reavaliação regulatória compulsória		
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória	(1.299,79)	(1.339,40)
Anulação Não Operacional		
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis		
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	3.078,43	3.378,73

Depreciação - Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, realizadas no exercício de 2021, cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

19. Subsídios Tarifários DECRETO 9.642/2018, de 27 de dezembro de 2018

Em 27/12/2018, o Governo Federal publicou o Decreto 9.642/2018 que, entre outros assuntos, definiu:

- Fim do Subsídio Classe Rural no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CERRP;
- Fim do Subsídio Classe Água e Esgoto no prazo de 5 anos, sendo diminuído na base de 20% ao ano em cada Reajuste ou Revisão da CERRP;
- Veto ao Subsídio composto, este de aplicação imediata, ou seja, subsídio para irrigação não pode ser aplicado sobre o valor da tarifa rural, que já contém desconto sobre a tarifa básica;

Em 2019, foi revertido, através de recuso ao MME, o item C acima porém, a retirada dos descontos em 5 anos continuam em vigor.

Em 2021 os efeitos deste decreto trarão grande impacto aos consumidores até então amparados por estes subsídios, uma vez que já será o terceiro ciclo de diminuição, sendo efetivamente retirado 60% do benefício tarifário.

20. Perdas Regulatórias e Realizadas

No exercício de 2021 a CERRP contabilizou 7,44% de Perdas (Técnicas mais não técnicas). Durante o ano de 2022, a CERRP continuará perseguindo a meta regulatória, renovando seus ativos com inovação tecnológica, e, combatendo os desvios de energia (gatos).

21. Formatação Básica das Notas Explicativas


As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 21/02/2022 pela Diretoria, não podendo os senhores sócios proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em (R\$/mil), com 2 casas decimais.



ODAIR CORNELIANI MILHOSSI

Diretor Presidente


CPF: 018.694.018-16



NIVALDO APARECIDO CANGINI

Gerente

CPF: 038.710.698-76



LAUDEMIR ALMEIDA DE MORAES
Contador - CRC 1SP-240473/O-2
CPF: 705.333.348-53

2.8 - Parecer do Conselho Fiscal Regulatório

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CERRP

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, ACOMPANHADO DO BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31/12/2021.

Os signatários do presente, Membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Eletrificação e Desenvolvimento da Região de São José do Rio Preto - CERRP, declaram que examinaram o Relatório do Conselho de Administração da Cooperativa, acompanhado do Balanço Geral encerrado em 31/12/2021, assim como todas as peças contábeis que o compõem: Demonstrativo de Resultado do Exercício, confirmando-os com a documentação respectiva, concluindo no final do exame que tudo se achava elaborado com perfeita técnica contábil expressando exatidão, motivo pelo qual aprovam a prestação de contas do referido exercício, recomendando a Assembléia Geral Ordinária que também o faça.

São José do Rio Preto, 21 de Fevereiro de 2022.

 Inácia Izabel Ferreira Matr. nº 1934	 José Aparecido Barufi Matr. nº 1470	 José Paulo Ferreira Matr. nº 2531
--	--	---

2.9 - Parecer do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Regulatórias

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

À
Diretoria e Cooperados da
**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – “CERRP”.**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – “CERRP”**., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – “CERRP”**. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros Assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis regulatórias da CERRP em 31 de dezembro de 2020, foram por nós auditadas, para os quais foi emitido Parecer dos Auditores Independentes, sem ressalva, datado de 12 de fevereiro de 2021.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e

internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os


responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 16 de fevereiro de 2022.



AUDITORES INDEPENDENTES.

CRC 2SP023964/O-9 OCB 622/07



GUILHERME PEREIRA MENDES
Contador CRC 1SP 146031/O-5



CERRP

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
RODOVIA DÉLCIO CUSTÓDIO DA SILVA, KM 4, BAIRRO: SÃO PEDRO, ZONA RURAL
CEP 15.048-000, SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP
0800 878 1031 / (17) 3236-2220
cerrp.com.br